



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Universidade Técnica de Lisboa



**O PAPEL ECONÓMICO E SOCIAL DA FOME NA ÁFRICA ORIENTAL: O CASO
DA AJUDA INTERNACIONAL ALIMENTAR NO QUÊNIA**

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estudos Africanos

Mestranda: Helena Gonçalves Pereira Beghetto

Orientadora: Professora Doutora Catarina Casanova

Lisboa
2011

Índice

Resumo	iii
Abstract.....	iii
Agradecimentos	iv
Siglas	v
I. Introdução	12
1. Apresentação do tema	14
2. Enquadramento histórico.....	26
2.1. O caso do Quénia	26
2.2. Ajuda alimentar internacional no Quénia	38
2.3. Casos prácticos.....	47
3. Enquadramento teórico-conceptual.....	56
4. Problema e hipóteses de Pesquisa	65
II. Metodologia	66
5. Método de pesquisa	67
6. Técnicas de pesquisa.....	68
6.1. O Inquérito por Questionário	68
7. Análise de conteúdo.....	69
8. Limitações do estudo.....	70
III. Resultados.....	72
IV. Discussão dos resultados.....	78
V. Considerações finais	86
BIBLIOGRAFIA.....	90
Anexo 1.....	98

Resumo

Esta investigação exploratória enquadra-se na análise do papel da ajuda alimentar no Quénia e sua relação com o desenvolvimento sócio-económico do país. O presente estudo tem como principal objectivo caracterizar a ajuda alimentar recebida pelos quenianos e seus impactos na vida daquela população. Optámos pela utilização de uma metodologia descritiva através da análise teórica-conceitual suportada pela técnica do inquérito por questionário e a análise de conteúdo. Os entrevistados foram seleccionados a partir de pesquisas sobre o tema: são respondentes que pertencem a agências de ajuda alimentar ou são actores no processo como, por exemplo, os economistas e que têm um posicionamento acerca do tema. Pretendemos com este estudo obter uma visão da realidade da população queniana em relação à fome e ao desenvolvimento sócio-económico, pesando prós e contras de tal ajuda ao nível do impacto na economia deste país.

Palavras-chave: Quénia, ajuda alimentar, desenvolvimento social e económico, fome

Abstract

This exploratory research aims to analyze the food aid role in Kenya and its relation with Kenyan socio-economic development. The main goal of the present study is to characterize the food aid received by Kenyans and its impact on that population life. I used a descriptive approach first having as reference a specific conceptual and theoretical background that was later assessed via survey technique and analysis of the content. The respondents were selected due to the positions occupied in food aid agencies and as economists with a clear position on the theme. With this study, we aim to grasp the reality of the Kenyan people regarding hunger and socio-economic development always taking into consideration eventual positive and negative impacts of such aid in the Kenyan economy.

Key-words: Kenya, food aid, economic and social development, hunger

Agradecimentos

Durante um trabalho longo e árduo, ter o suporte dos amigos e da família é essencial. Não digo amigos de longa data, mas aqueles que estão vivendo o momento com você e dando força quando é preciso. Saí do Brasil sem conhecer uma pessoa em Lisboa, mas ao longo desse ano e meio fiz amizades que levarei para o resto da vida. São pessoas de diferentes nacionalidades que contribuíram para eu continuar fazendo o que gosto, Relações Internacionais.

Lisboa deu amigos brasileiros que jamais encontraria no Brasil. Deu amigos portugueses que parecem que conheci na maternidade, amigos africanos para eu gostar cada vez mais da minha escolha de carreira profissional e mais tantos *Erasmus* que chegaram e se foram.

Quero agradecer à minha família, que mesmo longe me apoiou na decisão de atravessar o oceano. Quando a saudade batia, davam ombro amigo via Skype e Msn. Obrigada mãe, vó Eloyr, vó Lenira, Rê, Paulinha e Pilu por demonstrar alegria ao me ver de volta.

Também sou grata ao professor Pedro Borges Graça, por ter me auxiliado na batalha de achar uma casa. Mudar para a FMH 1 foi fundamental para o êxito estudantil, nas amizades e no campo pessoal.

Obrigada pelas noites acordadas na sala de estudos, nas festas, alegrias e tristezas: Lino por ser tudo e mais um pouco; Wesley por ser o irmão que eu não tive; Aila por ser a *roommate* amada; Dariço por ser único; Miura e Zenilda por serem grandes amigas e o meu pedaço em África; Edilis, Marisa, Filipa, Cássia, Stefanie, Jamylla, Gabriel, Larin, Fabíola, Joana, Tiago, Sr. João e todos os *Erasmus* pelos inúmeros momentos vividos juntos.

Siglas

ACNUR- Agência da ONU para Refugiados

ACP- África, Caraíbas e Pacífico

AGMARK- Agricultural Marketing Trust

AMPATH- Academic Model for Providing Access to Health

CGA- Cereal Growers Association

CIA- Central Intelligence Agency

COMESA - Mercado Comum da África Oriental e da África Austral

DP- Democratic Party

EAC- East Africa Community

EUA- Estados Unidos da América

FAO- Food and Agriculture Organization

FMI- Fundo Monetário Internacional

IDP- Internal Displaced People

IFAD- International Fund for Agricultural Development

IPC- Integrated food security Phase Classification

KACE- Kenya Agricultural Commodity Exchange

KAU- Kenya African Union

KANU- Kenya African National Union

KPU- Kenya People's Union

LDP- Liberal Democratic Party

NCPB- National Cereal and Produce Board

NEPAD- New Partnership for Africa Development

OMC- Organização Mundial do Comércio

OMS- Organização Mundial da Saúde

ONG- Organização não Governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

PAE- Programa de Ajuste Estrutural

PAM- Programa Alimentar Mundial

PIB- Produto Interno Bruto

P4P- Purchase for Progress

SIDA- Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

TAPRA- Tagemeo Agricultural Policy Research and Analysis

UN-Habitat- United Nations Human Settlements Programme

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID- United States Agency for International Development

WFP- World Food Program

I. Introdução

O tema *O papel económico e social da fome na África Oriental: o caso da ajuda internacional alimentar no Quénia* escolhido para esta dissertação de mestrado aborda a ajuda alimentar internacional para a África Oriental, com foco para o caso do Quénia.

Neste trabalho, que tem um carácter, sobretudo, exploratório serão estudados os impactos e consequências da ajuda humanitária internacional na área da alimentação. Serão discutidas alternativas para que o Quénia tenha melhor desenvolvimento económico e social.

A ajuda é distribuída por organizações internacionais, como a agência de desenvolvimento internacional dos Estados Unidos (USAID) e o Programa Alimentar Mundial (PAM) da Organização das Nações Unidas (ONU). O primeiro constitui-se como ajuda bilateral e o segundo como ajuda multilateral. Segundo Adriano Moreira (1967), em termos económicos e sociais, o problema mais inquietante com que a ONU se depara é o da relação da produção alimentar com a situação demográfica mundial e o aparecimento e gestão de crises de insegurança alimentar.

O presente trabalho será basicamente, mas não só, desenvolvido no âmbito dos relatórios dessas duas instituições, por serem as agências de maior relevância na questão da alimentação e de maior quantidade de ajuda distribuída na região. Realizamos inquéritos por questionário a alguns dos actores deste contexto: de agências internacionais a economistas que se debruçam sobre o tema e com conhecimento do terreno.

A questão da ajuda internacional sempre despertou o meu interesse. Abordei este tema na licenciatura e o mestrado trouxe a oportunidade de aprofundar o contacto com a área e de conduzir uma discussão aprofundada sobre a questão.

Este estudo contribuirá para o entendimento da inserção da ajuda alimentar no Quénia e para traçar os impactos da mesma ao nível da alimentação, tendo em conta o bem-estar da população queniana e o desenvolvimento económico e social do país. Pretendo, ainda, perceber que repercussões tem esta ajuda para as economias que a recebem.

No ano de 2009, de acordo com o Factbook da Central Intelligence Agency (CIA)¹, a taxa de crescimento do Quénia foi de 2%. A agricultura é o principal sector daquela economia, representando 21,4% do PIB e empregando 75% da força de trabalho.

No sector de serviços, a principal fonte de divisas externas é o turismo. Porém, a instabilidade social e a violência têm prejudicado o desempenho deste sector.

¹ Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ke.html>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2011.

1. Apresentação do tema

O continente africano tem sido assolado por sucessivas secas, conflitos armados, instabilidade política, pobreza, fome, desemprego, epidemias entre outras causas igualmente destruidoras. Assim, diversos países e organismos internacionais oferecem recursos financeiros, alimentos, medicamentos, entre outros bens, para este continente.

O Banco Mundial² estima que na África-subsaariana 72,9% da população viva com menos de USD2,00/dia. Segundo os dados mais recentes do UN-HABITAT, que são de 2001, 188 milhões de africanos moravam em 'bairros de lata'.

Os preços altos dos alimentos e a degradação ambiental têm exacerbado a pobreza crónica. Como consequência, houve a deterioração das condições de pastoreio que, posteriormente, agravaram a qualidade de vida dos pastores e contribuiu para situações de insegurança alimentar e subnutrição.

En Wajir, en el norte de Kenia, las comunidades de pastores han creado 32 asociaciones pastorales, que gestionan programas de desarrollo locales, trabajan para mejorar los servicios públicos para las comunidades de pastores, y representan a estas comunidades en los niveles de gobierno nacional y de distrito (*Crisis alimentaria en África*, Informe 1 de Oxfam, Julho de 2006:21).

Aliado a tal situação há que considerar o sistema de saúde limitado e as migrações dentro do país, que facilitam a disseminação de doenças, como a cólera.

Tabela 1- População habitante em 'bairros de lata' em 2001

Onde	Pop. urbana (milhões)	% Pop. urbana em relação pop. total	Pop. que vive em 'bairros de lata' urbanos (milhões)	% pop. dos 'bairros de lata' em relação pop. total
Mundo	2.923	47,7	924	31,6
África subsaariana	231	34,6	166	71,9
Quênia	10,54	34	22	70

Fonte: *Improving the lives of 100 million slum dwellers*. UN-HABITAT, 2003: 5.

O secretário geral da ONU, Ban Ki-Moon, ressaltou que durante o seu mandato na Organização, o continente africano seria uma prioridade³. Para ele, há que construir a paz em países que acabaram de sair de guerras, combater doenças, reduzir a pobreza, promovendo base para o desenvolvimento e mitigar o impacto das mudanças climáticas, para se poder chegar a mudanças efectivas em suas estruturas.

² Dados de 2005 disponíveis em: <<http://data.worldbank.org/topic/poverty>>. Acesso em: 4 de Janeiro de 2011.

³ Disponível em: <http://www.un.org/ecosocdev/geninfo/afrec/vol21no1/211-africa-un-priority.html>. Acesso em: 27 de Novembro de 2011

Para Cardoso (2005, s/p), a fome e desnutrição são inerentes a cerca de 20 países do continente. Ainda de acordo com o autor,

A criação de redes de saneamento básico, o tratamento das águas, a melhoria das dietas alimentares serão, em última instância, o melhor combate contra uma parte destas doenças. A evolução da SIDA está igualmente ligada aos conflitos violentos – a paz, a modernização das sociedades africanas, o combate a práticas e mitos ancestrais, o aumento da informação e do acesso a meios de prevenção são armas poderosas contra a infecção.

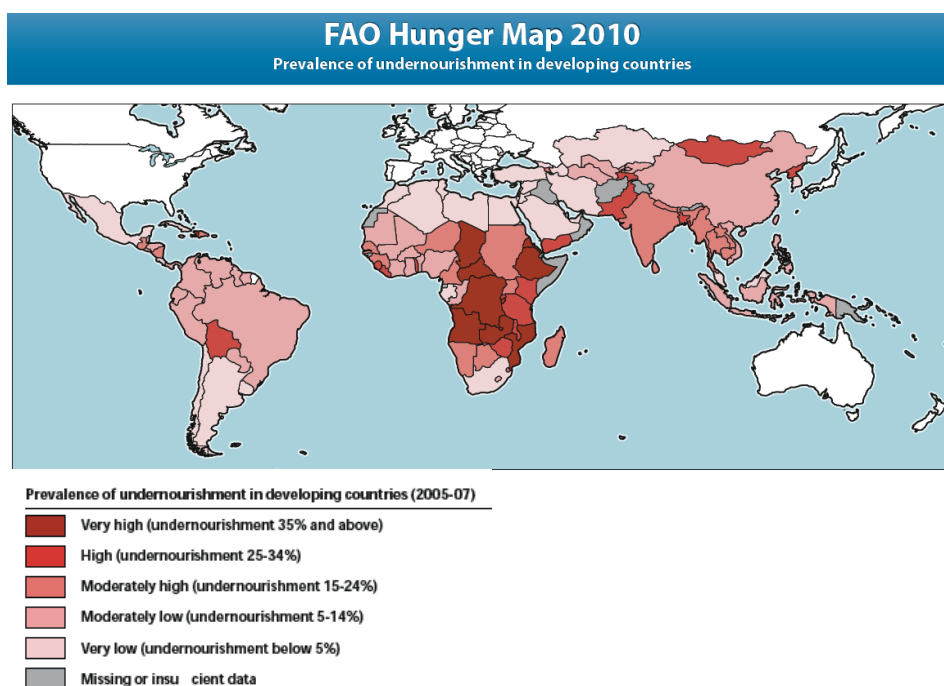
De acordo com a *Food and Agriculture Organization* (FAO)⁴, 23 países africanos estão em estado de emergência alimentar. Para que haja ajuda internacional sem prejudicar o produtor local, a organização afirma que as agências de ajuda humanitária devem incentivar compras locais ou transações triangulares. Nestas, uma terceira pessoa auxilia o comércio entre as outras duas partes. É o caso, por exemplo, de uma agência doadora compra grãos de uma cooperativa e os fornece a uma ONG, para que esta use os grãos em programas de nutrição, ou repasse para um armazém do governo para haver uma reserva. Para Mosca (2002), é desejável que os programas de ajuda alimentar de acção prolongada sejam acompanhados de programas que reactivem a produção.

Em meados da década de 1980 na África subsaariana era possível encontrar países que tinham passado ao largo do declínio dos agricultores, nos quais os que plantavam e cuidavam de animais continuaram sendo durante todas as tempestuosas décadas uma proporção constante da população: 70% na Libéria e cerca de 60% em Gana (Hobsbawm 1995:286).

A Ilustração 4, evidencia a gravidade da fome no planeta, que é representada pela intensidade da cor vermelha. A escala varia entre 'menor de 5%', que é o rosa mais claro até 'maior que 35%', o caso dos vermelhos bem escuros. África é o único continente com países em situações extremamente graves. Como se pode observar, o Quénia está inserido nos países nos quais a subnutrição é alta, entre 24% e 35% da população.

⁴ Disponível em: <<http://www.fao.org/english/newsroom/news/2003/20863-en.html>>. Acesso em: 6 de janeiro de 2010.

Ilustração 4 - A fome no mundo



Fonte: http://www.fao.org/fileadmin/templates/es/Hunger_Portal/Hunger_Map_2010b.pdf. Acesso em: 1 de Fevereiro 2011.

É importante referir alguns conceitos estruturantes para esta dissertação, como pobreza extrema, subnutrição, desnutrição, segurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade. Tendo por base estes conceitos, a fome define-se como um estado presente (ou futuro), agudo, crónico ou oculto de insegurança alimentar e de insegurança nutricional (Sanchez 2005). Passemos, resumidamente, aos conceitos:

- *Subnutrição ou insuficiência calórica*: déficit do consumo alimentar diário, medido em kcal por pessoa por dia.
- *Baixa qualidade do consumo alimentar*: consumo de alimentos pobres em vitaminas e minerais ou macronutrientes (alimentos que precisamos de ingerir em grande quantidade por dia, como hidratos de carbono).
- *Desnutrição*: condição patológica causada por uma dieta deficitária em nutrientes e micronutrientes ou uma incapacidade metabólica do mecanismo no seu processamento.
- *Pobreza extrema ou indigência*: rendimento familiar *per capita* inferior aquele requerido para comprar o cabaz básico de alimentos que satisfaça os requisitos diários mínimos de energia.

A fome pode apresentar-se sob três formas distintas:

- *Aguda*: a que decorre de catástrofes naturais, sendo, por isso, temporária ou transitória;
- *Crónica*: a que corresponde a um estado de fome permanente como consequência da falta de acesso recorrente à alimentação;

- *Ocultas*: a que é causada pela falta de micronutrientes essenciais.

Para Sen (2000), a fome é maior do que simplesmente a falta de alimentos. O autor (op. cit.) afirma que a fome se deve à carência alimentar súbita (da maioria) da população devido à deficiente capacidade para os indivíduos adquirirem alimentos.

Tabela 1- Efeitos do déficit alimentar, a curto e longo prazos

Curto prazo	Longo prazo
Fome	Desnutrição
Perda da vitalidade	Perda de mobilidade e morte
Surgimento de doenças	Quadros epidemiológicos complicados
Incremento da procura e possíveis dificuldades da oferta de serviços de saúde	Aumento dos orçamentos destinados à saúde e ou ruptura nos serviços de saúde
Baixa de produtividade, redução do tempo de trabalho e diminuição da produção	Afectação nos indicadores macroeconómicos e no comportamento da economia
Diminuição dos rendimentos escolares	Desintegração social e dificuldades no funcionamento da economia
Dificuldades de articulação social e rupturas no tecido económico	Aumento da vulnerabilidade social
Fragilização social	Ciclo de reforço mútuo entre pobreza e a fome/desnutrição
Insatisfação política e social dos afectados	Deslegitimação dos poderes, conflitualidades sociais, revoltas, etc
Importação de bens alimentares/ ajuda alimentar	Efeitos sobre a produção nacional
	Aumento das dificuldades em recursos externos e dependência económica

Fonte: Mosca, 2002:155.

A ajuda internacional pode ser vista como a transferência voluntária, mas não desprovida de interesses, de recursos de um país a outro, com o objectivo de beneficiar o país receptor.

De acordo com Moyo (2009), a ajuda internacional está dividida em três esferas:

- i) A humanitária ou emergencial, que são doações para regiões que sofreram alguma catástrofe natural ou guerra;
- ii) A caridade, que são em pequena escala, sendo feita por um pequeno grupo de pessoas, religiosos, ou até mesmo ONGs;

iii) A “ajuda” sistemática, que é o pagamento feito por organismos internacionais como o FMI ou o Banco Mundial (ajuda multilateral) ou a doação direta entre governos (ajuda bilateral).

Os dois primeiros tipos de ajuda, a humanitária e caridade, não deixam de ter mérito. Quando existem populações sofrendo devido a catástrofes naturais ou conflitos, como guerras civis, é importante que seja provido o básico para que essas pessoas continuem a viver. Os medicamentos, as tendas, os alimentos, as roupas entre outros bens, tornam-se necessários em situações de emergência. Esta ajuda deve entender-se como medida paliativa e que não permite a mudança da estrutura social e económica de um país (Mosca 2002).

Entretanto, quando a denominada ajuda começa a ser inerente às economias dos países receptores, como é o caso da sistemática, esta passa a ter outras consequências económicas e sociais para o país em questão (Moyo 2009).

De acordo com Borton e Nicholds (1994), existem medidas para que a segurança alimentar seja garantida. A flutuação dos preços das *commodities* é importante nos países em desenvolvimento, visto que a economia da maioria depende de produtos agrícolas. Para os autores (op. cit.), há dois modos de controlar os preços desses produtos.

- Manutenção do *stock* nacional de alimentos para que quando se observe alta de preços se coloque no mercado mais produtos semelhantes, fazendo com que o preço desses itens diminua. O contrário também pode ser feito, se a procura estiver baixa, diminui-se a oferta, o que elevará o preço do produto.
- A criação de *Bancos de cereais* com maior capacidade de armazenamento nas comunidades rurais faria com que os agricultores deixassem neste ‘Banco’ a sua produção, tendo a garantia de um preço mínimo, o que contribui para a circulação de capital na economia do país. Sem necessidade de vender rapidamente a produção (que ficaria armazenada), os preços manter-se-iam equilibrados, pois o produto seria colocado gradualmente no mercado.

Outra questão importante para a segurança alimentar são os programas de criação de emprego. As pessoas que trabalham têm acesso facilitado à alimentação, visto que o salário proporciona essa capacidade. Isso faz com que a dependência da ajuda alimentar internacional não aconteça (Borton e Nicholds 1994).

Quando não há condições favoráveis para a segurança alimentar das populações e onde não é possível planear a criação de empregos ou outras medidas indicadas, é necessária a distribuição de alimentos que supra as necessidades nutricionais das populações (op.cit.). Este tipo de medida, segundo os autores (op.cit) além de ser muito usada não deixa de ser igualmente criticada, uma vez que, na maioria dos casos, distribui somente cereais, o que não é adequado para uma dieta equilibrada. Por outro lado, parte das doações não chega aos mais necessitados, pois há casos em que parte das doações é

'desviada' pelas autoridades (op. cit.). É importante referir que os programas de doação de alimentos podem causar a dependência dos países⁵.

Existem diferentes significados para definir ajuda alimentar. Neste trabalho iremos adoptar o conceito de que a ajuda alimentar consiste na transferência gratuita ou a preços inferiores aos de mercado, de bens alimentares entre um país/organização doadora e outro, o receptor (...) e os receptores finais são as famílias ou pessoas que estão em situação alimentar deficitária, por falta de bens no mercado ou por insuficiência de recursos que permitam a acessibilidade aos alimentos (Mosca 2002:154).

Barrett (2005) entende a ajuda alimentar como doação vinda de organizações multilaterais de desenvolvimento, como o PAM, aos governos de países receptores e ONGs, para que sejam organizadas actividades voltadas para o desenvolvimento económico, agrícola, segurança alimentar e nutrição.

Este tipo de ajuda também é feito em períodos em que não existe qualquer emergência alimentar. De acordo com o '*Food aid or hidden dumping*' da Oxfam, de Março de 2005, cerca de 1/3 da ajuda alimentar mundial é usada para equilibrar as balanças de pagamentos dos países em desenvolvimento.

De acordo com Chossudovsky (1999), desde 1992 existe um fundo com USD 50 milhões para a intervenção humanitária em casos de emergência. Até 1998, diferentes organismos humanitários recorreram a esse fundo cerca de 50 vezes, atingindo a soma de USD 126 milhões, tendo sido devolvidos USD 116 milhões. Segundo Moyo (2009), desde 1970 mais de USD 300 mil milhões foram oferecidos ao continente africano como forma de ajuda.

Para Mosca (2001:202) a ajuda alimentar é um das formas de cooperação que contem os conflitos típicos entre o que é a emergência e a cooperação para o desenvolvimento. O autor conclui que a ajuda estimula os subsídios; está relacionada à projectos e não a políticas macroeconómicas; reforça o papel do Estado na economia; cria instabilidade na produção e no consumo e pode prejudicar a recuperação da produção.

Além destes factores, os produtos que chegam de outros países e que deveriam ser encaminhados à população carente, são desviados e usados para financiar o orçamento público. Tais produtos são normalmente transportados por empresas públicas, o que privilegia o monopólio (Mosca 2001).

As consequências da ajuda são, de facto, a redução da fome a curto prazo. Mas a entrada de produtos no país com preços menores (ou gratuitos) do que os praticados *in loco*, causam prejuízos para o produtor local, sendo que parte da ajuda pode ser vendida em mercados paralelos. Deve-se, também, considerar a questão de higiene dos produtos no mercado informal.

De acordo com o *website* do Fundo Monetário Internacional (FMI), este organismo dispõe de um conselho político e de assistência técnica para ajudar seus membros africanos a progredirem e atingirem a redução sustentável da pobreza.

⁵Disponível em: <<http://www.irinnews.org/report.aspx?reportid=58056>>. Acesso em 4 de Fevereiro de 2011.

El importante papel que juega la pobreza puede observarse en las crisis alimentarias más recientes. La emergencia a la que se enfrentan las comunidades de pastores de las tierras áridas del nordeste de Kenia se produce a pesar de una cosecha nacional que supera en un 15% la media, y un crecimiento del PNB de un 5% en 2005 (*Crisis alimentaria en África*, Informe 1 de Oxfam, Julho de 2006:11).

Segundo o então diretor da organização Dominique Strauss-Khan, o FMI propõe a reforma no Fundo para que haja maior preocupação na ajuda a países pobres e para que se mantenha a estabilidade macroeconómica em vista das mudanças dos preços das *commodities*. Ainda segundo Khan:

This is important because without macroeconomic stability efforts to increase growth and reduce poverty are not likely to get very far, and without macroeconomic stability it is very difficult for development institutions and agencies to be effective⁶.

O continente africano é uma região em que o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) é aplicado, pois ali há países com instabilidade política, pobreza e conflitos internos. O PAE é traduzido em acções do FMI e do Banco Mundial assinadas com os governos de países em desenvolvimento, ou seja, *um conjunto de medidas económicas baseadas fundamentalmente em pressupostos neoclássicos, que as Instituições de Bretton Woods sugerem para a saída da crise* (Mosca 2002:138). Tais medidas são normalmente acompanhadas de reformas políticas voltadas à ditadura, o unipartidarismo etc, para formar uma estrutura básica que dê equilíbrio ao país.

A maioria dos estudos realizados sobre a história da África pós-colonial revela as seguintes causas do seu atraso: o excessivo peso militar na condução política do Estado (com ditaduras militares prolongadas a interromperem experiências democráticas pós-independência e muitos golpes de Estado entre os anos de 60 e 80); violência política; regimes autoritários; manipulação étnica como instrumentos de luta pelo poder; corrupção; exploração não criteriosa dos recursos naturais e degradação ambiental daí resultante; crescimento demográfico; alastramento da pobreza e da fome; má preparação das elites; incapacidade do Estado para cumprir obrigações públicas e satisfazer as necessidades básicas da população; excesso de intervenção do Estado na economia; dívida externa crescente (Trindade 2006:10).

Para o FMI, uma alternativa seria a relação próxima entre os países africanos.

A pouca expressão africana na economia internacional, as grandes assimetrias regionais, os graves problemas de desenvolvimento e a debilidade de muitos Estados, patentes em muitos conflitos, e a conseqüente complexidade de gestão destes mesmos conflitos, são motivos bastante para se encarar a integração regional, não só como uma das melhores soluções para o desenvolvimento, como a opção mais integradora para a resolução e prevenção dos conflitos. Neste aspecto, a integração regional começa a ser vista como peça importante do espírito emanado da máxima "soluções africanas para problemas africanos" (Trindade 2006:33).

O projeto da ONU intitulado *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD), tem o objectivo de prover a cooperação económica entre vários países do continente. De acordo com Trindade (2006:15) o

⁶ Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2008/CAR022908A.htm>>. Acesso em: 30 de maio de 2008.

NEPAD é uma iniciativa africana que, em articulação com os parceiros internacionais, pretende romper com o passado de dependência da ajuda externa em favor de um novo ciclo da vida de África.

Ainda que no contexto do NEPAD se pretenda trabalhar com a comunidade internacional na base do respeito mútuo, uma das características centrais do projecto é a de pertencer e de ser criado por africanos. Seus objectivos são (Trindade 2006:59):

- Promoção da paz, segurança, democracia, direitos humanos e boa governação;
- Promoção da integração regional e continental africanas em matéria de prestação de serviços públicos regionais, como a energia, os transportes, a água, a erradicação das doenças, a protecção do meio ambiente e os investimentos;
- Combater o défice de infraestruturas pela constituição de eixos rodoviários e de auto-estradas trans-regionais e a consequente captação de financiamentos privados estrangeiros;
- Promover a educação e trabalhar com os doadores para se atingir o objectivo internacional do ensino primário universal em África no ano de 2015. Reformar os programas do ensino e formação profissional, promover a criação do ensino especializado superior e investigação. Para tal, é necessário proceder a avaliação das necessidades regionais e avaliar os índices de dependência e de despesa pública consagrados à educação;
- Criar uma resposta rápida e eficaz aos problemas de saúde: acesso à água potável, garantir condições de higiene, luta contra a SIDA e políticas de educação de prevenção de doenças transmissíveis;
- Implementar a reforma agrária, segundo o desenvolvimento sustentado;
- Desenvolver o sector energético e pesquisar novas fontes de energia com capacidade de exploração, racionalizar a distribuição geográfica dos recursos energéticos e desenvolver a energia solar;
- Aplicar um programa diversificado e exaustivo de produção, promoção das exportações e melhoria do acesso aos mercados de países industrializados;
- Promover a cultura ambiental;
- Criar políticas que promovam emprego, estimulem a captação de capitais privados, encorajem novas iniciativas para a resolução da dívida do continente e reforma da ajuda ao desenvolvimento.

O NEPAD é resultado da iniciativa dos chefes de Estado da Argélia, África do Sul, Egito, Nigéria e Senegal e pode ser usado por investidores como guia de onde aplicar capital.

Se for assumido que as políticas internas são definidas pelos poderes políticos locais, as acções de cooperação e de assistência deveriam submeter-se ao quadro geral das prioridades nacionais (Mosca 2002:51).

Mesmo sendo uma iniciativa que partiu dos líderes do continente para o seu próprio desenvolvimento, há duras críticas em relação ao NEPAD por haver exclusão da sociedade civil nas decisões. Porém, se não houver cooperação no continente africano, os interesses nacionais predominarão sobre os interesses regionais, o que acentuará a dependência de diversos países às economias mais industrializadas.

As intervenções estrangeiras constituíam um fenómeno que era parte da própria política africana, solicitada por alguns de seus protagonistas em defesa de seus interesses, e não unicamente uma forma de ingerência contra os africanos em seu conjunto (Vizentini 2007:174).

A ruptura da economia tradicional fez com que muitos países tivessem meras economias de subsistência (Carvalho 2005) e a sobrevivência das populações ficou dependente da ajuda internacional. A dependência dos países africanos de tal ajuda é tão acentuada, que, segundo Terry McKinley, Director do *Centro Internacional de Pobreza* (instituição de pesquisa do PNUD), a ajuda monetária é poupada e são gastos apenas 28% da verba total para que não haja inflação. Afinal, essa é uma prerrogativa do FMI para fazer empréstimos⁷.

Os programas de ajuda, embora positivos a curto prazo, geram problemas a médio e longo prazos com efeitos nefastos sobre a produção local e regional. Exercem influência nos preços internos, abrem caminho à interferência em políticas nacionais, entre outros aspectos (Mosca 2002).

Há também a questão da corrupção, agravada pela situação miserável da população. O dinheiro que deveria ser destinado à melhoria do padrão de vida dos habitantes é, muitas vezes, desviado por quem está no poder. Isso gera pressão interna, revoltas e instabilidade que fazem com que a maior parte do continente africano se encontre num ciclo vicioso. Segundo Mosca (2002:156),

Em muitas ocasiões é difícil reconhecer os limites entre o papel humanitário imediato e os objectivos políticos “não declarados” já que, a ajuda é usada como ferramenta de pressão política. Principalmente no começo do presente século, a ajuda humanitária associada a iniciativas internacionais bélicas, passou a ter também o papel de redução de ações militares. Assim, a intervenção ‘legitimada’ por ser humanitária, esconde suas verdadeiras intenções.

Mosca (op. cit.) cita Wuyts (1989) afirmando que as agências doadoras preferem importar roupas em vez de apoiar a indústria local a produzir esses bens. De acordo com Shikwati (2005:13),

Se você der dinheiro a um mendigo e voltar a vê-lo na rua no dia seguinte, não se pode dizer que você o tenha ajudado. Ele continua mendigando. É isso que está acontecendo na África. Os países ricos anunciam mais e mais doações a cada ano. Temos de parar com isso. É preciso tirar o mendigo da rua. Temos de descobrir os

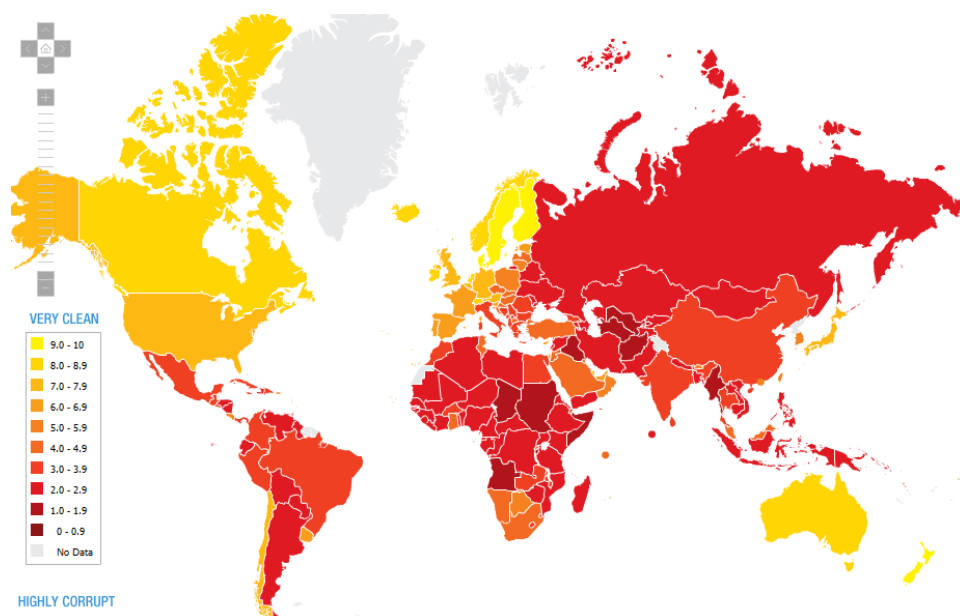
⁷The IMF loan conditions focus mostly on monetary and fiscal issues. They emphasize to tackle inflation and balance-of-payments, often requiring specific levels of cutback in total government spending levels (Leonard 2006:441).

potenciais desse mendigo, pois isso sim poderá melhorar sua vida. A África necessita é de uma chance para ser capaz de administrar e comercializar as próprias riquezas.

Em relação à corrupção, Shikwati (op.cit.) diz que parte dos alimentos doados é revendida por políticos nos empórios de suas tribos. A ajuda internacional corrompe os governantes africanos (op.cit.). Assim, os próprios africanos devem fiscalizar os seus governantes uma vez que muitos usam o dinheiro para a guerra e compra de votos (op. cit.).

Elemento igualmente determinante neste domínio e que tem sido um dos principais flagelos africanos, é a corrupção (Trindade 2006:14).

Ilustração 5- Corrupção em África



Fonte: Transparency International. Corruption Perceptation Index 2010. Disponível em: <http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2010/results>. Acesso em 16 de março de 2011.

Deve-se ressaltar que governos corruptos e ditatoriais normalmente controlam a livre expressão do povo e abusam da violência (Mosca 2002). Para Cardoso (2005 s/p),

Os procedimentos democráticos básicos – eleições, separação de poderes, primado da lei sobre a força – têm vindo a ser apropriados pelas elites governantes que vão criando as suas alianças e clientelas internas e externas. É interessante notar a durabilidade de grupos e personalidades no poder que outrora defendiam regimes militares ou de partido único. Esta conversão democrática das elites veio, aparentemente, para ficar e é largamente consensual. Ou seja, o espaço político está mais aberto, a imprensa é mais livre, os tribunais vão cultivando alguma independência do poder político.

Com a livre circulação de informações é mais fácil controlar as acções dos governantes, como afirma Shimitt (1988:38): *freedom of public discussion, especially freedom of the press is the most effective protection against political abuses, and 'controlling power'*. Informações e dados são ocultados das populações e até adulterados, mas nem por isso a situação deixa de existir. Entretanto torna-se difícil comprovar actos ilegais cometidos pelos presidentes ou primeiro-ministros.

A liberdade do indivíduo, a democracia e a livre-expressão são fundamentais para atingir o desenvolvimento de um país. Segundo Sen (2000) o país com mais rápido crescimento do continente africano, o Botsuana, tem sido um oásis de democracia naquele continente conturbado.

Grande parte da ajuda destinada a África provem do G8 que em cada cúpula discute o aumento das doações⁸. Apesar da ajuda do G8, o economista queniano James Shikwati (2005) defende que a ajuda humanitária desestabiliza o desenvolvimento do continente, uma vez que o dinheiro da ajuda internacional prejudica o sector produtivo e a livre-iniciativa. No Quénia, parte do dinheiro que veio de doações internacionais foi investida no sector de telecomunicações, controlado pelo Estado de forma ineficiente (op.cit.). A situação na agricultura é ainda mais grave, pois o envio de toneladas de alimentos arruinou os produtores locais, que são incapazes de competir com os alimentos distribuídos à população, deixando de produzir (op.cit.). Assim, criam-se novas famílias de pessoas pobres, que passam a depender da ajuda internacional. É uma espiral sem fim, que também desestimula o comércio de alimentos entre os países africanos. Se faltarem alimentos no Quénia devido à seca, em vez de tentar fazer negócios com os países vizinhos, como Uganda e Tanzânia, pede-se comida aos países europeus ou aos Estados Unidos.

En Kenia, en donde existe un ciclo de sequías bastante predecible, hay un SAT (sistema de alerta temprana) sofisticado y efectivo, pero el gobierno no ha establecido las estructuras y los recursos institucionales necesarios para responder de manera rápida (*Crisis alimentaria en África*, Informe 1 de Oxfam, Julho de 2006:9).

Marques (2008) cita Wall (2000) dizendo que qualquer governo pode, se assim desejar, ter medidas efectivas para combater a fome. Ainda para Marques (2008:27) a acção dos governos revela-se fundamental para a prevenção e diminuição da taxa de mortalidade devido a fome. Entretanto Schneider (1978:23) afirma que *l'insuffisance des ressources (fiances, adiministration personnel) dont diposent les pays bénéficiaires pour planifier et mettre en oeuvre les projets de ce genre est un obstacle bien réel*.

Para isso, foram desenvolvidos mecanismos e critérios para avaliar adequadamente as diferentes situações (Devereux 2000). O primeiro é o sistema de alerta. Como a fome não é algo que surge repentinamente, é possível mensurar o nível nutricional da população e desenvolver políticas que combatam de forma rápida e eficaz essa questão. O segundo mecanismo são as escalas de intensidade e magnitude das crises alimentares, ou seja, medem a gravidade de determinada crise num período de tempo e

⁸ O G8 deveria aplicar USD 4 bilhões em comércio; de acordo com os cálculos seriam necessários USD 16,9 bilhões na área da saúde; USD 5 bilhões para fornecer educação básica; e USD 2 bilhões para questões sanitárias (Data Report 2007).

o impacto que têm nas populações. Por fim estão os critérios nutricionais que fornecem indicadores padrão para a comparação de crises (Howe 2004).

Aargumenta-se que a ajuda traz desvantagens ao país que a recebe e Schneider (1978:11) observa: *un examen des documents consacrés à ce thème montre qu'il est extrêmement difficile de quantifier avec précision les effets de l'aide alimentaire sur la production agricole des pays bénéficiaires, en s'appuyant sur des cas concrets.*

Schneider (op.cit.) argumenta que a ajuda alimentar resulta em implicações nos preços e, consequentemente, na produção. Há ainda a influência nas políticas sectoriais dos países receptores (op.cit.). Tal acarreta efeitos na repartição dos investimentos nos planos de desenvolvimento, preços, impostos, construção de estabelecimentos públicos, reforma agrária, no crédito, etc. Os efeitos directos e indirectos devem ser considerados a curto e longo prazos (op.cit.).

Na notícia da BBC '*Proud Ghana still depends on aid*', o analista ganês da *Databank*, Daniel Ogbarmey Tetteh afirmou: *Aid is good, but we can't rely on it forever.*

Para que os projectos de desenvolvimento em África sejam eficientes, existem factores essenciais como um mínimo de boa governança, respeito pelos direitos humanos, potencial humano/físico local, tecnologia apropriada, comunidade receptiva e um mínimo de ordem social, acesso a verbas, além de capacitação para dar sustentabilidade ao projecto (Martin 2006: s/p).

Nyerere (1968 citado por Martin 2006) refere que o ser humano se vai desenvolvendo à medida que cresce ou ganha o suficiente para prover condições decentes para si e para sua família e não se desenvolve ao receber o mesmo de outrem. Esta afirmação pode também ser interpretada no âmbito dos Estados africanos, ou seja, um país desenvolve-se a partir de si mesmo, e não quando terceiros simplesmente lhe derem o que ele precisa. Isso leva alguns (op.cit.) a afirmarem que a 'mudança' acontece de fora para dentro, enquanto o ideal seria de dentro para fora. Segundo Martin (2006), estudos mostram que os direitos com maior probabilidade de serem violados pelo subdesenvolvimento são o económico e o político. De acordo com a definição da Declaração dos Direitos das Nações Unidas, os direitos podem ser usados como critérios para mensurar o impacto da pobreza nas pessoas. Para Martin (2006: s/p),

Os últimos cinquenta anos de desenvolvimento económico e político na África produziram um sucesso limitado. Entre as razões para a limitação, encontramos projetos deficientes em componentes essenciais, instituições locais incapazes de manter suas atividades quando não mais contavam com insumos (*inputs*) externos e, igualmente, atores locais que respondiam somente a estímulos e estratégias externas em vez de se tornarem agentes de seu próprio desenvolvimento.

Os desafios para o desenvolvimento dos Estados africanos envolvem três questões interligadas: a democracia, a consolidação da nação e o desenvolvimento económico e social. Com a escolha de um governo democraticamente eleito, a probabilidade de ter melhor distribuição de recursos tende a ser mais igualitária. Porém, isso não se observará antes da unificação do país, sem disputas tribais ou pelo poder ou chacinas de grupos rivais (op.cit.).

2. Enquadramento histórico

Para entender o contexto em que se encontra actualmente o continente africano, especialmente o Quênia, e como se chegou à presente situação de necessidade de ajuda alimentar, importa destacar alguns marcos históricos.

A conservação das fronteiras estabelecidas na Conferência de Berlim, a conveniência das iniciativas dos EUA, da então URSS e das elites dos Estados Africanos durante a Guerra Fria, além da própria exploração do continente, são dados que ajudam a entender o presente do continente.

Segundo Bari (2006), se o colonialismo trouxe o progresso representado por processos modernos de cultivo e de irrigação, de implantação de infraestruturas como ferrovias, telégrafos, portos, hospitais, escolas, universidades e bancos, também significou derramamento de sangue em guerras coloniais, massacres de populações nativas, entre outros graves problemas como subalimentação, erosão dos solos, desestruturação do tecido social de inúmeras comunidades tradicionais e descaracterização de culturas.

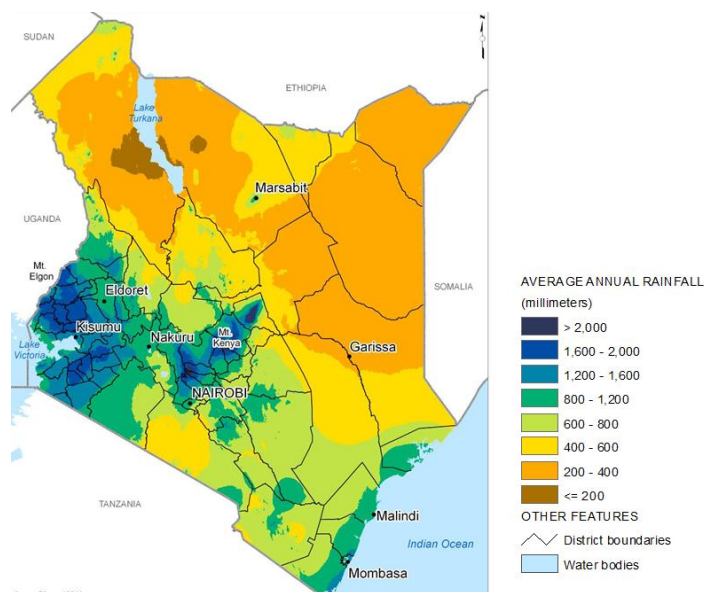
2.1. O caso do Quênia

A contextualização geográfica do país em estudo é fundamental para perceber o tema a investigar e para entender a contextualização do mesmo na região. Dessa forma, importa fazer referência, ainda que sucinta, abordando aspectos como o clima e irrigação, que são responsáveis pelas condições agrícolas do Quênia.

De acordo com o Factbook da CIA, o Quênia é atingido pela desflorestação, desertificação, secas, erosão do solo e enchentes na época das chuvas longas, entre Abril e Junho. Segundo White (2001), nesse período ocorrem 88% das chuvas anuais no país. Nos meses de Outubro e Novembro é a época das chuvas curtas e entre esses períodos de chuva ocorrem as secas.

Questões como secas, alagamentos, degradação ambiental e alta dos preços provocam insegurança alimentar que, de acordo com o USAID Food Insecurity 2010, pioram a pobreza e os conflitos étnicos.

Ilustração 1- Mapa da média anual de precipitação pluvial no Quênia.



Fonte: World Resources Institute 2007. Nature's Benefits in Kenya, an Atlas of Ecosystems and Human Well-being.

Como se pode perceber no mapa acima, na região costeira e na região entre o Lago Vitória e o centro do país há maior incidência de chuva, acima de 800mm (World Resources Institute 2007. Nature's Benefits in Kenya, an Atlas of Ecosystems and Human Well-being).

The high rainfall areas tend to be intensively cultivated on a small-scale semi-subsistence basis with varying amounts of cash cropping. Food crops are in great variety, but most important and widespread are maize, sorghum, cassava and bananas. The principal cash crops, which provide the majority of exports, are tea, coffee, pyrethrum and sisal. The first three are particularly suited to the highlands and their introduction was associated with large-scale farming on the alienated of the former 'white highlands'. Horticultural produce (in particular, cut flowers) is an increasingly significant export. The dairy industry is important both for domestic consumption and for export. The herds of cattle, goats, sheep and camels of the dry plains support a low density of mainly subsistence farmers (...) Fisheries are of local importance around lake Victoria and are of great potential in lake Turkana (Morgan *in* Africa South of the Sahara 2004: 548)

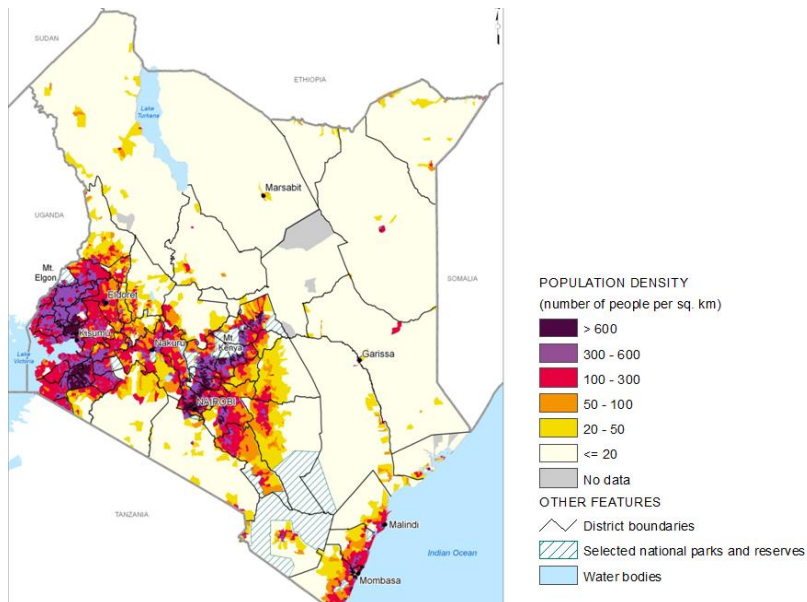
Segundo o Factbook da CIA, a parte mais árida do país, é o extremo nordeste. A região norte da África é influenciada pelo fenômeno La Niña, que a cada dois ou cinco anos é responsável por grandes secas (Prices and Food Security: April - June 2011. PAM)⁹.

Segundo o World Resources Institute (2007), a precipitação fica entre 400–600mm nas regiões norte e leste, que limitam as zonas áridas e semiáridas do país. Com essa diferença de precipitação no

⁹ Disponível em: <<http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/ena/wfp238240.pdf>>. Acesso em: 5 de agosto de 2011.

território, 15% do território recebe chuva suficiente para a produção do milho. Outros 13% recebe chuva suficiente para lavouras mais resistentes à seca. Os 72% restantes não são aráveis.

Ilustração 2- Densidade populacional no Quênia

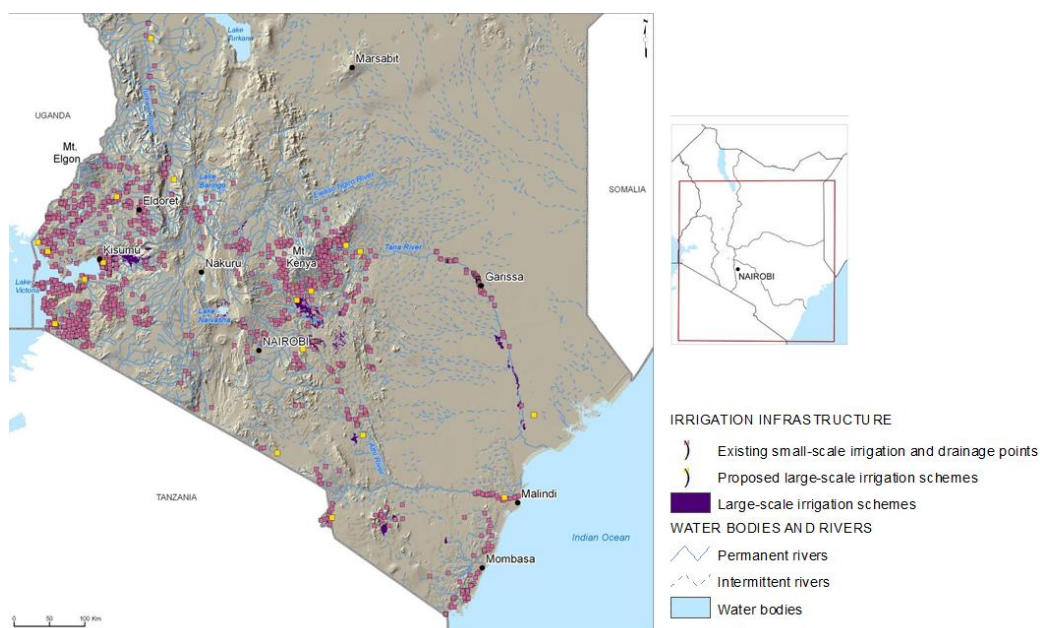


Fonte: World Resources Institute 2007. Nature's Benefits in Kenya, an Atlas of Ecosystems and Human Well-Being.

Segundo o World Resources Institute (2007) e, de acordo com a Ilustração 2, a maioria dos quenianos vive em áreas agrícolas, perto do Lago Vitória e na costa do Índico. Nessas regiões a densidade chega a 600 pessoas/km² e nas áreas mais secas a densidade é de menos de 20 pessoas/km².

A ilustração 3 mostra os principais rios com a distribuição geográfica dos cursos de água. Os Lagos Vitória, Turkana, Naivasha e Baringo são as maiores fontes de água intra-territorial. São mostrados também os rios perenes nos altiplanos e nas montanhas. Os rios Tana e Athi são importantes para as zonas áridas, pois são fontes de água e de energia. A rede de rios perenes é mais densa nas regiões central e oeste, o que gera um fornecimento desigual de água. Podem ainda observar-se concentrações de irrigação nas regiões central e sul do país, sendo os pontos de irrigação em pequena escala prevalentes no Lago Vitória e na base do Monte Quênia. De acordo com World Resources Institute (2007), 98% das lavouras necessitam da água da chuva.

Ilustração 3- Áreas de plantações irrigadas no Quênia



Fonte: World Resources Institute 2007. Nature's Benefits in Kenya, an Atlas of Ecosystems and Human Well-being.

O Quênia é um país do leste africano, ex-colónia britânica e pertencente à *Commonwealth*, com cerca de 40 milhões de habitantes, de acordo com os dados de 2009 do Banco Mundial¹⁰.

Segundo o *website* do PAM, por causa das fracas chuvas no começo de 2010, cerca de 1,6 milhões de pessoas ainda precisam de assistência alimentar. Na sua maioria são famílias de pastores e de agricultores.

Since independence, Kenya has received substantial amounts of development aid. The share provided by the United Kingdom has fallen, while multilateral agencies have increased their share (Buren in *Africa South of the Sahara* 2004:564).

Trindade (2006:10) refere que mesmo após décadas de independência, muitos países africanos ainda têm pouco para apresentar em matéria de progresso e de bem estar, revelando que a independência política, só por si, não terá sido suficiente para criar as condições necessárias que os coloquem na rota do desenvolvimento.

O Quênia, conhecido anteriormente como *British East Africa*, foi declarado protectorado britânico em 1895, para assegurar a rota para Uganda. Em 1914, os assentamentos brancos encontraram resistência armada por parte dos africanos e na década de 1920 surgiram as primeiras actividades políticas africanas.

Em 1944, formou-se a *Kenya African Union* (KAU) de cunho nacionalista e que passou a reivindicar o acesso às terras dos fazendeiros brancos. O líder da organização era Jomo Kenyatta, da tribo

¹⁰ Disponível em <<http://data.worldbank.org/country/kenya>>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2011.

Kikuyu. Durante os anos de 1952 e 1956, ocorreu a revolta dos Mau Mau, sociedade secreta que iniciou uma série de atentados contra os brancos e aos quenianos que os apoiassem com o objectivo de libertar o país da metrópole. Os britânicos declararam estado de emergência no país e Kenyatta foi detido.

O estado de emergência foi retirado em 1960 tendo sido criada uma constituição de transição. O texto constitucional legalizou os partidos políticos e passou a ser aceite uma maioria negra no conselho legislativo.

A KAU foi reorganizada e tornou-se a *Kenya African National Union* (KANU). Kenyatta foi eleito primeiro ministro do Quénia em 1963, ano em que o país se tornou independente. O governo era focado na tribo Kikuyu, o que gerou revolta entre as minorias. Kenyatta repetiu o que foi feito pelos colonos britânicos, mas ao invés de privilegiar os brancos, privilegiou sua tribo em detrimento dos outros grupos étnicos do Quénia (Rake in *Africa South of the Sahara* 2004).

Durante a Guerra Fria, com o mundo dividido entre regimes socialistas e o mundo capitalista, o Ocidente fechou os olhos perante o regime corrupto e violento de Kenyatta, uma vez que era visto como aliado (*op.cit.*). Divergências internas na KANU levaram à criação do *Kenya People's Union* – KPU.

Com a política de instalação de empresas transnacionais nos 15 anos seguintes à sua independência, o Quénia teve um crescimento significativo, tornando-se um dos países de maior sucesso em África (Rake in *Africa South of the Sahara* 2004). Porém, após alguns anos de seca que geraram colheitas pobres (a pior seca sendo em 1984) em 1992 o país teve crescimento negativo do PIB sendo que outras causas estiveram igualmente na origem de tal crescimento negativo: conflitos étnicos, instabilidade política, dependência dos preços internacionais das *commodities* e suspensão da ajuda internacional.

Na segunda metade dos anos 80 e princípios dos anos 90, o comércio africano caiu cerca de 40% e declinou a produção industrial e agrícola, esta em especial na África austral, por causa da seca prolongada (Trindade 2006:11).

As taxas de crescimento anual do PIB foram em média 6,8%. Porém, entre 1980 e 1990, a média caiu para 4%. E de 1991 até 2001, a suspensão dos créditos do FMI e as secas prolongadas resultaram na média anual de crescimento do PIB de 1,7%. Entre os anos de 1995 e 2005, o PIB do Quénia desceu 14,5%.

Trindade (2006) afirma que o HIV/SIDA afectou as estruturas produtivas e a própria segurança alimentar dos países africanos.

At independence in 1963, formal-sector agriculture in Kenya was export-orientated and was based upon large scale commercial agriculture of the settled 'white high-lands' and on European and Asian -owned plantations. Much of the Government's agricultural effort in the early years of independence was devoted to a land-reform programme design to transfer land from the European settlers and to resettle African upon it (Buren in *Africa South of the Sahara* 2004:557).

Enquanto presidente, Jomo Kenyatta não deu importância à integração regional através do *East African Common Services* ou da sua sucessora *East African Community* - EAC. Enquanto o Uganda se encontrava sob o regime de Idi Amin, o Quênia manteve-se neutro e as relações com a Tanzânia se fossem deteriorando (Rake in *Africa South of the Sahara* 2004).

Em 1978 após a morte de Kenyatta e com a deposição de Amin, o leste africano teve esperança de viver dias melhores e haver melhores relações entre os Estados. Contudo, o Quênia tinha suspeitas sobre o papel militar da Tanzânia no Uganda (*op.cit.*). Quando Milton Obote se tornou presidente do Uganda as relações entre os Estados melhoraram e a fronteira entre o Quênia e a Tanzânia foi reaberta, sendo retomadas as conversações sobre o EAC.

Do ponto de vista económico e financeiro, nos anos 70, as grandes opções foram para políticas estruturais inadequadas, com grandes empreendimentos públicos de qualidade e oportunidade duvidosas. A política monetária restringiu o crédito ao sector privado em favor da intervenção do Estado e de taxas de juros que desencorajaram a poupança em resultado, a dívida pública e o endividamento externo dispararam, gerando, por sua vez, atrasos nos pagamentos e no cumprimento dos compromissos do próprio Estado (Trindade 2006:11).

A complicada história da região ainda passaria por mais períodos turbulentos, com conflitos armados na Somália e Etiópia, na fronteira norte do Quênia. Os problemas associados às milícias desses países foi que estas invadiram o território queniano, roubavam o gado dos pastores, além de o governo da Somália exigir parte do nordeste do Quênia, uma vez que ali há grande quantidade de somalianos.

Desde a morte de Kenyatta o país passou a ser governado por Daniel Arap Moi, que continuou a linha de governo de seu predecessor. Porém, os baixos preços das *commodities*, as secas e a substituição de alimentos pela cultura para exportação aumentaram as tensões internas (Rake in *Africa South of the Sahara* 2004).

Em 1986, a tensão entre o Uganda e o Quênia aumentou, pois aquele afirmava este havia interferido nas cargas que passavam na estrada para Mombasa. Além de alegarem que o país abrigava rebeldes contra o então presidente ugandense Yoweri Museveni que colocou tropas na fronteira dos dois países. Moi negou a acusação e disse que se houvesse ofensiva por parte do Uganda, o Quênia reagiria. A tensão agravou-se e por quatro dias ambos os exércitos se atacaram na fronteira, o que culminou na expulsão do embaixador do Uganda e de cidadãos ugandenses do território queniano (*op.cit.*).

Esse entrave, que não foi o último, acabou em 1991 quando os presidentes do Uganda, Tanzânia e Quênia se reuniram em Nairóbi e declararam seu comprometimento à cooperação para desenvolvimento da região. Em 1996 foi oficializado o *Secretariat of the Permanent Tripartite Comision for East African Co-operation*, e em Junho de 2000 a EAC foi ratificada.

Regional trade is important to Kenya, which has consistently had a favorable trade balance with its neighbors, to which it exports petroleum products, food and basic manufactures in particular (...) The revival of the East African Community (EAC) should stimulate trade between Kenya, Tanzania and Uganda (Rake in *Africa South of the Sahara* 2004:548).

No início de 1987 a crítica internacional intensificou-se em relação ao Governo de Moi, por causa das novas alegações de violações contra os direitos humanos no Quênia.

Em Julho de 1988 as emendas constitucionais aprovadas pela Assembléia Nacional permitiram ao presidente rejeitar julgamento e aumentaram o período de detenção de pessoas suspeitas em crimes como ofensas contra o governo de 24 horas para 14 dias. Também tornou ilegal a fundação de novos partidos, expulsou integrantes do KANU e prendeu opositores. Estas medidas destruíram a independência do poder judiciário e levaram à intensificação das críticas internacionais acerca dos direitos humanos para o Governo.

Em Novembro de 1991 membros do partido de oposição *Forum for the Restoration of Democracy* foram presos, acusados de planearem uma reunião pró-democracia em Nairóbi. Durante aquele mês, o Quênia teve as ajudas bi e multilaterais suspensas até 1992. Os doadores basearam esta suspensão na falta do cumprimento dos Direitos Humanos. Ainda em 1992 foi permitida a introdução de um sistema político multipartidário com a formação e registos de novos partidos, como consequências da pressão internacional (*Rake in Africa South of the Sahara* 2004).

Durante a primeira metade de 1992, pelo menos 2 mil pessoas foram mortas e 20 mil ficaram desabrigadas devido a conflitos tribais no oeste do Quênia. Os líderes da oposição acusaram a administração de Moi de incentivar a violência. Para Moi, as tensões eram inevitáveis por causa das novas liberdades políticas (*op.cit.*).

Devido às falhas cometidas pelo governo, Mwai Kibaki, futuro presidente do país, resolveu sair do seu então partido, o KANU, e criar o *Democratic Party* – DP.

As eleições presidenciais daquele ano foram ganhas novamente por Moi, com 36,35% dos votos (*op.cit.*). Os outros concorrentes tiveram suas candidaturas desqualificadas ou foram alegadas irregulares. *Votes were cast predominantly in accordance with ethnic affiliations, with the two largest tribes, Kikuyu and Luo, overwhelmingly rejecting KANU* (*Rake in Africa South of the Sahara* 2004: 550). Mesmo assim, o grupo de monitorização eleitoral da *Commonwealth* considerou que as eleições reflectiram a 'vontade do povo', apesar das acusações contra o Governo de corrupção, intimidação e incompetência.

Em 1993 ocorreu uma das maiores tensões tribais no Quênia desde a independência, principalmente nas terras ocupadas pelos Maasai, Kikuyu e Kalenjin. Centenas de famílias da tribo Kikuyu foram expulsas de suas fazendas, sendo estas ocupadas pelos Kalenjin. Com essa situação, o Governo queniano foi acusado novamente pela comunidade internacional por não conter a violência e assumir uma política de limpeza étnica. Moi acusou seus opositores de fomentar a guerra civil e aumentou o poder das forças de segurança.

In November the international human rights organization Africa Watch reiterated allegations that the ethnic violence had been deliberately exploited by Moi and his associates in order to undermine the move towards political pluralism. The organization estimated that 1,500 people had been killed and 300,000 displaced since the clash begun (*Rake in Africa South of the Sahara* 2004:551).

A corrupção evidente, em conjunto com a contínua adopção de táticas de repressão pelo Governo e a oposição dividida e pobremente organizada, levou ao maior descontentamento popular. Em Junho de 1994 os principais grupos de oposição formaram uma fraca coalizão, a *United National Democratic Front* - UNDA, na tentativa de ganhar uma vantagem tática em futuras eleições.

Em Novembro de 1994, após a decisão de organizações internacionais para suspender a ajuda ao Quénia, os EUA anunciaram a suspensão de USD28 milhões em ajuda. Em Julho de 1995 o Reino Unido também suspendeu a ajuda financeira. Em Janeiro de 1996, e para manter o fluxo de ajuda internacional, a administração retirou provisoriamente o esboço controverso da legislação que teria restringido severamente a liberdade da imprensa. Em Julho, empossou um comité de direitos humanos para investigar abusos cometidos pelas autoridades quenianas. Contudo, Moi anunciou posteriormente que as reformas constitucionais defendidas por doadores estrangeiros, não seriam consideradas relevantes antes das próximas eleições, em 1997.

Em Fevereiro de 1997, o Quénia tornou-se signatário da Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes. Ainda existiam preocupações em relação à corrupção na sociedade queniana. Nesta época o FMI suspendeu novamente os empréstimos ao país, pois não foi desenvolvida uma política efectiva contra a corrupção nem ocorreram melhorias no sistema de recolha de receita. Após a suspensão, a administração de Moi anunciou a criação de uma autoridade anti-corrupção e decidiu liberar a reunião pública de opositores, como meio de ter novamente o controle da reforma que o país passava.

In early July 1997, on the anniversary of the pro-democracy demonstration of 1990, illegal rallies were held across Kenya in support of constitutional reform. Security forces were accused of using excessive force, of attacking worshippers in the Anglican Cathedral in Nairobi, and were widely reported to have committed unprovoked acts of violence against passers-by. The disturbances continued for several days, and a number of people were killed (Rake in *Africa South of the Sahara* 2004:551).

Este período foi marcado por graves conflitos étnicos e os partidos políticos mandaram representantes ao Parlamento para mudar a legislação e evitar mais violência. A Assembleia Nacional aprovou a legislação que emendava a Constituição, garantindo eleições democráticas, justas e livres. Detenções sem julgamento terminaram e houve então liberdade para reuniões públicas sem autorização prévia e facilitação para registrar novos partidos (op.cit.). Entretanto as novas leis não foram seguidas pelo governo, havendo ainda muita violência no país. Moi se reelegeu em 1997, seu quinto e último mandato, o que provocou nova onda de violência, resultando em mortes e deslocamentos em massa da população.

The disturbances were blamed by the Government on bitterness in the Kikuyu and Luo communities at the outcome of the elections, and by the Kikuyu and Luo on persecution by the security forces and by the smaller tribal groups which had voted for Moi (Rake in *Africa South of the Sahara* 2004:552).

Em 1998 deu-se o atentado contra a embaixada dos Estados Unidos em Nairóbi o que fez aumentar a presença de autoridades americanas no Quénia ocorrendo buscas (principalmente em regiões

islâmicas) pelos culpados do ataque. Os EUA aprovaram USD38 milhões em programas de ajuda humanitária para as vítimas quenianas do atentado.

Entre 1994 e 1998, a economia recuperou ritmo, consequência da melhoria das colheitas, da abertura do mercado da Comunidade da África Oriental às exportações do Quénia e do desenvolvimento do sector de serviços.

Kenya's first development plan, revised in 1966, covered the period 1964-70. Important objectives of the plan included the Kenyanization of the economy, until then largely in expatriate hands. Subsequent five-year plans stressed rural development and were aimed at achieving a better incomes balance between urban and rural areas. In 1986 the government published details of a programme for economic reform, which aimed to increase productivity, provide incentives and stimulate investment in the private sector, develop and diversify agricultural and industrial exports and to create jobs in rural areas (Buren *in Africa South of the Sahara* 2004:564).

Entre 1999 e 2000, a seca que assolou o país agravou os problemas do Quénia causando racionamento de água e de energia, além de reduzir a produção agrícola. O resultado foi a contracção do PIB de 2000 em 0,2%. Segundo o PAM (*Revolution: From Food Aid to Food Assistance* 2010, PAM), o Quénia é um dos países mais vulneráveis em relação a crises alimentares e de combustíveis,

O Banco Mundial e o FMI, que haviam retomado os empréstimos em 2000, suspenderam-os mais uma vez em 2001, quando o governo não instituiu medidas de combate à corrupção. As relações do Quénia com o FMI e outras agências internacionais têm sido turbulentas, principalmente no período entre 1990 e 2000.

The Moi administration consistently received international criticism of its Record on human rights. Following the violent disruption by Kenyan security forces of a meeting in Kenya between a US congressman and a Kenyan church leader in January 1987, the USA temporarily suspended aid allocations to Kenya (Rake *in Africa South of the Sahara* 2004:556).

Em Maio desse mesmo ano (2000), o Presidente expandiu a comissão de revisão constitucional. A legislação proposta para o estabelecimento de uma nova autoridade anti-corrupção foi derrotada no Parlamento. Perante tal cenário, a suspensão da ajuda do FMI continuou, o que seria uma situação delicada para a fraca economia do país.

Apesar das chuvas fortes em 2001, os preços baixos das *commodities*, a corrupção e o baixo investimento limitaram o crescimento económico em 1,2%. Factores externos contribuíram para a desaceleração incluindo os termos de comércio ultrapassados, o aumento do preço do petróleo e outras importações e a baixa dos preços das *commodities*. Os factores internos incluem falta de incentivos aos agricultores, altos gastos governamentais, baixos salários e a baixa produtividade.

A 25 de Outubro de 2002, a Assembléia Nacional foi dissolvida e a comissão eleitoral anunciou que as próximas eleições legislativas e executivas seriam em 27 de Dezembro daquele ano. A *Common-*

wealth declarou as mesmas como justas e livres. A oposição ganhou o pleito, sendo Mwai Kibaki o vencedor com 62,3% dos votos¹¹.

For the first time since independence, KANU was ousted from Office, and Kibaki became Kenya's third President in a largely peaceful transition (*Rake in Africa South of the Sahara* 2004:554).

Com as eleições presidenciais de 2002, acabou o governo de Daniel Arap Moi após 24 anos no poder, e um novo grupo assumiu o difícil cenário económico do país.

Com a eleição de Kibaki, a oposição chegava pela primeira vez, desde a independência, ao maior cargo político do Quénia. Ele prometeu reformas constitucionais e garantias de que nomearia representantes das principais tribos do Quénia para postos no governo. Contudo, as promessas não foram cumpridas, o que causou focos de tensão depois das eleições (op.cit.).

Dois dias após o anúncio dos ministros, membros do Liberal Democratic Party (LDP), formado por políticos antes pertencentes ao KANU, o qual estabeleceu coligação com Kibaki, acusaram o presidente de quebrar o acordo no qual haviam estabelecido o *Power-sharing* e reivindicaram uma nova lista de ministros (op.cit.).

Em Fevereiro de 2003, no seu discurso da inauguração da Assembleia Nacional, Kibaki focou o seu discurso na corrupção, educação e reforma constitucional, temas vistos pela comunidade internacional de que o novo governo estava determinado a seguir as políticas necessárias para a restauração da ajuda internacional. De acordo com Rake¹² *it was estimated that Kenya had lost nearly US\$600m. per year to corruption during the period of Moi's presidency, amounting to a total of between US\$62,000m. and US\$ 68,000m.*

Uma das primeiras medidas do novo governo foi abolir as taxas da educação primária. Entretanto esta medida teve um efeito acentuado: o número de crianças que se matricularam era muito maior à capacidade das escolas.

Em Janeiro de 2003 o FMI reuniu-se com as autoridades quenianas para discutir a eventual retoma da ajuda. O FMI estabeleceu quatro condições necessárias para tal: introdução de um código de ética sob o qual os trabalhadores declarariam seus rendimentos; progresso na privatização de empresas estatais; criação de uma autoridade anti-corrupção e julgamento rápido dos acusados em casos graves de corrupção.

Com o novo governo, as relações internacionais do país melhoraram, pois havia comprometimento de ajuste estrutural, incluindo a privatização das empresas estatais *Kenya Commercial Bank*, *Telkom Kenya* e *Kenya Railways*. Foi decretada uma legislação anti-corrupção e estabelecido um mecanismo de redução da pobreza e crescimento com o FMI. Estes factores culminaram no comprometimento dos doadores de ajuda multilateral e bilateral e seguiu-se uma nova renegociação da dívida. Boa parte da

¹¹ *Rake in Africa South of the Sahara*, 2004:554.

¹² Op.cit.

receita obtida pelo Estado foi revertida para o pagamento de dívidas domésticas herdadas do governo Moi.

As negociações continuaram nos primeiros seis meses de governo e ocorreu a revisão do primeiro *draft* do Plano de Redução da Pobreza. A União Europeia prometeu USD200 milhões em ajuda por cinco anos para o desenvolvimento de projectos, e disse que a aumentaria caso o progresso fosse consistente. Os EUA cortaram o montante de ajuda de USD 13,5 milhões, em 2002, para USD 3,8 milhões em 2004. Contudo, e ao contrário da ajuda monetária, a ajuda militar dos EUA ao Quénia aumentou com treinos das forças armadas e a doação de USD6,5 milhões para equipamentos militares (Rake *in Africa South of the Sahara* 2004).

As secas, que assolaram o país em 2000, especialmente na região norte geraram a necessidade de distribuição de ajuda alimentar da qual 70% o governo queniano proveu. Dois anos depois os efeitos da seca na economia do país ainda estavam presentes.

De acordo com Buren¹³, *in the early 2000s agriculture remained the main occupation and source of income of the majority of Kenyans. Not only does agriculture sustain most of the population through subsistence crops or employment on large agricultural estates, but also it makes a major contribution to GDP, exports earnings and government revenue.*

Após uma década, o FMI concluiu que a performance económica do Quénia ainda estava muito aquém do seu potencial. Um dos principais factores é o HIV, que incapacita e mata muitos dos que poderiam ajudar no *crescimento* do país. Em 2001, 15,01% da população adulta era portadora do vírus, o que contribui para que a expectativa média de vida em 2002 fosse de apenas 48,9 anos¹⁴.

A agricultura é o sector dominante na economia queniana, embora tenha diminuído o seu peso no PIB. Segundo o Banco Mundial, os sub-sectores da agricultura representam 30% do PIB (op.cit.).

Production increased from 1,500 tons in 1968 to 548,000 tons in 1993, while earnings from horticultural exports rose from US\$ 76m. in 1980 to an estimated US\$ 157m. in 1991 (Buren *in Africa South of the Sahara* 2004: 558).

No ano de 2002, 3/4 da população vivia da agricultura e mais da metade na agricultura de subsistência.

O Plano Director do país estima que o Quénia tenha o potencial de irrigação de 352,4 hectares, mas somente 75 mil foram desenvolvidos. O plano previa beneficiar 160 pontos de irrigações de larga escala e 140 de pequena escala, algo como 7 mil hectares, cada um com o custo de US\$ 7 milhões.

Ainda em relação à política económica, o Quénia tem seguido os princípios do Clube de Paris. Este Clube é, de acordo com Ross e Harmsen (2001:43) *an informal group of creditor governments mainly from industrialized countries that has met regularly in Paris since 1956 to reschedule bilateral debts (...)* *Creditors meet with a debtor country to reschedule its debts as part of the international support provided to*

¹³ Buren *in Africa South of the Sahara* 2004:557.

¹⁴ Op.cit.

a country that is experiencing debt-servicing difficulties and is pursuing an adjustment program supported by the IFM.

Assim tem avançado a liberalização e a abertura da economia no Quênia, deixando os preços e câmbios flutuarem, animando a iniciativa privada e recebendo novos investimentos. Com esse cenário, a participação estatal na economia tem diminuído devido a política de privatizações e cortes no quadro de funcionários públicos.

A partir de 2007, quando o acordo preferencial de Cotonou, assinado entre a União Europeia e os países da ACP (África, Caraíbas e Pacífico) acabou, novos acordos de parceria económica foram feitos a nível regional. O Quênia com o Uganda e a Tanzânia, formaram a Comunidade do Leste Africano, que desde 1967 tinha um mercado comum e serviços partilhados. Contudo, a mesma colapsou em 1977. Novamente, em 1993, os três países assinaram acordos de cooperação regional para o desenvolvimento. Em Janeiro de 2001 foi criada uma nova Comunidade do Leste Africano e, em Janeiro de 2005, foi acordada a União Aduaneira da África Austral.

Depois de algum progresso na erradicação da corrupção, em 2005 e 2006 o governo de Mwai Kibaki foi abalado por escândalos de corrupção. Apesar da pouca acção por parte do governo para combater a corrupção, as instituições financeiras internacionais e os outros doadores retomaram os empréstimos.

As eleições seguintes, em Dezembro de 2007, foram novamente ganhas por Kibaki.

No início de 2008 deu-se uma onda de violência pós-eleitoral, após denúncias de fraude eleitoral feitas pelo candidato derrotado Raila Odinga. Jornais do mundo relataram que fiscais eleitorais não puderam acompanhar a contagem dos votos e que, votos considerados inválidos foram computados para Kibaki¹⁵.

Apesar de ser um dos mais promissores países africanos, recebendo investimentos estrangeiros, intenso turismo e com relativa organização parlamentar, o Quênia insere-se no mesmo imbróglio étnico de seus tumultuados vizinhos (Adão 2008:45).

As tribos minoritárias, não concordando com o resultado, iniciaram tumultos e violência nas ruas sendo os Kikuyu pobres os primeiros afectados pela brutalidade que atingia as etnias do país.

A partir da mediação do presidente de Gana, John Kufour, a violência diminuiu com o pacto intitulado "*National Accord and Reconciliation Act*", no qual o poder executivo seria partilhado tendo Kibaki como presidente e Odinga como primeiro-ministro. Entretanto, nas próximas eleições o cargo de primeiro ministro seria suprimido, de acordo com a emenda constitucional aprovada em Agosto de 2010¹⁶.

¹⁵ Disponível em: <http://www.nytimes.com/2007/12/31/world/africa/31kenya.html?scp=1&sq=Disputed%20Vote%20Plunges%20Kenya%20Into%20Bloodshed%20&st=cse>. Acesso em 21 de Maio de 2010.

¹⁶ Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ke.html>. Acesso em 15 de Fevereiro de 2011.

Durante este último período de violência, o PAM, a Cruz Vermelha e ONGs distribuíram biscoitos de alto valor calórico a 160 mil pessoas em Nairóbi e em Kisumu. Doações chegaram por helicópteros ou foram escoltadas pelas rodovias até chegarem aos campos de refugiados e de deslocados internos (*WFP Annual Report 2009*).

2.2. Ajuda alimentar internacional no Quénia

A ajuda ao desenvolvimento é debatida no cenário internacional e tem diferentes pontos de vista, que serão tratados nesta secção. Uma das questões mais discutidas entre os autores sobre a “ajuda ao desenvolvimento” é a questão financeira, ou seja, a doação de dinheiro para os países em desenvolvimento. Contudo, a ajuda pode tomar várias formas e o objectivo desta secção é desmembrar a ajuda no Quénia, sobretudo a alimentar e não abordando especificamente a ajuda financeira.

L'aide alimentaire n'entre pas en concurrence avec l'aide financière. L'aide alimentaire a un effet plus immédiat et plus précis que l'aide financière (Schneider 1978:9).

O Quénia passou a receber ajuda alimentar substancial a partir de 1980 (Moyo 2009), sobretudo devido à seca, o que provocou aumento dos preços de bens alimentares e a impossibilidade de grande parte da população de comprá-los. Como consequência houve necessidade da ajuda alimentar internacional emergencial.

De acordo com dados do PAM de 2009 (*Food Aid Flow Report*), o país é um dos oito que mais recebem ajuda alimentar no mundo, com 5% das doações. Segundo o relatório *The 2010 Long Rains Season Assessment Report: Kenya Food Security Steering Group* (p.22), elaborado pelo governo queniano: *a substantial proportion of food consumed by most households is derived from food aid intervention*.

O PAM refere (op. cit.) que as doações são cada vez menores, o que pode ser um incentivo para que os governos dos países em desenvolvimento se organizem de modo a não ficarem dependentes da ajuda internacional.

Global food aid deliveries of 5.7 million mt in 2009 were the lowest since 1961: programme food aid declined by 25 percent, emergency food aid by 12 percent and project food aid by 6 percent (PAM, Food Aid Flow Report 2009:3).

Para facilitar a compreensão dos conceitos sobre doação de alimentos, o PAM (*Food Aid Flow Report 2009*) dividiu a ajuda alimentar em categorias.

- i) Ajuda alimentar de emergência: para vítimas de desastres. Distribuído gratuitamente, é normalmente fornecido como assistência. É canalizado multilateralmente, por ONGs ou bilateralmente;
- ii) Projectos de Ajuda alimentar: apoiam a redução da pobreza e a prevenção de desastre. São normalmente distribuídos gratuitamente aos grupos de beneficiários. Porém, se forem vendidos no mer-

cado são então nomeados como ajuda alimentar “monetizada”. Este tipo de ajuda alimentar é canalizado multilateralmente, por ONGs ou bilateralmente e,

iii) Programas de Ajuda alimentar: é fornecida por um governo ao outro como transferência de recurso para a balança de pagamentos ou como suporte orçamentário. Diferentemente da maior parte das ajudas alimentares de emergência e de projeto, esta não é dirigida a certos grupos de beneficiários, mas é vendida no mercado e fornecida como auxílio ou empréstimo.

A ajuda alimentar pode ser entregue no país necessitado através de três meios:

i) Compra Local: é a ajuda alimentar comprada, distribuída e usada no país receptor.

ii) Compra Triangular: os doadores compram o alimento em um terceiro país para ser usado como ajuda alimentar em um país receptor e

iii) Transferência Directa: ajuda alimentar entregue directamente de países doadores aos países destinatários.

Tabela 2- A Ajuda Alimentar em 2009 (em milhões de toneladas).

Ajuda alimentar global		5,7
Por categoria	Emergência	4,3
	Projecto	1,2
	Programa	0,2
Por tipo de comida	Cereais	4,9
	Não-cereais	0,8
Por modo de compra	Compra local	0,9
	Compra triangular	1,9
	Transferência directa	2,8
Por modo de obtenção	Venda	0,4
	Distribuição	5,3
Por canal	Multilateral	4
	Bilateral	0,4
	ONG	1,4
Por região receptora	<u>África subsaariana</u>	<u>3,6</u>
	Ásia	1,4
	América Latina	0,3
	Médio Oriente- Norte da África	0,3
	Leste europeu e <i>Commonwealth</i>	0,1
Por doador	EUA	2,9
	União Européia	1
	ONU	0,4
	Japão	0,4
	Canadá	0,2
	Austrália	0,1
	Outros	0,8

Fonte: Programa Alimentar Mundial: *Food Aid Flow Report* 2009:8.

O *Food Aid Flow Report* 2009 do PAM mostra o fluxo das doações entre 1990 e 2009. A tendência ao longo dos anos foi de queda nas doações, sendo de 13,2 milhões de toneladas em 1990 e de 5,7 milhões de toneladas em 2009. Entretanto, em 1993 houve aumento nas doações, chegando a 17,3 milhões de toneladas. Tal aumento teve na sua origem inúmeras guerras que ocorriam naquele ano, como os conflitos no corno de África, no Sri Lanka, Burundi, nos Balcãs e no Golfo pérsico.

Em 2009, 64% da ajuda multilateral (as doações de diversos países a uma organização internacional como o PAM) foram destinados aos países da África Subsaariana. O Quénia foi o terceiro mais ajudado, juntamente com a Somália. Ambos receberam 7% da ajuda da região, ficando atrás da Etiópia e do Sudão, que tiveram, respectivamente, 16% e 12%.

The multilateral channel continued to increase to a 70% share of global food aid deliveries, an increase from 27% in 1999. Bilateral food aid accounted for 6% of total deliveries, well below its 2008 share. Food aid channelled through NGOs accounted for 24% of global food aid, as in the past two years (*Food Aid Flow Report* 2009:8).

As ajudas canalizadas multilateralmente têm optado por compras locais e compras triangulares, que beneficiam produtores locais ou de países vizinhos. A proporção da ajuda alimentar comprada no país necessitado ou num terceiro país (compra triangular) aumentou em 2009, o que reduziu os custos de transporte e estimulou o mercado local e os produtores.

The preference for procuring food aid locally or through triangular purchases in developing countries remained high: the data for 2009 show that 86% of local purchases and 98% of triangular purchases were channelled multilaterally (*Food Aid Flow Report* 2009:16).

O PAM tem mostrado bom desempenho nas suas compras locais e regionais e nas suas operações em África. De 2001 a 2005, a aquisição de milho no Quénia, Uganda e Zâmbia gerou economia de USD 67,7 milhões comparadas com a ajuda alimentar dos Estados Unidos – o bastante para comprar 437,719 toneladas adicionais do produto (*Revolution: From Food Aid to Food Assistance* 2010:126).

Os alimentos para a operação do PAM no Congo vieram de diversos países da região. Volumes importantes de alimentos vieram de Ruanda, Quénia, Tanzânia e Uganda (*WFP Annual Report* 2009:19). O relatório (op.cit.) afirma que 58% das compras triangulares e compras locais foram feitas na África Subsaariana.

In 2007, a record 80 percent of the food purchased by WFP – a total of 2.1 million mt, valued at more than US\$760 million – was bought in 69 developing countries from Afghanistan to Zambia. The largest supplier was Uganda, where 210,000 mt for US\$54.7 million was procured, providing food to some 3.4 million people for one year. Significant amounts of food were also purchased in Ethiopia, Kenya, Malawi, Mozambique, Sudan and Zambia (*Revolution: From Food Aid to Food Assistance* 2010:126).

Em relação à ajuda bilateral, que é o caso da doação directa de um Estado a outro, 55% da mesma foi destinada à África Subsaariana, ajuda que ocorria principalmente em casos de emergência.

Porém, dados de 2009 do *Food Aid Flow Report*, mostram que os Programas de Ajuda Alimentar estão em primeiro lugar.

As ONGs também têm um importante papel na distribuição da ajuda alimentar. Em 2009 foram distribuídas 1,4 milhões de toneladas, das quais 58% foram para Projectos de Ajuda Alimentar. A África Subsaariana, novamente, é a região que mais recebe ajuda, tendo 64% da ajuda distribuída por ONGs em 2009.

Tabela 3- Entrega da Ajuda Alimentar no Mundo em 2009

Modo de entrega	Categoria	Toneladas (em mil)	%
Transferência directa		2847	100
	Emergência	1797	63
	Projecto	823	29
	Programa	227	8
Compras triangulares		1942	100
	Emergência	1778	91
	Projecto	152	8
	Programa	12	1
Compras locais		934	100
	Emergência	751	80
	Projecto	183	20
	Programa	n/a	n/a

Fonte: *Food Aid Flow Report* 2009:23.

Os itens alimentares mais distribuídos são trigo e farinha de trigo, arroz e outros cereais, que somam 86% das doações. Além dos grãos, também são doados, em menor quantidade (op.cit.), alimentos ricos em óleos, gorduras, legumes e outros alimentos, sendo que o valor nutricional não é suficiente para suprir as necessidades do organismo.

Maize, rice, sorghum and wheat and its derivatives account for 79% of global food aid deliveries in tonnage terms, with low nutritional value for fat and vitamin A and no value for iodine and vitamin C. Other foods can fill micronutrient gaps: for example, corn-soya blend provides 50% of total vitamin A and 83% of total vitamin C, but accounts for only 6% of food aid deliveries in tonnage terms and 5% in energy terms (Food Aid Flow Report 2009:45).

O Quênia recebeu mais ajuda alimentar de emergência em 2009 que nos anos anteriores. No ano de 2008 recebeu 206 mil toneladas e em 2009 recebeu 255 mil toneladas, aumento de 24%. O país acompanhou a tendência vivenciada em toda África Subsaariana.

Quanto aos projectos de ajuda alimentar, o Quénia registrou um decréscimo nos números. Em 2008 recebeu 61 mil toneladas, 8% do total mundial. Em 2009 foram 36 mil toneladas, 5% do total, ou seja, diminuição de 41%.

Tabela 4- Perfil queniano na Ajuda Alimentar em 2009 (%)

PERFIL DA AJUDA ALIMENTAR	
Categoria da Ajuda Alimentar	
Emergência	88
Projecto	12
Programa	n/a
Tipo de comida	
Cereais	82
Não-cereais	18
Venda	
Distribuição	100
Venda	0
Doadores	
EUA	55
ONU	23
Termos	
Doação	100
Concessão	0
Canal	
Bilateral	0
Multilateral	94
ONGs	6
Modo	
Transferência directa	44
Compra local	11
Compra triangular	45

Fonte: *Food Aid Flow Report 2009*:45.

Em relação aos programas de ajuda alimentar, a África Subsaariana continua no topo da recepção de doações de programas de ajuda alimentar (*Food Aid Flow Report 2009*), com 83% e 198 mil toneladas de alimentos. Porém, o Quénia não está entre os maiores receptores desta categoria de ajuda alimentar.

Moreover the food security challenge was not only how to increase food aid deliveries to a region but recognizing that communities and governments also have prime responsibility for meeting the hunger-related needs of their population. They have their own tools and policies that are country-specific and are thus the best institutional and operational starting points for complementary hunger-reduction interventions (*Food Aid Flow Report 2009*:34).

Tabela 5- Uso da terra no Quénia nos anos de 1980, 1990 e 2000.

Tabela 6 - Uso da terra no Quênia nos anos de 1980, 1990 e 2000.									
Área (em mil hectares)	Área arável (em mil hectares)			Plantações permanentes (em mil hectares)			Pecuária (em mil hectares)		
2000	1980	1990	2000	1980	1990	2000	1980	1990	2000
56914	3800	4200	4500	480	500	560	21300	21300	21300

Fonte: *The state of food and agriculture* 2007:146. FAO.

A área irrigada nas plantações quenianas encontra-se em crescimento. De acordo com a FAO¹⁷ na década de 1990 eram 55 mil hectares; em 2001, 85 mil; em 2002, 90 mil e, em 2003, 103 mil hectares.

Kenya's National Soil and Water Conservation Programme was successful in inducing as many as a million farm families to adopt soil conserving practices voluntarily over a 12-year period ending in 2000 (*The state of food and agriculture* 2007:55).

O relatório da FAO (2007:156) aponta que, na década de 1990, o Quénia produzia 2,958 mil toneladas de cereais e 370 mil de carne; em 2001 passou para 2,921 mil toneladas de cereal e 448 mil de carne; em 2002 foram 3,351 mil toneladas de cereal e 483 mil de carne; e em 2004, 2,730 mil toneladas de cereal e 497 mil de carne.

Em relação às exportações e importações a FAO (op. cit.:166) estima que, respectivamente, nos anos 1990 atingiram-se USD 666 milhões e USD 194 milhões; em 2001 foram USD 1033 milhões e USD 467 milhões; em 2003 USD 1291 milhões e USD 440 milhões; e em 2004 USD 1296 milhões e USD 483 milhões.

The non-traditional agricultural export market is, however, dominated by just a handful of countries. Some of these, such as Argentina, Brazil, Chile, Costa Rica and Mexico are leading exporters of more than one product. Other countries are dominant in the market for only one product – for example, Kenya for green beans (*The state of food and agriculture* 2007:129).

As estimativas¹⁸ mostram que 1,2 milhões de pessoas precisam da ajuda alimentar no Quénia, principalmente pastores (932 mil), agro-pastores (308 mil) e pessoas em áreas agrícolas marginais.

Os preços da comida, especialmente em áreas agrícolas, diminuíram. Os preços do milho nas áreas onde é produzido estão 50% mais baixos que a média de cinco anos (op.cit.). Contudo, em áreas pastorais, o custo dos cereais está 20 a 40% acima da média. Os resultados preliminares de uma avaliação urbana recente (op.cit.) sugerem que 3,5 milhões de pessoas em áreas urbanas sofrem de insegurança alimentar.

¹⁷ The state of food and agriculture 2007:151. FAO.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.wfp.org/countries/Kenya/Overview>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2011.

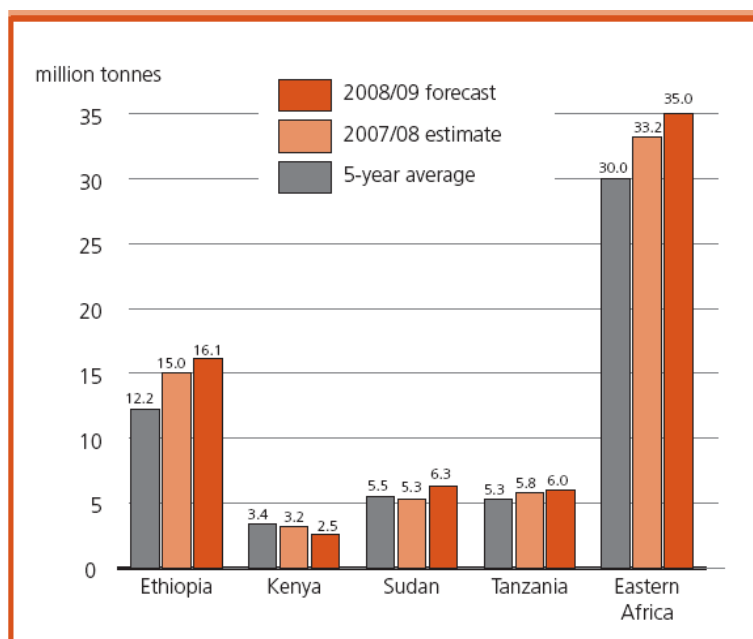
As refeições escolares mantêm-se como uma rede de segurança importante em muitas comunidades. Quase 1 milhão de crianças recebem alimentação em escolas primárias no Quênia. Destas, 720,500 estão no programa de refeições escolares e 225 mil estão sob o escopo de refeições escolares estendidas em consequência da seca que afectou o país entre 2007 e o fim de 2009. De acordo com o *Revolution: From Food Aid to Food Assistance* (2010:219), recent studies in Kenya and Uganda proved that both in-school meals and take-home rations (THRs) reduce anaemia prevalence.

Os níveis de subnutrição permanecem altos especialmente entre grupos vulneráveis já citados. Em algumas áreas, as taxas de subnutrição são superiores a 20%. Além das frequentes secas, os conflitos civis, pestes e o clima adverso também contribuem para maior insegurança alimentar neste país.

In Kenya, millions of people are faced with serious food insecurity due to displacement, civil insecurity, poor rainfall, rising food prices, reduced cereal production and livestock diseases. Pastoralists in arid and semi-arid lands of northern Kenya, vulnerable population in Eastern Kenya and coastal lowland areas, as well as the urban poor are amongst the worst affected. The Government has declared a state of National Disaster and indicated that about 10 million people are highly food insecure including 3.2 million drought-affected people; about 150 000 IDPs; 850 000 school children; 3.5 million urban dwellers, and about 2.2 million persons affected by HIV and AIDS, including orphans. Rapid assessments are planned for February to gauge the full extent of food insecurity (*Crop Prospects and Food Situation* 2009:4).

De acordo com o *Crop Prospects and Food Situation* de Fevereiro de 2009 da FAO, o Quênia tem retraído sua produção de cereais. Trata-se de uma excepção no corno africano uma vez que a Etiópia, Tanzânia e Sudão aumentaram as suas produções nacionais.

Tabela 6- Produção de Cereais no leste africano.



Fonte: *Crop Prospects and Food Situation* 2009:15.

O relatório da FAO *Price Monitoring and Analysis Country Brief* (2010), mostra que o acesso aos alimentos continua difícil por causa dos preços altos nos mercados locais. A insegurança alimentar a longo prazo deve agravar-se, deixando 1,6 milhões de pessoas necessitadas de ajuda alimentar. Entretanto, o Governo apoia a produção com *inputs* e assistência aos mais vulneráveis através de programas de proteção social dedicados ao combate à fome.

In 2008, Kenya's total population was estimated to be 38.53 million, with a population growth rate of 2% per annum. The proportion of undernourished population was 32% in 2005 (*Price Monitoring and Analysis Country Brief* 2010:01).

No Quênia a insegurança alimentar aumentou devido à contaminação do milho por *affatoxin*, substância que destruiu cerca de 50% da colheita de 2009/2010 nas áreas centrais de Província Oriental. Porém, a insegurança continua na fronteira do Quênia com a Somália, nas regiões de Wajir, Mandera e Garissa. As milícias islâmicas da Somália movem cada vez mais ataques ao nordeste do Quênia. O conflito contínuo na Somália é responsável pelo facto de muita gente deslocar-se, fugindo para o Quênia.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o Quênia aloja 395 mil refugiados e o número cresce diariamente. Violência e deslocamento interno são causados por conflitos que envolvem gado em áreas de pastoreio, onde o número de pessoas que sofre com a segurança alimentar é estimado em 1,1 milhões.

Entretanto, o mesmo relatório da FAO refere notícias positivas: a colheita de milho de Outubro de 2010 foi considerada boa devido às longas chuvas. A produção foi estimada em 2,6 milhões de toneladas, acima da média dos últimos cinco anos e 27% a mais que a produção da estação das chuvas longas de 2009 que foi afectada pela seca.

Tabela 7- Principais produtos agrícolas e pecuários no Quênia (em mil toneladas)

	1990 - 1992	1995 - 1997	2000 - 2002	2005 - 2007
Leite de vaca	2123	1983	2493	3460
Carne de gado	239	251	286	424
Chá	196	241	273	336
Milho	2373	2358	2453	3027
Feijões	423	280	381	448

Fonte: FAO *Country Profile: Food Security Indicators*. Kenya 2008.

O Canadá e a União Europeia compraram em 2007, ao Quênia, feijão, milho e óleo vegetal que foram enviados para a Somália. De acordo com o *Maize Handbook* (2007:2), *Maize* (*Zea mays* L.) *is the staple food crop for most Kenyans. It provides calories to over 85 percent of the population. Maize is also an important livestock feed.*

A União Europeia, por intermédio do PAM, distribuiu no Quénia, em 2007 e 2008, feijão e milho comprados localmente (*Food Aid Operation 2007-2008*).

A população de Quénia triplicou nos últimos 30 anos, elevando a pressão dos recursos naturais, aumentando a diferença social com maiores níveis de pobreza o que prejudicou a melhoria dos níveis de educação, saúde, segurança alimentar e emprego¹⁹. Entretanto Schneider (1978:22) afirma que *les effets indirects (éducation, formation, hygiène, etc) des programmes d'alimentation sont souvent plus importants que leurs effets directs sur la nutrition*.

As causas da pobreza rural incluem:

- produtividade agrícola baixa exacerbada pela degradação da terra e instabilidade na posse da mesma;
- desemprego e salários baixos;
- dificuldade de acesso a financiamento de trabalho independente
- ausência de *good governance*;
- vias rodoviárias de má qualidade;
- altos custos da saúde e educação e
- HIV/SIDA.

O HIV/SIDA, patologia epidémica, é mais comum entre quenianos jovens e de meia-idade, ou seja, o segmento mais produtivo da população. Aproximadamente 700 quenianos morrem diariamente de complicações relacionadas com a doença. O HIV e a malária têm grande peso para o país, afectando o rendimento, a segurança alimentar e o potencial de desenvolvimento.

A USAID doa ao Quénia dinheiro e alimentos e segundo *Annual Report* desta organização (2009), o país tem o maior programa de ajuda ao desenvolvimento feito pelos Estados Unidos em África. Em 2009, o orçamento foi de USD 688 milhões. Os EUA doaram neste mesmo ano USD191 milhões em dinheiro e em comida, para ajudar as vítimas da seca. A ajuda alimentar que chega ao Quénia dos EUA é na sua maioria através de iniciativas como o *Food for Peace*.

In 2009 USAID/Kenya, through Food for Peace, contributed 75,960 MT of emergency food assistance, valued at \$87 million. This provided critical humanitarian assistance to about 2.6 million drought-affected people. USAID/Food for Peace also provided 49,640 MT of emergency food assistance, valued at \$48 million, to about 280,000 refugees in Kenya, primarily from Somalia and Sudan (USAID Annual Report 2009:37).

Entretanto, o FAO *Country Profile: Food Security Indicators* do Quénia divulgado em 2008 mostra que com o passar dos anos o número de subnutridos cresce. Se avaliarmos que a ajuda alimentar é feita há décadas e ainda não mitigou a fome, tomamos consciência de que algo mais abrangente terá de

¹⁹Disponível em: <<http://www.ruralpovertyportal.org/web/guest/country/home/tags/kenya>>. Acesso em: 3 de Fevereiro de 2011.

ser feito. Sendo a ajuda cada vez menor, seja em artigos alimentícios ou monetariamente, a população cresce a um ritmo que não equivale ao do desenvolvimento do próprio país e respectiva produção agrícola. O mesmo relatório mostra a ajuda alimentar e da subnutrição em diferentes anos no Quénia (ver Tabela 8).

Tabela 8- Subnutrição e ajuda alimentar no Quénia.

	1990 - 1992	1995 - 1997	2000 - 2002	2005 - 2007
Subnutrição (em milhões de pessoas)	8	8,6	10,3	11,2
Ajuda alimentar (em mil toneladas)	139,4	58,8	195,5	190,8

Fonte: FAO Country Profile: Food Security Indicators. Kenya 2008.

Em 2009, o PAM passou a usar um composto com micronutrientes na ajuda alimentar, o que diminuiu a evolução da anemia entre os quenianos em 15% relativamente aos períodos passados (WFP Annual Report 2010).

Although food aid has tended to fall short of needs during the last 2 years, high rates of child malnutrition have endured despite significant food aid distributions. Despite the fact that general distribution of food aid and supplementary feeding programs have been inadequate in the past, a more integrated response to food insecurity and malnutrition, beyond the provision of food aid, is required to bring this problem under control (*The Famine Early Warning Systems Network. Food Security Emergency*).

O fraco poder de compra e os preços oscilantes dos alimentos são assuntos chaves para melhorar a vida das populações. Ponderaremos, de forma sucinta, dois casos que parecem ser promissores relativamente ao desenvolvimento do país e na melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

2.3. Casos práticos

Para Marques (2008) até meados da década de 1990, os programas de ajuda alimentar eram a modalidade preferida. Desde então, houve redução nos programas e ascensão na ajuda alimentar de emergência, acompanhado pela alteração dos canais de distribuição da ajuda alimentar. Até a crise alimentar de 1973-74, a maioria desta ajuda era distribuída bilateralmente, o que reflectia a dominância dos programas dos EUA em relação aos governos pró-americanos. Actualmente, os EUA são o único país que distribui a maioria da ajuda em base bilateral, apesar dos canais multilaterais serem centrais na distribuição alimentar.

Ainda de acordo com o autor (op. cit.), a erradicação da fome não se verificará apenas pela redistribuição alimentar dos países que produzem excedentes para os países deficitários. Em casos de desastres naturais e conflitos, a ajuda em géneros alimentícios é essencial no apoio às populações.

Mas Marques (op.cit.) defende que o aumento na ajuda alimentar não é a solução para o problema da fome. Por isso é importante avaliar o tipo de ajuda necessária, percebendo os factores que os diferentes cenários apresentam.

Em situações não emergenciais, o envio de ajuda alimentar não é a melhor estratégia para promover o desenvolvimento ou a luta contra a fome. A insegurança alimentar advém da pobreza crónica e dos baixos rendimentos. É fundamental haver estratégias de médio e longo prazos para findar o ciclo vicioso da pobreza

L'aide alimentaire liée à un projet est, peut-on dire un instrument de précision, susceptible de s'adapter avec beaucoup de finesse à des circonstances particulières, mais trop exigeant bien des égards (préparation du projet, logistique, administration, etc) pour faire face à des déficits alimentaires imprévus ou de grande ampleur (Schneider 1978:28).

A fome é sem dúvida um dos problemas mais graves enfrentados por quase mil milhões de pessoas no mundo²⁰. Segundos dados do PAM, 25 mil pessoas morrem de fome por dia, sendo 14 mil crianças, e uma em cada seis pessoas não ingere alimentos suficientes para ter uma vida saudável e activa. É necessária a ingestão diária de 2100 kilocalorias. Se a falta de energia se repete durante semanas ou meses surge o quadro de desnutrição, no qual o sistema imunitário está fragilizado e os indivíduos ficam extremamente susceptíveis a todo o tipo de patologias, além de perderem a vontade de cumprirem as suas tarefas habituais.

Entre as principais causas da fome estão os desastres naturais, os conflitos, a pobreza, infra-estrutura agrícola precária e a excessiva (e não sustentável) exploração do meio ambiente.

Tabela 9- Factores que contribuem para o declínio da oferta alimentar e/ou para a redução da capacidade da população aceder às fontes alimentares.

FACTORES DE ORIGEM NATURAL	FACTORES DE ORIGEM ANTROPOGÉNICA
- Secas	- Conflitos armados
-Cheias	- Degradação das condições macro-económicas (internas e internacionais)
-Ciclones	- Sobre-exposição de bens alimentares
- Geadas	- Perda de rendimento
-Infestações e pragas	- Inflação dos preços
	- Sobre-exploração das terras

Fonte: Marques 2008:20.

²⁰ Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/012/al390e/al390e00.pdf>>. Acesso em 22 de abril de 2011.

No período entre o ano 2005 e 2007, cerca de 11 milhões de quenianos estavam subnutridos. Este número continua a aumentar. Dados do *The State of Food Insecurity in the World 2010* da FAO mostram que entre 1990 e 1992 o número de subnutridos era de 8 milhões; entre 1995-1997 eram 8,6 milhões e entre 2000 e 2002 passou para 10,3 milhões de pessoas.

Ainda de acordo com a FAO (op.cit.), desde 2005 o Quénia tem o *Integrated Food Security Phase Classification* (IPC), uma plataforma que reúne os ministérios, compartilha informações e desenvolve análises sobre a insegurança alimentar a nível distrital e nacional sob a coordenação da presidência.

No Quénia existem vários planos de acção relacionados com a fome e a sua supressão. Na presente secção abordaremos dois destes planos: o plano de acção do PAM que se intitula “*Purchase for Progress*” ou P4P e o plano de acção do USAID que tem o nome de “*Kenya Maize Development Program*”.

O PAM é a maior agência humanitária internacional para o combate à fome no mundo. Em situações de emergência como em caso de guerras e desastres naturais, ele encarrega-se de alimentar as populações famintas. Em média, a cada ano, são alimentadas 90 milhões de pessoas em 80 países, incluindo 58 milhões de crianças.

A África subsaariana é a região onde as actividades do PAM são mais concentradas. Em 2009, o PAM canalizou 71% da ajuda alimentar na região, sendo que 92% foram de ajuda emergencial.

O foco do PAM são as mulheres e as crianças, para que a fome infantil seja erradicada. Para cumprir tal objectivo existem projetos em 71 países nos quais são oferecidas merendas escolares ou é incentivada a alimentação em casa. Esses programas garantem melhor nutrição facilitando a concentração das crianças nos estudos bem como que os próprios pais incetivem as crianças a deslocarem-se à escola onde existem refeições gratuitas.

O PAM trabalha em conjunto com outras duas agências das Nações Unidas, a FAO - *Food and Agriculture Organization* – e o IFAD - *International Fund for Agricultural Development* - além de ter parcerias com ONGs, governos e outras agências da ONU. Cada uma das partes tem um papel específico e complementar. O PAM tem por missão a entrega de comida a quem precisa. A FAO tem conhecimento agronómico, provendo políticas e assistência técnica aos países em desenvolvimento de modo a promover a segurança alimentar, nutrição e produção sustentável na agricultura. Por fim, o IFAD, foca a sua actividade nos indivíduos pobres que moram nas zonas rurais e implementa programas para que estes tenham oportunidades para superarem a pobreza.

Em muitos casos, são feitas rações para distribuição entre a população necessitada, pois não há outro tipo de comida disponível. A distribuição da comida também é auxiliada por cerca de 3 mil ONGs parceiras do PAM.

O PAM ajuda no desenvolvimento de recursos próprios e na promoção de auto-sustentabilidade dos povos e de comunidades pobres, particularmente com os programas de trabalho intensivo. Alguns

dos projetos do PAM são o *school meals* que encorajam as famílias a manterem os seus filhos na escola e que assim possam construir um futuro melhor; o *Food for Assets* onde a comida é dada aos que fazem poços artesianos e sistemas de irrigação; no projecto *HIV/SIDA* há distribuição de rações entre as pessoas infectadas para que as mesmas continuem a contribuir para o orçamento familiar e observa-se ainda a transferência de conhecimento sobre a doença para outras pessoas, principalmente aos órfãos da SIDA; no *Focus on Women* o PAM procura dar às mulheres acesso igualitário às necessidades básicas ou ainda o já referido P4P (*Purchase for Progress*). Neste último o PAM adquire alimentos nos países em desenvolvimento, preferencialmente pequenos produtores, e o P4P ajuda os agricultores pobres a estabelecerem redes e contactos com mercados onde obtêm preços competitivos para os produtos. Com mercado assegurado, os agricultores são então incentivados a produzir mais e a inovarem. A maior e mais importante consequência desse incentivo é maior segurança alimentar para todos.

O P4P é um programa piloto através do qual o PAM usa o seu poder de compra para promover o desenvolvimento do mercado agrícola e melhorar o acesso dos pequenos agricultores aos mercados. De acordo com seu *website*²¹, o PAM pretende comprar 40mil toneladas de cereais anualmente ao Quénia, o que representa aproximadamente 10% das exigências operacionais anuais de programas de assistência alimentar do PAM no país. O PAM tem assistido aos refugiados nos campos quenianos de Kakuma e Dadaab desde 1991. Actualmente, nestes campos cerca de 370 mil refugiados recebem ajuda alimentar regular. É importante ressaltar que, com a chegada diária de somalianos fugidos da crise, esse número tem vindo a aumentar.

O PAM compra alimentos aos produtores locais o que reduz custos de transporte e contribui para o desenvolvimento dessas comunidades. Como a maior parte dos alimentos é oriunda de países em desenvolvimento, o continente africano passou a ser beneficiado uma vez que o PAM comprou na África 902,297 toneladas de géneros alimentares no valor de USD 253.304.419,00²².

Desde 2000, cerca de mil milhões de dólares em alimento foram comprados no continente para auxiliar no combate à fome dos próprios países da região. Com o programa P4P, o PAM liga os produtores directamente aos mercados, o que é vantajoso para o comprador e para o produtor, já que permite a melhoria na estrutura económica do país em questão. Tal contribui para o aumento da produção e fortalece os mercados nos países africanos uma vez que os produtores têm contratos de longo prazo e mercado assegurado. Isso transmite segurança para investir em infraestruturas e *inputs* agrícolas. A melhoria na qualidade de vida do produtor proporciona a auto-suficiência da comunidade, já que há envolvimento dos vizinhos no armazenamento, embalagem e “estocagem” da produção. *By buying locally the agency can save money on transport costs and also help sustain local economies. Some 93% of WFP* (sigla em

²¹ Disponível em: <www.wfp.org>. Acesso em: 5 de maio de 2011.

²² World Food Programme Weathering the Storm. Disponível em: <<http://home.wfp.org/stellent/groups/public/documents/newsroom/wfp179626.pdf>>. Acesso em 15 de Janeiro de 2011.

inglês do PAM) *funding goes either to cover food costs or to pay for its transport*²³. Dessa forma a ajuda é mútua.

Its overarching goal is to reduce dependency and to support governmental and global efforts to ensure long term solutions to the hunger challenge. Without food, there can be no sustainable peace, no democracy and no development.²⁴

O P4P chega aos necessitados não somente dando o que precisam, mas proporcionando meios para o desenvolvimento daquela comunidade.

No Quénia vivem em áreas rurais 65% dos 37,2 milhões de pessoas sendo que a agricultura contribui em 26% do PIB²⁵. A infraestrutura pobre, a grande confiança na agricultura pluvial e outras restrições resultam em baixos rendimentos, na subprodução, nas perdas elevadas após as colheitas e em preços oscilantes dos alimentos. Os pequenos agricultores do Quénia enfrentam anualmente o risco de más colheitas e de insegurança alimentar.

The main factors affecting food security in the cluster are, frequent droughts; frequent livestock disease outbreaks; recurrent water shortages; large influx of livestock from Somalia to Mandera, Wajir and Garissa districts; insecurity along the border with Somalia; poor infrastructure, which add onto transport costs and subsequently to prices of food and non-food items; and periodic flooding on the banks of Tana and Daua rivers (The 2010 long rains season assessment report: Kenya Food Security Steering Group:19).

No Quénia, o P4P visa melhorar a produção e venda dos alimentos cultivados no país. Foi pela primeira vez implantado em Setembro de 2008 e, em cinco anos, pretende beneficiar 56 mil pequenos agricultores, 50 cooperativas e serão compradas 60 mil toneladas de milho, soja e mistura de milho e soja. O P4P pretende auxiliar pequenos agricultores, facilitar os contractos directos e comprar directamente dos armazéns das cooperativas. O orçamento para dois anos do P4P é de USD 1,8 milhões, dinheiro proveniente de doações da Fundação *Bill and Melinda Gates*.

No primeiro ano do P4P foram compradas 45 toneladas de arroz aos fazendeiros de Ahero, região oeste do Quénia. O P4P concentra-se em pequenos agricultores organizados em grupos. Comprando directamente a estes grupos, a iniciativa demonstra vantagens em participar do sistema formal de comércio. Os parceiros²⁶ trabalham com as organizações de agricultores para desenvolver as capacidades destas no sentido de aumentar a produção e melhorar a qualidade de seus produtos.

Chronically hungry farmers in the Bar Sauri village of western Kenya usually harvest their maize crop at the end of the rainy season, in August. Lack of information and storage facilities, weak local markets, and the urgent need for cash force them to sell most of the crop to middlemen at about \$120 a ton. When these same poor farmers

²³ Disponível em: <<http://www.wfp.org/procurement>>. Acesso em 10 de Fevereiro de 2011.

²⁴ Disponível em: <<http://www.wfp.org/about/strategic-plan>>. Acesso em 10 de Fevereiro de 2011.

²⁵ Disponível em: <<http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/reports/wfp230727.pdf>>. Acesso em 15 de Fevereiro de 2011.

²⁶ Principais parceiros do PAM no Quénia (*Purchase for Progress: Kenya op cit*): AGMARK (Agricultural Marketing Trust); AMPATH (Academic Model for Providing Access to Health); CGA (Cereal Growers Association); Equity Bank; Indiana University; Kimetrica e Kenyan Ministry of Agriculture.

have eaten the maize they have retained for personal consumption, they must then buy back their maize from the market at \$264 a ton, more than twice the price they received for it. Although the cost of stored grain normally rises with time, poor farmers are placed at a severe disadvantage due to their weak bargaining power, lack of information, and insufficient access to more distant markets (Sanchez 2005:164).

O Programa P4P mostra que há factores que limitam a produtividade do pequeno agricultor no Quénia como o facto da terra cultivada ser limitada; falta de *inputs*, armazenamento e processamento primário nas fazendas; infraestrutura débil que dificulta o acesso a mercados. A maioria dos agricultores cultiva menos de dois hectares e vende 30% das suas colheitas. Assim, o P4P trabalha com instituições financeiras, como o *Equity Bank*, para usar as garantias de empréstimos facilitados pelo IFAD (que têm baixas taxas de juros) aos pequenos agricultores que queiram empréstimos para melhorar a produção. Outros parceiros como MOA, CGA, AMPATH e a FAO ensinam os pequenos agricultores práticas agro-nómicas e o manejo da produção após a colheita. O P4P também une as organizações de agricultores a agro-negociantes rurais para aumentar o acesso a *inputs* (sementes, fertilizantes e ferramentas), ajuda à produção e outros serviços e mercados.

Embora existam várias cooperativas de agricultores preocupadas com o mercado de áreas de alto potencial, de acordo com o PAM (Purchase for Progress: Kenya 2010), a maioria dos pequenos agricultores não está organizada em cooperativas para vender a produção. Como consequência, 90% deles vendem à porta das suas fazendas ou em mercados locais a intermediários que juntam mercadorias para revender. Nas áreas semi-áridas, os preços das transações impostos pela baixa densidade demográfica e grandes distâncias entre as fazendas aumentam o preço final da cooperativa e das vendas individuais. A falta de confiança na liderança do grupo e os baixos ganhos nesta rede de vendas desencorajam a participação dos pequenos produtores.

A distância, estradas e vias em mau estado, bem como o acesso limitado a armazenamento restringem o ingresso de pequenos agricultores aos mercados. A falta de competição entre comerciantes e as longas e ineficientes cadeias de venda baixam os preços nas fazendas. O P4P ajuda pequenos agricultores a terem acesso a mercados alternativos, promovendo investimento de sector privado, encorajando os fornecedores locais de comida processada a comprarem a matéria prima das cooperativas de pequenos agricultores e, por se comprar directamente desses grupos, começa-se a estruturar o comércio, seja pela troca de produtos ou pelo sistema de armazéns em desenvolvimento organizado pelo *Kenya Agricultural Commodity Exchange (KACE)* e pelo *National Cereal and Produce Board (NCPB)*.

Em Fevereiro de 2010 o P4P no Quénia planeava atingir a produção de 60 mil toneladas de alimentos geradas por 56 mil agricultores. O programa favorece ainda o processo competitivo através dos cuidados com os pequenos agricultores e um sistema de recepção dos alimentos em armazéns. Este sistema facilita a compra directa, mais contratos e o processamento dos alimentos. Duzentas e duas organizações de fazendeiros no Quénia venderam suas produções ao PAM (*Revolution: From Food Aid to Food Assistance* 2010).

Por sua vez a USAID define a fome como uma crise alimentar catastrófica, marcada por desnutrição generalizada e elevada mortalidade (Howe 2004). Esta agência tem vários programas e projectos instalados no Quénia em diferentes áreas como o crescimento económico, a assistência humanitária ou ambiental. É importante lembrar que o actual presidente dos EUA, Barack Obama, tem origem queniana e o país tem muita relevância no projecto *Feed the Future*, que visa melhor segurança alimentar para a população do Quénia.

A primeira área (crescimento económico) tem o programa *Agriculture and food security* que capacita pequenos agricultores e os aproxima do mercado. Além deste programa existem mais seis projectos²⁷: *drylands livestock development program*, *Kenya maize development program*, *Kenya access to rural finance*, *Tagemeo agricultural policy research and analysis*, *Kenya dairy sector competitiveness program* e *value girls*.

A área da assistência ambiental abrange projectos relacionados com as florestas, animais selvagens, propriedade da terra e iniciativas sobre mudanças climáticas. E na área da assistência humanitária destaca-se o programa *Food for peace*.

Entretanto, o caso prático a ser desenvolvido será o *Kenya Maize Development Program*, pois o milho é base da alimentação da população no Quénia.

No Quénia, anualmente, entre 2 e 3 milhões de pessoas sofrem com a falta de alimentos. Em 2010, 1,6 milhões de pessoas necessitaram de ajuda alimentar devido às secas e a alta dos preços que afectou o país. De acordo com o site da USAID-Kenya²⁸, *over 50% of the relief food aid distributed by the World Food Program in Kenya in 2010 was donated by the United States government*.

É importante ressaltar que a ajuda alimentar enviada pela USAID em certas iniciativas é oriunda dos agricultores dos EUA e não dos países em vias de desenvolvimento como no caso do PAM. No *web-site* supra citado está escrito: *the secret of Food for Peace's success lies in the unique combination of American compassion together with the unmatched efficiency of our nation's farmers. It is less a triumph of government than of working Americans, for in its essence, Food for Peace is the work of farmers, businessmen, grain elevator operators, truckers, bargemen, freight forwarders, port operations, private voluntary organizations, and government officials. Together they form an unbroken chain of humanity stretching from this country's fertile fields to hungry families half a world away. In the end, hope is what America has promised, and hope is what Food for Peace delivers around the world every day.*

O boletim da Oxfam de Março de 2005, *Food aid or hidden dumping?* apresenta uma análise em relação às características das políticas de ajuda alimentar dos Estados Unidos podendo-se dizer que estas criam oportunidades à iniciativa privada que beneficiam produtores, transportadoras e a distribuição da ajuda alimentar, mas da cadeia norte-americana. Os carregamentos de alimentos que saem dos portos dos EUA são obrigados a embarcar em navios registrados no próprio país. Os produtores de cereais

²⁷ Disponível em: <<http://kenya.usaid.gov/programs/economic-growth/projects>>. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2011.

²⁸ Disponível em: <<http://kenya.usaid.gov/programs/humanitarian-assistance>>. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2011.

encontram outra vantagem nestas políticas de ajuda porque vendem os excedentes da produção, obtendo maior lucro. Os EUA são assim acusados de usar a ajuda como *manobra* no contexto internacional há mais de 40 anos. Isto se verifica principalmente no aumento do volume de ajuda alimentar nos anos em que há demasiada produção (op.cit.).

Food aid has led to a structural dependency for the country and its people, keeping both in poverty (Food trade and nutrition coalition 2005:5).

De acordo com Trindade (2006), são seis os principais objectivos da USAID: i) encorajar o crescimento económico e desenvolver a agricultura; ii) reforçar a democracia e a boa gestão dos assuntos públicos; iii) valorizar os recursos humanos pelo ensino e formação profissional; iv) estabilizar a população mundial e defender a saúde humana; v) preservar o meio ambiente, salvaguardar as populações afectadas por catástrofes naturais ou provocadas pelo ser humano e vi) reestruturar as condições indispensáveis para o desenvolvimento político e económico.

O *Kenya Maize Development Program* envolve alguns desses objectivos porque ensina aos fazendeiros boas práticas no cultivo, da plantação à colheita. Procura ainda melhorar a produção, aumentar o acesso aos mercados domésticos, regionais e internacionais; estabelecer sistema de recepção dos grãos em armazéns; prover serviços para o desenvolvimento dos negócios, como acesso ao crédito, investimentos, logística e aumentar a eficiência das cooperativas.

O *Kenya Maize Development Program* é desenvolvido pela ACDI/VOCA, empresa sem fins lucrativos que visa o crescimento económico em países em desenvolvimento, trabalhando com segurança alimentar, agronegócios e serviços financeiros.

Como vimos, o milho é o principal produto do Quénia, e segundo o *USAID Kenya Annual Report 2009*, o consumo anual per capita é de 98 quilos. De acordo com a USAID²⁹, o milho é plantado em 50% dos hectares destinados à agricultura. Contudo, é um produto caro e 60% dos quenianos usam pelo menos 28% de sua renda para comprar milho e seus derivados. Segundo o *website* do programa: *the price of maize in Kenya is among the highest in eastern and southern Africa; 1999 was the last year that Kenya was self sufficient in the maize.*

Poor rains, a reduction in planting after the 2008 post-election violence, and a decrease in fertilizer application due to higher prices have resulted in lower harvest yields for smallholder farmers in 2009. Kenya normally has a deficit in maize, which is filled by informal cross-border trade from Uganda and Tanzania; however, the present deficit is so large (estimated at 400,000 to 700,000 MT) that imports from the international market have been required (Project Profile *Kenya Maize Development Program 2009:4*).

O *Kenya Maize Development Program* foi implementado de 2002 até 2010 e, desde o início, foram investidos USD 11 milhões para auxiliar pequenos agricultores a se tornarem eficientes. Entretanto, mais USD 2,27 milhões serão injectados para a continuação do programa junto aos pequenos agricultores e no combate à insegurança alimentar.

²⁹ Disponível em: <<http://kenya.usaid.gov/programs/economic-growth/490>>. Acesso em: 10 de Março de 2011.

A agricultura do milho no Quénia é uma prática cultural enraizada, mas com anos de baixa produção. Esta tendência é atribuível à semente de má qualidade, a práticas de plantio antigas, uso de fertilizantes inadequados, acesso restrito dos pequenos agricultores aos mercados e organizações de produtor fracas. Outros factores que contribuem para esta subprodução incluem a baixa fertilidade do solo, infraestruturas de má qualidade, dependência acentuada das condições climáticas e dificuldade na obtenção de crédito. Para melhorar a produção e combater a insegurança alimentar o país necessita de novas tecnologias que melhorem as condições do solo degradado.

O ineficiente sistema de venda contribuiu para a estagnação económica e aumenta os níveis de pobreza no Quénia. Com maior produtividade, mercados mais eficientes e melhores políticas governamentais pode-se alterar a contribuição económica do milho, que passaria assim a ser elemento-chave para a redução de pobreza e para o crescimento acelerado.

De acordo com o *website* do *Kenya Maize Development Program*, a iniciativa aumentou a renda dos pequenos produtores de milho que em 2004 ganhavam cerca USD 254 por ano, para USD 891 em 2009. De acordo com o *USAID Annual Report Kenya 2009* (p. 33), *the program brought increased net earnings of \$206 million for 370,000 smallholder farmers*.

No primeiro período em que o programa foi implemenado, foram atingidas metas importantes:

- Organização de feiras, *workshops* e treinos que beneficiaram 370 mil fazendeiros, que também interagiram directamente com o sector privado suprimindo intermediários;
- Aumento da produção dos pequenos agricultores de 8 sacas de 90kg por acre para 32 sacas;
- Mais de 100 mil fazendeiros tiveram acesso ao curso *Farming as a Family Business*, durante o qual receberam informações sobre variedades e qualidades das sementes, fertilizantes e gestão dos recursos naturais. O curso teve a colaboração do Ministério da Agricultura do Quénia;
- Cerca de 400 mil fazendeiros visitaram os terrenos modelo do projecto, com demonstrações de boas práticas agronómicas;
- Lançamento do *Kenya Maize Handbook*, com informações para a produção do milho.

De acordo com o *Maize Handbook*, cerca de 75% do milho produzido no Quénia é oriundo de pequenos produtores, com propriedades de até dois hectares. Os pequenos agricultores têm também papel relevante em outros cultivos. Segundo o *Maize Handbook*, estes pequenos produtores são responsáveis por 65% da produção de café, 50% da de chá, 80% da de leite, 85% da de peixe e 75% da carne bovina e seus derivados.

O governo do Quénia criou a Estratégia de Revitalização da Agricultura 2004-2014 para criar um ambiente político e institucional que conduza o desenvolvimento da agricultura através de investimentos, produtividade e encorajando o sector privado de negócios agrícolas. É fundamental a criação de um acordo legal que seja justo para produtores e comerciantes, pesquisa na área que resulte em novas tecnologias e informação para sustentar a produtividade e a competitividade.

3. Enquadramento teórico-conceitual

A questão da ajuda internacional divide opiniões em relação à sua eficiência. Alguns autores como Jeffrey Sachs, defendem a importância da ajuda e argumentam que o auxílio enviado pelos países desenvolvidos deveria aumentar. Sachs (2005) afirma que o Pentágono gasta num ano mais que toda a ajuda internacional destinada à África em toda a história e que não foi o suficiente para construir a estrutura necessária. A quantia de USD 787 mil milhões, que para o autor, é muito baixa, não foi o suficiente para fazer o que era preciso. Sachs (op. cit.) refere que África nunca teve respaldo de governos estrangeiros e que após o período colonial os países africanos ficaram sem estrutura e o que foi fornecido pelos EUA foi muito pouco.

Por outro lado, há a linha de pensamento na qual se encaixam os africanos Dambisa Moyo e James Shikwati. Estes autores argumentam que a ajuda internacional mantém o continente africano num ciclo vicioso da pobreza e que o desenvolvimento do continente como um todo deve partir dos seus líderes e sociedades, e não apenas do auxílio de estrangeiros.

L'aide est jugée bonne ou mauvaise selon l'effet réel qu'elle a dans les diverses situations. Il apparaît que les grands problèmes en matière d'aide alimentaire sont soulevés par sa gestion, c'est-à-dire qu'il s'agit, tant pour les donateurs que pour les bénéficiaires, d'intégrer la planification et l'exécution en des politiques d'aide et de développement cohérentes (Schneider 1978:5).

De acordo com Moyo (2009), nas décadas de 1950 e 1960, o modelo da ajuda teve maior importância. Nos últimos 40 anos a ajuda tem-se mostrado desastrosa, pois diminuiu o crescimento dos países e aumentou a pobreza. A autora afirma (op.cit.) que na década de 1970, 10% da população africana vivia numa situação económica precária, com menos de USD 1,00 por dia. Hoje 70% vive com esta quantia.

A insegurança alimentar associada à miséria crónica, que é o ciclo vicioso da pobreza, faz com que a produtividade dos indivíduos e o crescimento do país estejam comprometidos. A fome produz desespero e as pessoas afectadas são mais vulneráveis àqueles que pretendem chegar ao poder através do uso da força, o que põe em perigo a estabilidade nacional e internacional (Marques 2008).

São também conhecidos casos de desvio de recursos financeiros e outros, pelos governos centrais de forma a continuar a financiar a guerra, o que gera paradoxos uma vez que o auxílio internacional que iria ajudar as vítimas da guerra passa a financiar o próprio conflito. *Os países pobres devem levar a sério o objectivo de acabar com a pobreza, e terão de dedicar a isso grande parte de seus recursos naturais, em vez de os aplicarem na guerra, na corrupção e em combates políticos internos* (Sachs 2005:390).

A ajuda financeira que deveria ser destinada a solucionar situações de emergência é, muitas vezes, desviada por quem está no poder ou por inúmeras organizações ao longo da cadeia logística humanitária

(Mosca 2002:73). Tal situação gera conflitos e até instabilidade que fazem com que a maior parte do continente africano viva num ciclo vicioso.

Sachs (2005) afirma que os responsáveis dos EUA entenderam que o país não iria apoiar uma política análoga ao Plano Marshall para a África, ainda que esse esforço fosse necessário para construir as infraestruturas imprescindíveis ao crescimento de longo prazo. Para ele, a liderança política não estava disposta a pagar o preço. Entretanto Trindade (2006:76) afirma que o director do *The Economist*, Robert Guest, argumentou que questões estratégicas ligadas aos Estados doadores ainda determinam bastante a ajuda e que África recebeu o equivalente a seis Planos Marshall, mas continua marcada pela miséria. Guest considera esta ajuda interesseira e mal dirigida para as reais necessidades dos povos africanos. O autor (op.cit.) entende que, por vezes, o crescimento rápido nem sempre é a prioridade dos doadores.

Para Sachs (2005:349) o Quénia necessitaria de investimentos anuais de USD 1,500 milhões. O apoio dos doadores ao país é de cerca de USD 100 milhões, o que representa 6,5% do necessário. O serviço da dívida do Quénia aos países ricos ronda os USD 600 milhões por ano, o que torna o orçamento do país refém da comunidade internacional. O Quénia é uma democracia recente e frágil, que deveria receber ajuda substancial dos seus parceiros no desenvolvimento.

Em relação à alimentação, há relatos que alimentos doados para populações em risco são desviados e vendidos clandestinamente (Mosca 2002). Tal situação não se passa apenas a nível nacional, mas também a nível local e regional, com algumas ONGs envolvidas em tais actividades. A longo prazo, os alimentos que entram num determinado país desestruturam a produção local, como menciona o economista queniano James Shikwati, em entrevista concedida à revista *Veja*, na edição de 10 de Agosto de 2005:

O envio de toneladas de alimentos atrapalha os produtores locais. Eles param de produzir o pouco que têm, porque são incapazes de competir com os alimentos distribuídos gratuitamente à população. Assim, criam-se novas famílias de pessoas pobres, que passam a depender da ajuda internacional. É uma espiral sem fim, que também desestimula o comércio de alimentos entre os países africanos.

Trindade (2008) argumenta que a ajuda alimentar pode resultar de políticas internas. Os subsídios pagos à agricultura norte-americana e europeia produzem excedentes que precisam de escoamento externo, destinados aos países em desenvolvimento, em especial África. Entretanto esses produtos alteram os mercados e afectam a recuperação da produção alimentar nos países receptores. Outro efeito é o da criação de uma cultura de dependência, com o consequente reflexo no declínio da produção interna dos Estados receptores.

Dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)³⁰ mostram que, além de conflitos, das secas e da fome, devem ser consideradas as altas taxas de crescimento da população (2,6% ao ano) e

³⁰ Disponível em: < http://www.unicef.org/infobycountry/kenya_statistics.html >. Acesso em: 21 de Fevereiro de 2011.

de fertilidade (4,9 filhos por mulher, em 2008) como factores que contribuem para a manutenção da pobreza e, consequentemente, da ajuda internacional ao Quénia.

During the 1960s and 1970s, Western aid and international development agencies initiated programs in East African countries to improve live-stock production and market integration of pastoralists (Fratkin 2001:6).

Acabar com a fome e a pobreza, seja no Quénia ou em qualquer outro país, não é fácil. Envolve a população local, o governo, entidades internacionais e ONGs. Deve haver acesso a educação e saúde, emprego, distribuição de renda, poderes legislativo, executivo e judiciário independentes, planeamento familiar, entre outros factores. A Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial mostra:

We reaffirm that a peaceful, stable and enabling political, social and economic environment is the essential foundation which will enable States to give adequate priority to food security and poverty eradication. Democracy, promotion and protection of all human rights and fundamental freedoms, including the right to development, and the full and equal participation of men and women are essential for achieving sustainable food security for all (...) Conflict, terrorism, corruption and environmental degradation also contribute significantly to food insecurity.

Para qualquer nação é fundamental erradicar a fome para atingir o desenvolvimento económico e social. Na década de 1970, Schneider (1978:6) afirmou que *la solution réside, non dans l'aide alimentaire, mais dans le développement*.

A fome não é apenas uma questão social. É também questão económica devido aos custos que comporta, já que as pessoas que padecem de fome são menos produtivas, apresentam *déficit* de aprendizagem, maior risco de contrair doenças e têm menor expectativa de vida. Tal acaba por ter consequências negativas para qualquer aparelho produtivo. Pode-se afirmar que a fome se transporta de geração em geração, pois gestantes mal alimentadas têm filhos com baixo peso, o que acarreta problemas nas capacidades físicas e intelectuais da criança (Marques 2008). Quando famílias pobres têm muitos filhos, os recursos são divididos por mais crianças, culminando em menor investimento na nutrição, saúde e educação delas. Quanto mais crianças há numa família com poucos recursos, menor o investimento em cada uma delas. Altas taxas de fertilidade numa geração tendem a acarretar no empobrecimento dos filhos e assim sucessivamente. De acordo com Sachs (2005), com menos filhos uma família pobre pode investir mais em cada criança, proporcionando à geração seguinte mais saúde, nutrição e educação, factores que elevam o padrão de vida nos anos subsequentes.

O rápido crescimento populacional coloca pressão na dimensão das propriedades agrícolas e nos recursos naturais, exacerbando a pobreza (Sachs 2005).

Most Kenyan consumers prefer cheaper raw milk over significantly more expensive pasteurized milk. As the vast majority of people boil milk before consumption, potential health problems associated with consumption of raw milk are largely avoided. Alongside the informal marketing system, a well organized but smaller formal sector

supplies processed and packaged milk to more affluent, urban consumers (...) Production and marketing of milk in Kenya is a major source of employment and small-business opportunities, both for family labour and hired employees (The State of Food and Agriculture 2009:46).

Este exemplo do mercado lácteo evidencia que a criação de gado leiteiro é importante, pois os pequenos produtores representam fonte significativa de empregos e de pequenos negócios. Os investimentos poderiam multiplicar o caso supracitado. De acordo com Sanchez (2005), o Quênia investe menos de 5% do orçamento em agricultura e pecuária, mesmo que cerca de 70% da população seja rural e dependa da terra. A Etiópia, que tem uma proporção semelhante de famílias rurais, investe anualmente 15% do orçamento nacional na agricultura e pecuária.

Como foi dito, a desnutrição e a fome são condições diferentes. A fome relaciona-se profundamente com a segurança alimentar, cujo principal obstáculo é a relação de diferentes assuntos, como questões agrícolas, ambientais, emprego, sociais, mercados e economia, saúde e políticas públicas (Pottier 1999). O conceito de fome foi apresentado na Conferência Mundial da Alimentação em 1974 e desde então tem sofrido modificações com as diferentes circunstâncias que a história apresenta. Inicialmente, a segurança alimentar era um problema de fornecimento alimentar. Hoje, segundo a FAO, a segurança alimentar diz respeito ao acesso à alimentação suficiente para uma vida activa e saudável. A insegurança alimentar ocorrerá quando este acesso for insuficiente (Marques 2008).

Na Cúpula Mundial da Alimentação em 1996, esta definição foi reforçada, acrescentando que *existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo o momento, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida activa e saudável*³¹.

Marques (2008:77) cita Uvin (1992) para se referir às motivações dos países doadores:

- i) O interesse económico: é considerado o objectivo principal da ajuda alimentar uma vez que beneficia a economia do doador ao escoar os excedentes da produção melhorando o preço do produto no mercado interno. Por mudar padrões alimentares das populações receptoras conquistariam novo mercado consumidor, aumentando as exportações daquele produto;
- ii) O interesse político: consiste nas influências políticas dos países doadores sobre os receptores. Mediante a ajuda alimentar, os receptores teriam determinado papel na política externa dos receptores. A ajuda alimentar faz com que os doadores tenham maior reconhecimento internacional, principalmente em organizações internacionais; e
- iii) As motivações humanitárias: os Estados fornecem ajuda alimentar como forma de evitar a extinção de comunidades, e desta forma, obter o apoio e o reconhecimento público da sua própria população e de terceiros.

³¹ Disponível em: <<http://www.fao.org/DOCREP/003/W3613P/W3613P00.HTM>>. Acesso em: 21 de Fevereiro de 2011.

Para Uvin (1992) estes factores são mais comuns em países onde o excedente da produção nacional se transforma em ajuda alimentar. Em outros casos, a ajuda alimentar é estabelecida de forma triangular, na qual o doador compra a ajuda alimentar nos países em desenvolvimento e a transporta aos locais necessitados. Para o país doador, este é um processo caro, tanto pela compra dos produtos destinados à ajuda em outro país como a logística de distribuição e segurança nos transportes.

Les critiques adressées par certains à l'aide alimentaire se fondent souvent sur l'effet nuisible que peut avoir celle-ci sur la production vivrière locale. Il est cependant possible de montrer que cela n'est pas inévitable. Si l'on connaît bien l'effet que peut avoir l'aide alimentaire sur la production agricole d'un pays bénéficiaire, et notamment sur la production denrées alimentaire, il est alors plus facile de concevoir et de mettre en oeuvre les opérations d'aide alimentaire de façon à réduire au minimum les effets négatifs éventuels et, en même temps, à provoquer des effets positifs ou à les amplifier (Schneider 1978:10).

A ajuda alimentar internacional sofre críticas que apontam vários aspectos que vão desde a insuficiência das quantidades, lentidão e má gestão do tempo, ao desrespeito pelos padrões alimentares da população receptora entre outras.

É a capacidade que ela (a ajuda alimentar) tem de minar o modo de subsistência dos pequenos agricultores, uma vez que ora os mercados estão inundados por produtos, o que leva à queda de preços. Ora, volumes elevados de ajuda alimentar a longo prazo desencorajam produção local, o que contribui paralelamente para o aumento da pobreza e uma situação de insegurança alimentar crônica dependente da importação de alimentos (Marques 2008:83).

A fome é ao mesmo tempo causa e consequência da pobreza. A erradicação, mediante acções que ampliem o acesso aos alimentos, seja pelo aumento da produção ou por outros meios, é essencial para mitigar a pobreza mundial. A fome é, geralmente, um problema rural, embora se verifique um aumento da sua incidência nas zonas urbanas, devido à migração das populações. Aumentar a produtividade dos pequenos agricultores e reforçar as suas capacidades é fundamental para reduzir a fome, aumentando a oferta de alimentos, criando oportunidades de emprego e promovendo a expansão económica.

As barreiras ao comércio erguidas por países estrangeiros podem impedir o desenvolvimento económico de um país pobre. Essas barreiras são por vezes políticas, por exemplo, quando um país poderoso impõe sanções comerciais a um regime que não aprecia. Essas sanções podem ter como objectivo enfraquecer ou derrubar um regime desprezível, mas muitas vezes apenas empobrecem a população do país alvo das medidas sem afectarem o regime. Muitos factores, para além do comércio, passíveis de afectar o desenvolvimento de um país são manipuláveis a partir do exterior por razões geopolíticas (Sachs 2005:111).

As áreas vulneráveis do planeta estão no centro das discussões de conferências mundiais. Em 1996 teve lugar em Roma a Cúpula Mundial da Alimentação onde foram discutidas medidas para mitigar a fome, mostrando que a simples doação não é o melhor caminho para o desenvolvimento económico e social.

A Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial mostra que *apesar da assistência alimentar proporcionar um melhoramento desta situação, esta intervenção não resolve, a longo prazo, as*

causas principais da insegurança alimentar. É importante que a comunidade internacional mantenha uma capacidade adequada a prestar ajuda alimentar, sempre que necessário, em resposta a situações de emergência. Dever-se-á assegurar o acesso equitativo a um abastecimento estável de alimentos. A existência de um ambiente pacífico e estável, em todos os países, constitui uma condição indispensável para se alcançar uma segurança alimentar sustentável. Os Governos são responsáveis por criar um ambiente propício, para que as iniciativas privadas e coletivas concentrem os seus conhecimentos, esforços, recursos e, sobretudo investimentos, no objectivo comum de garantir alimentos a todos. Este objectivo deverá ser alcançado com a cooperação e a participação de todos os membros da sociedade. Os agricultores, pescadores, silvicultores e outros produtores e fornecedores de alimentos desempenham um papel decisivo no alcance da segurança alimentar e o seu total envolvimento e habilitação são fundamentais para o sucesso desejado³².

Num extenso documento a Declaração de Roma expõe maneiras para os países que padecem de insegurança alimentar e o sistema internacional diminuírem e até solucionarem o problema. A Declaração possui um Plano de Acção com sete compromissos que, se respeitados, erradicariam a fome no mundo.

O primeiro compromisso refere a garantia de um ambiente político, social e económico propício, para criar condições para erradicar a pobreza e para ter paz duradoura, baseada na participação plena e igualitária entre gêneros, que favoreça a segurança alimentar sustentável para todos.

O segundo compromisso refere a importância da implementação de políticas com o objectivo de erradicar a pobreza e a desigualdade, e melhorar o acesso físico e económico a todos, a todo momento, a alimentos suficientes e, nutricionalmente adequados e seguros. Um dos meios que o documento cita é fomentar e apoiar os programas de segurança alimentar e nutrição a nível comunitário, que encorajem a autonomia, sobretudo em processos participativos no planeamento e na execução. Agindo em pequenos núcleos no território queniano, a erradicação da fome pode ser facilitada.

O terceiro compromisso defende a adopção de políticas e práticas participativas e sustentáveis de desenvolvimento alimentar, agrícola, da pesca, florestal e rural, em zonas fundamentais para assegurar a provisão adequada e segura de alimentos tanto ao nível familiar, como nacional, regional e global, e também para combater pragas, seca e desertificação, tendo em conta o carácter multifuncional da agricultura. Uma vez que a população rural explora os recursos naturais de modo sustentável, existiriam garantias de que o solo não se esgotará e que as espécies animais e vegetais não serão levadas à extinção, condições fundamentais para a manutenção do meio ambiente e da alimentação das pessoas.

A produção de alimentos e o desenvolvimento rural, particularmente nos países com insuficiência alimentar, exigem tecnologias adequadas e actualizadas de acordo com os critérios de desenvolvimento sustentável e das tradições alimentares locais. Estes critérios devem por isso promover a moderni-

³² Disponível em: <<http://www.fao.org/DOCREP/003/W3613P/W3613P00.HTM>>. Acesso em: 21 de Fevereiro de 2011.

zação dos métodos de produção locais e facilitar a transferência de tecnologia. Serão necessários programas de formação, educação e desenvolvimento dos conhecimentos técnicos destinados aos recursos humanos locais.

Sachs (2005) afirma que “infelizmente” os doadores têm financiado de forma insuficiente os esforços científicos no sentido da produção de variedades apropriadas às condições do continente. Entretanto, países desenvolvidos assistem aos países em desenvolvimento através de treinos e transferência de tecnologias. A capacitação do produtor rural para melhorar a exploração sustentável do solo garantirá melhores colheitas, rendimento para a família e mitigação da insegurança alimentar.

O exemplo que Sanchez (2005:204) refere, implica alguns conhecimentos sobre agricultura e pode melhorar a vida dos trabalhadores rurais.

HOW A SMALLHOLDER FARMER DIVERSIFIED AND GOT OUT OF ABSOLUTE POVERTY

Harrison Akumoye farms one hectare of terraced sloping land in Vihiga District in Western Kenya. His maize yields tripled when he restored soil health by using nitrogen-fixing trees, phosphate rock applications, and biomass transfers of the Mexican sunflower that he planted on all his internal farm boundaries.

Realizing that he could feed his family with only a portion of his farm, Akumoye gradually converted his hectare into a diverse enterprise. He grew kale and tomatoes and sold them to the nearby market in Luanda, using mainly biomass transfers. He planted napier grass (*Pennisetum purpureum*) in a field and Calliandra, a nitrogen-fixing tree that produces high-protein fodder and nectar for bees along bunds.

He fed the napier grass and Calliandra leaves to a high-grade milk cow obtained from Heifer International. He now has several cows and sells milk to neighbors. He also planted bananas which he fertilized with Mexican sunflower biomass. He planted *Grevillea robusta* trees for poles and timber and established a small tree nursery to sell fruit, timber, and fertilizer trees to farmers. Fruit trees and passion fruit vines now surround his house. His wife grows grain, legumes, and vegetables for home consumption. He estimated his income at less than \$1 a day in 1997. Six years later it was \$10 a day. His house has a zinc roof, also used to harvest rainwater. All his children go to school, wear clean clothes and shoes, and are well nourished. Now a leader in his church, he is building a church for his community.

Fonte: Sanchez 2005:204.

O quarto compromisso da Declaração de Roma refere que há que assegurar que as políticas de comércio de alimentos e de comércio em geral contribuam na segurança alimentar para todos, através de um sistema comercial mundial justo e orientado ao mercado.

O quinto compromisso defende que deve haver empenho a prevenir e estar preparado para enfrentar as catástrofes naturais e emergências de origem humana e atender às necessidades urgentes de alimentos de carácter transitório, de modo a encorajar a recuperação, reabilitação, desenvolvimento e capacidade de satisfazer necessidades futuras. Este ponto é importante, pois afirma que a ajuda emer-

gencial é bem-vinda e fundamental para a sobrevivência das pessoas atingidas por catástrofes naturais ou conflitos armados. Entretanto mostra a necessidade de que se desenvolvam métodos para que as comunidades se auto-sustentem a longo prazo.

O sexto compromisso defende a distribuição e uso correctos dos investimentos públicos e privados de modo a gerar recursos humanos, sistemas alimentares, agrícolas, pesqueiros e florestais sustentáveis e desenvolvimento rural em áreas de alto e baixo potencial.

O sétimo e último compromisso refere a importância da execução, monitorização e prosseguimento de Planos de Acção a todos os níveis, em cooperação com a comunidade internacional.

A segurança alimentar mundial é do interesse de todos, em razão da interdependência com as questões da estabilidade política e da paz, erradicação da pobreza, prevenção e reacção a crises e catástrofes, degradação do meio ambiente, comércio, ameaças mundiais à sustentabilidade da segurança alimentar, crescimento demográfico, movimentos fronteiriços da população, bem como tecnologia, pesquisa, investimento e cooperação financeira.

A Declaração de Roma reitera que cabe aos governos, em primeiro lugar, criarem ambientes económico e político que assegurem a segurança alimentar dos seus cidadãos, com a participação de todos os actores da sociedade civil. A Comunidade Internacional e o sistema das Nações Unidas têm contribuições importantes a oferecer ao objectivo de segurança alimentar.

Podemos afirmar que é fundamental que o Estado queira ajudar-se a si próprio e não simplesmente receber ajuda internacional como um actor passivo. Com medidas efectivas dos governos nacionais, o auxílio vindo das organizações internacionais seria melhor aproveitado, pois haveria estrutura interna pronta para recebê-lo. A ajuda seria simplificada e mais pontual, pois não haveria necessidade de ser estendida.

Orientation de L'AIDE ALIMENTAIRE vers le DEVELOPPEMENT (Schneider 1978:16):

- Distribution des denrées alimentaires par des filières différenciées. Ces filières peuvent passer par le circuit commercial ou par d'autres circuits et elles doivent assurer l'accroissement de la consommation en sorte que les producteurs locaux ne soient pas victimes de pressions qui s'exerceraient sur les prix alimentaires.
- Simulation de la demande de produits alimentaires sur le marché par des mesures qui favoriseront l'expansion générale et qui garantiront un accroissement de consommation sans que celui-ci pèse sur le marché.
- Subventionnement des agriculteurs, soit en garantissant les prix à la production, soit en subventionnant les moyens de production.
- Utilisation de l'aide alimentaire sous forme de fournitures agricoles: semences, céréales fourragères, poudre de lait, par exemple.
- Promotion de la production agricole à l'aide des ressources (matérielles ou financières) fournies

au titre de l'aide alimentaire, par exemple : projets de distribution de vivres en rémunération du travail, formation. Le calendrier et l'organisation de ce genre d'opération devront être suffisamment souples en sorte que la main-d'oeuvre n'abandonne pas définitivement l'agriculture pour d'autres travaux.

- Stockage des céréales pour stabiliser les prix et assurer la sécurité des approvisionnements.

Schneider (1978) adverte que essa lista não é para ser considerada como uma enumeração de soluções completas e detalhadas. Indica apenas direcções nas quais a ajuda alimentar se poderia orientar com maiores probabilidades de favorecer o desenvolvimento.

Alguns dos problemas que flagelam o continente africano são complexos, mas podem ser solucionados por meio de tecnologias. As doenças podem ser controladas, a produtividade agrícola aumentada e a infraestrutura básica estendida às aldeias.

Investimentos adaptados às necessidades e condições locais permitem às economias africanas escaparem da *armadilha* da pobreza. Essas intervenções permitirão que o continente atinja a fase de arranque económico em que o crescimento é conduzido pela agricultura, poupando da fome a próxima geração de africanos (Sachs 2005).

Si l'on veut éviter que les pays bénéficiaire ne dépend à long terme de l'aide alimentaire, avant de conclure de nouveaux accords il faudra s'assurer que ce pays fait un effort suffisant et applique des mesures appropriées afin de s'affranchir à terme, en partie ou en totalité, de l'aide alimentaire (Schneider 1978:39).

De acordo com Trindade (2006) os indicadores de desenvolvimento humano comprovam o afastamento de África dos Objetivos do Milénio: 46% da população não têm acesso à água potável; 31% sofre de má nutrição; 43% dos jovens não vão à escola; 60% da população é analfabeta e 75% dos seropositivos, à escala mundial, são africanos. Há igualmente registo de um decréscimo na produção alimentar por efeito da vulnerabilidade dos ecossistemas e da progressão da pandemia do HIV/SIDA. Moyo (2009) refere que a expectativa de vida de milhões de africanos cai de ano para ano. Contribuem para tal problema a falta de infraestrutura, desnutrição, a falta de água canalizada e de escolas (op. cit.).

Trindade (2006) argumenta que a integração regional efectiva seria a alternativa para o continente, em especial o Quênia, iniciar o seu desenvolvimento. O ponto de partida proposto pelo autor (op. cit.) seria o COMESA - Mercado Comum da África Oriental e da África Austral – que trata dos projectos de integração regional de África, projectos esses fundamentais para a estruturação da economia e do comércio do continente. Pretende-se que o COMESA seja o primeiro mercado comum africano, sendo o Quênia um de seus países membros. O principal objectivo passa pela criação de um mercado comum para se conseguir um desenvolvimento durável e equilibrado e a harmonização das estruturas de produção e comercialização dos Estados-membros. Para tal, o COMESA adoptaria políticas conjuntas, elabora-

ria programas macroeconómicos, adaptaria a ciência e a tecnologia ao desenvolvimento, promoveria a investigação, tudo com o objectivo de atrair investimento externo (Trindade 2006).

Grandes decisões estão nas mãos de diferentes actores políticos e igualmente económicos. A cada eleição um novo presidente estabelece prioridades que não serão as mesmas de seu antecessor. Mais uma vez essa questão nos faz concluir que a dependência da boa vontade estrangeira não mudará o futuro de nenhum país terceiro mundista, que não estabelece políticas públicas. O país tem que querer mudar, por conta própria, e não ficar a mercê de terceiros.

Para concluir, cito uma frase de Trindade (2006:76) que para haver desenvolvimento efetivo, os países africanos devem afastar-se do modelo baseado na caridade e na compaixão dos doadores, para seguirem um modelo que culmine em soluções capazes e duradouras.

4. Problema e hipóteses de Pesquisa

As primeiras hipóteses nem sempre são definitivas e ao serem estabelecidas, nem sempre são as ideais, ainda que atendam às condições momentâneas da pesquisa (Filho 2000). Apresentam-se provisoriamente como eventuais respostas ao problema de pesquisa.

A problemática da presente dissertação centra-se nas causas e consequências da fome e de como essa questão influencia o desenvolvimento social e económico no caso do Quênia.

As hipóteses que se colocam neste trabalho são:

H1: Com a entrada da ajuda humanitária alimentar “resolve-se” momentaneamente o problema da fome, mas a médio-longo prazo a economia queniana é prejudicada, o que gera um ciclo da pobreza.

H2: A capacitação e o encorajamento do comércio poderiam contribuir para solucionar a fome e a pobreza bem como o fortalecimento das relações comerciais entre os Estados africanos.

II. Metodologia

A presente investigação é baseada em investigação bibliográfica e em inquéritos por questionários feitos electrónicamente.

Esta dissertação é um estudo de carácter exploratório que se propõe, sobretudo, aprimorar a compreensão de diversos processos subjacentes à ajuda humanitária ao povo queniano.

Apresentamos dados fornecidos pela Organização das Nações Unidas, pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial e por algumas organizações não-governamentais com projectos no Quênia, entre outras organizações.

Os inquéritos foram aplicados a actores envolvidos nas questões da ajuda humanitária, do desenvolvimento e em questões económicas: desde economistas a agências internacionais. Com os inquéritos por questionário procurámos obter opiniões dos referidos actores, e que têm conhecimentos de terreno, sobre a eficiência da ajuda bem como *insights* sobre possíveis soluções para a resolução deste problema que é a fome.

5. Método de pesquisa

O método escolhido para a pesquisa foi o método qualitativo, pois segundo Haguette (2000:63), este método fornece a compreensão profunda de certos fenómenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da acção social. Trata-se de um método mais flexível e interpretativo, por isso, as hipóteses previamente formuladas podem ser modificadas. A pesquisa qualitativa é mais indicada quando não se pretende recolher dados de forma sistemática ou construir base de dados, mas sim aprofundar temas independentemente de representatividades de amostras (Sampieri et al. 2006).

Para Bardin (1977:21), a análise qualitativa passa pela identificação da *presença ou ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração*.

É importante ressaltar que os métodos qualitativos e quantitativos têm maior ou menor relevância de acordo com o objecto do estudo. Haguette (2002) cita Lazarsfeld (1969) dizendo que em situações nas quais a evidência qualitativa substitui a informação estatística de épocas anteriores, é adequado o uso do método qualitativo.

Para tal é imprescindível a obtenção clara das informações. As respostas devem satisfazer as expectativas do investigador. Contudo, é essencial que estas respostas não sejam condicionadas pelo que assim, o entrevistado não responderá simplesmente o senso comum ou o que é noticiado nos *media*.

A elaboração dos questionários está vinculada ao tema, aos problemas de estudo e às hipóteses (Sampieri et al. 2006). É necessário que o objectivo do trabalho esteja claro de forma a proceder-se à internalização dos dados, pois assim surge o conhecimento científico do investigador.

De acordo com Thiollent (2000:62) ao se planejar amostras de pessoas a serem entrevistadas com alguma profundidade, os pesquisadores costumam recorrer às chamadas “amostras intencionais” ou não probabilísticas. Trata-se de um pequeno número de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas apresentam em relação a um determinado assunto (Sampieri et al. 2006).

6. Técnicas de pesquisa

As técnicas inseridas no método qualitativo são diversas. Mas é o objecto de estudo que determina a escolha da técnica, tal como a escolha do método (Sampieri et al. 2006).

A técnica usada neste trabalho foi o inquérito por questionário, que, tendo em conta a localização geográfica dos entrevistados e do investigador, teve que ser feita via e-mail.

São ditos questionários, pois de acordo com Cervo (2002) este é um meio de se obter respostas com melhor exactidão, pois é o próprio entrevistado que o preenche. O autor (op. cit.) também refere que o questionário deve ser limitado na sua extensão e finalidade, deve exibir uma organização lógica e evitar perguntas demasiado longas, confusas ou sobrepostas. Os inquéritos por questionário podem ser compostos de perguntas fechadas e/ou abertas sendo que as últimas o fazem aproximar de uma entrevista (Sampieri et al. 2006). No presente trabalho optámos por não “formatar” respostas devido à complexidade do tema. Assim, as perguntas que colocámos foram perguntas abertas, pois conseguem informações mais ricas e variadas (ver anexo 1 para inquérito por questionário). Porém, é importante ressaltar que a codificação e a análise destes conteúdos são mais difíceis, porque requer análise de símbolos combináveis entre si numa mesma frase (Bardin 1977:17).

6.1. O Inquérito por Questionário

A decisão de enviar o inquérito por questionário por *e-mail* foi tomada devido à impossibilidade geográfica e financeira de viajar até as cidades onde se encontravam os respondentes. Tal acarretaria viagens por pelo menos três continentes, algo impraticável neste momento e que coloca alguma restrição ao presente estudo.

De acordo com Rea (2002), há vantagens e desvantagens intrínsecas a esta técnica.

As vantagens são principalmente do ponto de vista económico, havendo menos gastos. O acesso aos entrevistados continua a ser “directo” (não por via de terceiros) e implica menores custos, já que as questões são colocadas electronicamente (Sampieri et al. 2006). Também há maior conveniência para o respondente, pois este pode responder às perguntas no momento que lhe for mais oportuno e o prazo para o envio das respostas é maior.

Entretanto tal implica uma desvantagem para o investigador, que tende a esperar pelas respostas, o que não aconteceria em inquéritos por questionário desenvolvidos pessoalmente e administrados pelo próprio investigador (Sampieri et al. 2006). Outro lado negativo é a falta de envolvimento do investigador, que em caso de dúvidas do entrevistado, não poderá resolver-las de forma imediata. Mais importante que isso é não ter noção da reacção dos entrevistados quando tomam conhecimento das perguntas, não ter acesso a informações espontâneas (muitas vezes não verbais), não podendo as mesmas ser exploradas pelo pesquisador.

Outra desvantagem desta técnica é a baixa taxa de respostas (Sampieri et al. 2006).

As perguntas colocadas foram as mesmas para todos os entrevistados, com a exceção de que nos inquéritos enviados às agências internacionais somou-se uma pergunta relacionada aos respectivos projectos (ver anexo 1).

7. Análise de conteúdo

As perguntas foram feitas para extrair e entender a opinião de cada entrevistado em relação à ajuda alimentar no Quénia. Ter informações sobre assuntos tangentes à ajuda alimentar como a corrupção, as medidas indicadas para a sua erradicação, qual solução possível e a efectividade da ajuda perante o número fornecido pela FAO de que entre 24 e 35% dos quenianos estariam subnutridos, entre muitos outros aspectos. As perguntas voltadas às iniciativas de cada agência foram para entender como se organizam e quais as expectativas para o resultado.

Depois de recebidas as respostas, os conteúdos foram analisados através da análise de conteúdo (Bardin 1977), que é um instrumento adaptável e marcado por disparidades de formas. De acordo com Bardin (op. cit.) a análise significa que o fundamental não é aquilo que a mensagem diz à primeira vista, mas o que ela veicula: dados, o seu contexto e as suas circunstâncias. A autora (op. cit.) afirma que há duas funções da análise que podem ou não se dissociarem: a heurística onde o tipo de análise enriquece a tentativa explanatória e aumenta a propensão à descoberta; e a chamada função de administração da prova, na qual as hipóteses provisórias são directrizes e apelam para o método da análise para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou informação. A análise também contém aspectos inferenciais, que são as deduções lógicas do analista e que colocam em evidência as avaliações (Bardin 1977:40).

Ainda que para a autora, a análise do conteúdo se baseia na manipulação de mensagens para evidenciar indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem e que fundamentem a interpretação final.

Usando a técnica da análise de conteúdo, para interpretar as respostas é necessário criar categorias que possam representar uma simplificação dos dados brutos. Isto é, há que enumerar e classificar palavras-chave de forma a que estas possam ser agrupadas segundo critérios previamente definidos

(op.cit.). O que ocorre é a “decomposição-reconstrução”, que desempenha uma determinada função na indicação de correspondência entre as mensagens e a realidade adjacente (Bardin 1977:119). Os elementos pertencem a uma única categoria não havendo lugar a sobreposições (op. cit.).

8. Limitações do estudo

Esta dissertação, assim como a maioria das investigações académicas, apresenta restrições, algumas delas incontornáveis. Durante o período de pesquisa diversos problemas e desafios surgiram, mas não impediram a continuação do trabalho. Entretanto, este teve de tomar diferentes rumos por forma a encontrar soluções para desenvolvê-lo.

Uma das limitações sentidas foi a nível bibliográfico sobre o tema em questão. Por ser um assunto dinâmico, a bibliografia existente apresenta, em alguns casos, dados ultrapassados embora alguns sejam os mais recentes que estão disponíveis. A pesquisa de documentos produzidos por organismos internacionais relacionados ao assunto propicia a actualização das informações. Isso faz com que a actualização da informação nos leve a uma busca constante, mas que muitas vezes se torna difícil de concretizar.

Outro ponto importante que limita o estudo académico são os constrangimentos financeiros. A impossibilidade de recolher dados *in loco* de forma a poder testemunhar muitas das situações descritas seguramente empobrece qualquer trabalho desta natureza. O mesmo se aplica à técnica escolhida (inquérito por questionário via electrónica) não podendo o investigador estar face-a-face com os entrevistados. Esse teria sido o cenário ideal, poder interagir com os mesmos e percepção suas reacções às questões colocadas. Garantir-se-iam respostas mais abrangentes e completas para além de a taxa de resposta ser bastante mais acentuada. De facto, o uso do correio (aéreo ou electrónico) não nos permite atingir taxas de resposta substanciais (Sampieri et al. 2006). Contudo, quando existem constrangimentos financeiros, os investigadores são obrigados a recorrer a técnicas, que não sendo as ideais, acabam por ser as mais adequadas e possíveis aos contextos de pesquisa (Sampieri et al. 2006).

Com a impossibilidade de deslocações, o presente trabalho centra-se em investigação de carácter bibliográfico e nas entrevistas a especialistas via inquérito por questionário electrónico.

O facto de alguns dos nossos entrevistados serem organizações dificultou e atrasou a obtenção de respostas. Quando os actores são organizações, não é fácil passar as cadeias burocráticas e representativas dessas mesmas organizações (Sampieri et al. 2006). As perguntas foram enviadas para a Agência Americana de Desenvolvimento Internacional (USAID), para o Programa Alimentar Mundial (PAM) e para os economistas quenianos como, por exemplo, James Shikwati e Terry Ryan. Num primeiro contacto, todos se comprometeram a responder ao questionário. Entretanto, frente aos questionários, alguns preferiram abster-se de responder. Essa recusa é responsável pela não audição dos actores responsá-

veis pela ajuda que tem sido maioritariamente desenvolvida: as organizações internacionais. A presente dissertação não apresenta assim, infelizmente, nenhuma resposta oficial de qualquer das organizações contactadas. Esta limitação terá seguramente debilitado as nossas conclusões do ponto de vista da falta de pluralidade de opiniões e imparcialidade.

Um dos respondentes foi Terry Ryan. Antigo director de planeamento no Ministério do Planeamento e das Finanças do Quénia em 1984, ocupou o cargo durante a grande seca pela qual o país passou nas últimas décadas. Esteve ligado à ajuda alimentar internacional, pois houve necessidade de um plano de ajuda para os segmentos afectados da população. Este entrevistado respondeu às questões por nós colocadas com propriedade.

Outro respondente foi Wambui Kariuki. Ela é pesquisadora assistente da Universidade de Strathmore, em Nairóbi, e foi meu primeiro contacto para conseguir alcançar o professor Terry Ryan. Ela foi muito solícita e, como é cidadã queniana e está em contacto directo com a realidade do país, suas respostas também são relevantes a este trabalho.

A actual crise humanitária no corno da África também foi um factor importante, de forma negativa, no resultado do trabalho, pois algumas agências internacionais que responderiam ao inquérito estavam no terreno e não responderam às nossas questões.

Concluindo, o nosso trabalho seria seguramente mais completo se tivéssemos tido oportunidade não apenas de entrevistar os respondentes directamente, mas também de nos deslocar ao terreno. A baixa taxa de respostas também condicionou o presente trabalho, mas era de facto a forma possível de contactar os entrevistados face aos constrangimentos já referidos.

III. Resultados

Na presente secção será feita a análise do conteúdo das respostas enviadas pelo economista queniano Terry Ryan e pela Wambui Kariuki, que foi meu contacto inicial com Ryan e é Assistente de Pesquisa da Universidade de Strathmore.

Como referido no capítulo da metodologia, a técnica utilizada foi a análise de conteúdo (Bardin 1977). Em função de apenas dois entrevistados terem respondido, a análise apresentada é limitada (ver Secção 8 da presente dissertação). A análise do discurso inerente às respostas dadas é fundamental para a comprovação das hipóteses pré-estabelecidas. O ideal seria que houvesse uma opinião contrária para cruzar informações e realizar uma comparação.

Passamos então aos resultados obtidos com os inquéritos por questionário.

	CATEGORIAS	RESPOSTAS DE TERRY RYAN	TRADUÇÃO
PROBLEMAS RELACIONADOS COM A AJUDA ALIMENTAR INTERNACIONAL	PROBLEMAS SOCIAIS	1-Even legitimate recipients may choose to sell a free handout and purchase preferred products. 2- Relief camps are the cheapest, most convenient way of distributing relief to the needy but by taking the needy away from their farms they are not then able to prepare land for planning when the rains return and hence become perpetual dependants. 3- Suspension of humanitarian aid via food ceases to be relevant when subsistence crops come available. 4- Endemic need in particular areas is a particular problem. Refugees from neighboring countries have boosted the populations probably beyond the carrying capacity of current technologies.	1- Até mesmo receptores legítimos poderiam escolher vender a comida doada para comprar os produtos de sua preferência. 2- Campos de refugiados são a maneira mais barata e conveniente de distribuir ajuda aos necessitados. Mas os levando para longe de suas fazendas, não podendo preparar a terra para o plantio quando o período das chuvas longas chegar, o que perpetua a dependência. 3- A suspensão da ajuda humanitária através de alimentos deixa de ser relevante quando a produção de subsistência esteja disponível. 4- Necessidade endêmica em certas áreas é um problema. Refugiados de países vizinhos aumentaram a população provavelmente para acima da capacidade das actuais tecnologias.
	PROBLEMAS ECONÓMICOS	5- Relief camps by-pass and hence bankrupt, traditional distribution outlets. 6- Where cash crop failure has created poverty related neediness the delay in suspension is longer because only the return of income solves the need.	5- Campos de refugiados acabam, quando os tradicionais centros de distribuição já faliram. 6- Aonde as colheitas não rendem lucros e há pobreza, a suspensão da ajuda é postergada, porque somente o lucro resolveria as necessidades.
	PROBLEMAS POLÍTICOS	7- Any free handout of anything generates potential corruption. 8- The transport of subsidized/free foodstuffs is a critical stage and insufficient attention to it poses threats.	7- A distribuição de qualquer produto dera potencial corrupção. 8- O transporte de alimentos gratuitos ou subsidiados é um estágio crítico e é perigoso não

			dar atenção ao assunto.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA A FOME	DESENVOLVIMENTO A PARTIR DO INTERIOR DO PAÍS	9- I, obviously, think the best solution will come from inside the communities rather than from outside. Outsiders, at best, can endorse indigenous solutions (water, soil, fuel, storage, transport, information etc). 10- The country is emerging from tradition to transition. Take off is still somewhere ahead.	9- Eu, obviamente, penso que a melhor solução vem de dentro da comunidade e não de fora. Os de fora podem colaborar com a infraestrutura (água, solo, combustível, depósitos, transporte, informação etc). 10- O país está emergindo do modelo tradicional para o de transição. A largada está logo a frente.
	A RELAÇÃO DA AJUDA ALIMENTAR COM A FOME	11- Traditional famine relief has, in a number of cases, been undermined by food aid – why grow a corner of drought resistant cassava if free food will come.	11- O modo tradicional de mitigação da fome, em muitos casos, foi prejudicado pela ajuda alimentar – por que plantar uma espécie de mandioca resistente à seca se chegará alimento gratuito?
VANTAGENS DA AJUDA ALIMENTAR INTERNACIONAL	-	-	-

	CATEGORIAS	RESPOSTAS DE WAMBUI KARIUKI	TRADUÇÃO
PROBLEMAS RELACIONADOS À AJUDA ALIMENTAR INTERNACIONAL	PROBLEMAS SOCIAIS	-	-
	PROBLEMAS ECONÓMICOS	1-The idea of relief aid or aid in general has over the years become a business riddled with corruption from recipient governments.	1- Ao longo dos anos ajuda internacional se tornou um negócio corrupto nos governos receptores.
	PROBLEMAS POLÍTICOS	2-Most of the assistance comes with strings attached especially on policy to favor the donor country, with distribution being done solely by the donor country affiliates, such as transport and packaging companies. 3- Policies around agriculture should be implemented of enforced that are favorable to farmers to increase productivity.	2- A maior parte da ajuda está ligada a políticas para favorecer o país doador, com a distribuição sendo feita através de afiliados do governo como transportadoras e embaladoras. 3- Políticas agrícolas deveriam ser implementadas para ajudar o agricultor a aumentar a produtividade.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA A FOME	DESENVOLVIMENTO A PARTIR DO INTERIOR DO PAÍS	4- Micro credit facilities and education is also important. Tax reliefs, subsidies of farm input and policies against importation of foreign produce should be in place to encourage maximum use of agricultural land. 5- In situations of national disasters such as flooding, drought, earth quakes, the aid should have	4- Micro crédito e educação são importantes. Isenção fiscal, subsídios agrícolas e políticas contra a importação deveriam ser encorajados para maximizar a produção rural. 5- Quando há desastres como inundações, seca e terremotos, a ajuda deveria ter prazo final para não interferir no protocolo

		<i>an expiry date so as not to interfere with the response protocol of the country or to undermine the local efforts creating a bureaucracy. It is essential to respect the sovereignty of a country by stepping out and allowing the local authorities to assist the situation.</i> 6- <i>Small scale farming is also to be encouraged to ensure adequate produce for local consumption.</i> 7- <i>Government silos as well as Regional partnerships to create a ready market for all the produce generated.</i>	nacional ou minar os esforços nacionais para criar uma burocracia. É essencial respeitar a soberania de um país deixando suas autoridades resolverem a situação. 6- Pequenos agricultores devem ser engorajados a plantar produtos adequados ao consumo local. 7- Silos governamentais e parcerias regionais para criar mercado para a produção.
	A RELAÇÃO DA AJUDA ALIMENTAR COM A FOME	8- <i>Agricultural surplus produce should be stored in national silos to avoid shortages especially in grain.</i> 9- <i>Some of the data is misrepresentative of the actual situation to encourage a bigger budget for the donor organization.</i>	8- O excedente da produção deveria ser estocado para evitar a falta de alimentos, principalmente de grãos. 9- Algumas informações (sobre a fome no Quênia) não são correctas e estimulam aumentar o orçamento do doador.
VANTAGENS DA AJUDA ALIMENTAR INTERNACIONAL	-	-	-

As respostas dadas pelos respondentes, Terry Ryan e Wambui Kuriuki, foram sintetizadas por **categorias** de acordo com a ténica da análise de conteúdo das respostas no quadro acima. Nele estão as principais ideias e afirmações de ambos os autores sobre a ajuda alimentar no Quênia.

Como podemos notar, ambos opõem-se à entrada de alimentos doados em território queniano, pois, segundo os mesmos, potencializa a corrupção.

Segundo Kariuki a ajuda é um negócio corrupto e está atrelada a políticas que beneficiam o doador, pois o transporte e a embalagem dos produtos doados são feitos por empresas afiliadas ao governo doador. Para ela *'this creates a thriving business for the aid workers and transport companies'*.

Para Ryan os campos de refugiados são a maneira mais simples e barata de distribuir ajuda aos necessitados. Porém, essa questão interfere no cultivo local. Com os agricultores e pastores longe das suas fazendas, não há possibilidade de preparar e semear a terra para quando chegar a época das chuvas longas. Não há colheita nem lucro decorrente das propriedades agrícolas, o que gera dependência da ajuda alimentar. Os campos tendem a acabar e quando isso ocorrer, a estrutura económica tradicional cairá por terra.

Ryan argumenta que como os campos estão cheios principalmente de cidadãos de países fronteiriços, houve aumento significativo da população, o qual, ele acredita, estar acima da capacidade das tecnologias que o país possui actualmente. Entretanto, a solução para o problema deve vir da própria

comunidade queniana, pois seria mais eficaz do que simplesmente as apresentadas por estrangeiros. Kariuki diz que isenção fiscal, subsídios agrícolas, facilitação de crédito e educação seriam fundamentais para aumentar a produção rural. Em consequência, o excedente seria estocado para alimentar a população em casos de emergência.

A questão da interferência estrangeira também afecta a questão da avaliação dos subnutridos. Quando contestados sobre a taxa de 35% de a população estar subnutrida, Ryan ressalva que a subnutrição é um conceito ocidental, que não significa muito nas comunidades tradicionais. De acordo com Ryan, as dietas tradicionais deixariam os nutricionistas da OMS horrorizados. Ele afirma que a ajuda alimentar tem afectado o modo de mitigação da fome dessas pessoas: *why grow a corner of drought resistant cassava if free food will come?*

Já Kariuki argumenta que as informações sobre a fome no Quénia não refletem a realidade e incentivam o aumento das doações.

Perguntados sobre o momento ideal de suspender a ajuda alimentar, Ryan afirmou ser fundamental haver excedentes na agricultura de subsistência. Quando as produções agrária e pecuária não geram excedentes, cria-se pobreza e, por consequência, necessidade de ajuda por mais tempo. Para este autor com a renda do trabalho, os fazendeiros poderiam comprar os produtos para satisfazer suas necessidades.

Kariuki afirma que a soberania do Estado deve ser respeitada. Os governos estrangeiros e organizações internacionais não devem interferir no protocolo de resposta a desastres e devem permitir que o Estado necessitado aloque suas autoridades na resolução dos problemas humanitários.

O Quénia está a sair de um padrão económico tradicional e a entrar para um padrão de transição. Para o Dr. Ryan, o desenvolvimento efectivo está agora mais próximo. A ajuda alimentar internacional não estimula os agricultores porque rompe o tecido económico do país. As doações acomodam as pessoas, pois sabem que a ajuda chegará não havendo necessidade de trabalhar para ter acesso aos bens. A corrupção não está somente na esfera do Estado, mas também na população, e é representada por esse comodismo.

O estímulo das pessoas torna-se fundamental para romper com o ciclo da pobreza. Com melhores colheitas (consequência da ajuda internacional na capacitação dos agricultores), há segurança alimentar, há oportunidade para o comércio (do processamento primário até os transportadores, armazéns e feiras), para os serviços, para as indústrias. A circulação monetária na economia desenvolve o país além das necessidades básicas. O dinheiro que circula dá oportunidade às famílias de comprarem os produtos que preferirem, o que implica a abertura de novos mercados, com maior gama de produtos, serviços e cultura.

Sem a preocupação diária se haverá alimento, a população ocupa-se com outras questões como a educação, profissão, saúde etc. Poderíamos chamar este cenário de “ciclo do desenvolvimento”.

Para o Dr. Ryan a iniciativa para tal deve vir dos próprios quenianos. Para Kariuki, deve-se dar mais atenção à produção local através de políticas do Estado. A ajuda não acabará do dia para noite, mas gradualmente poderá diminuir e, em paralelo, seriam implementados projectos voltados ao desenvolvimento. A ajuda ideal seria que os doadores internacionais fornecessem informação e capacitação técnica, e os quenianos aceitassem a ajuda de capacitação e de conhecimento. Ao contrário do dinheiro, esse tipo de ajuda não pode ser retirado aos indivíduos depois de dado. Quando o sector primário dominar técnicas modernas para aprimorar a produção, terá acesso a *inputs* de qualidade e a crédito, opção da irrigação para não depender somente das chuvas, resultando na optimização do campo. Em decorrência disto, os sectores da indústria, comércio e serviços seriam beneficiados. O desenvolvimento sócio-económico começaria de facto no Quénia.

IV. Discussão dos resultados

A pergunta de partida com a qual foi iniciado o presente estudo estava relacionada às consequências que a ajuda internacional, em especial a ajuda alimentar, traria ao Quénia. O objectivo era o de comparar a opinião de diversos autores e os dados apresentados por organizações internacionais para verificar (ou não) as hipóteses colocadas: i) se a entrada de ajuda alimentar prejudicaria a economia queniana dando continuidade ao ciclo da pobreza ou ii) de a capacitação e o encorajamento do comércio serem eventuais soluções para a questão da fome e da pobreza.

Numa perspectiva geral e sobretudo económica, as consequências económicas e sociais da entrada da ajuda ao longo dos anos têm sido prejudicial.

Desde a independência, a ajuda internacional tem parte integral no processo de orçamento do Quénia (Njeru 2003) e que tem sido volátil e fragmentada (Mwega 2009).

Having seen the failure of fifty years of competing aid intervention, donors now (1990) laid the blame for Africa's economic woes at the door of political leadership and weak institutions (Moyo 2009:22).

Para Moyo (2009), na maioria dos países pobres hoje há ajuda nos serviços civis, nas instituições políticas, na área militar, na saúde, na educação, na infraestrutura, ou seja, a ajuda é endémica. Mais especificamente em relação à ajuda alimentar, a autora (op.cit) afirma que o capital social é peça fundamental para unir os negócios, a economia e a política, para atingir o desenvolvimento. Porém, a fome é uma das razões para que tal objectivo seja constantemente adiado. Como refere a autora: *With the millions of tons of subsidied exports flooding the market so cheaply, African farmers cannot possibly compete* (Moyo 2009:116).

Os defensores da ajuda e os que a recusam quanto solução falsa buscam melhoria no padrão de vida dos quenianos e de tantos outros cidadãos de países em desenvolvimento. Seguramente que algumas práticas se têm mostrado mais eficazes que outras.

Ao longo do presente trabalho foi mostrada, ainda que resumidamente, a evolução da ajuda internacional no Quénia bem como o contexto histórico e político em que a mesma decorreu e decorre.

Foram milhares de dólares em doações, durante décadas, dirigidos a este país, mas que pouco melhoraram a vida desta população. Para Sachs (2005:335) o fim da pobreza exigirá uma rede de cooperação global entre pessoas que nunca se encontraram e que não confiam necessariamente umas nas outras.

Em nenhuma outra parte do mundo é mais necessário o empenho na redução da pobreza do que na África ao sul do Saara, pois em nenhuma parte do mundo o sofrimento é tão generalizado (Ferro in Barata e Frias 2005:101).

Sachs (2005), que é a favor do aumento da ajuda internacional para os países em desenvolvimento, afirmou que a tarefa dos países ricos é ajudá-los a melhorar ou pelo menos a ganhar uma posição no último degrau, pois a partir daí estes países poderiam prosseguir a escalada do desenvolvimento por si próprios. Como ressaltou Kariuki, é fundamental haver respeito à soberania do país receptor.

A segurança e prosperidade de todos dependem de decisões colectivas para combater doenças, promover ciência e educação alargada, fornecer as infraestruturas fundamentais e actuar em uníssono para ajudar os mais pobres. Quando as pré-condições das infraestruturas básicas (estradas, electricidade e portos) e o capital humano (saúde e educação) estão garantidos, os mercados são poderosos motores do desenvolvimento. Sem estas pré-condições, os mercados podem cruelmente passar ao lado de grandes áreas do mundo, deixando-as pobres e em permanente sofrimento. A acção colectiva, através de uma efectiva provisão de saúde, educação, infraestruturas por parte dos governos, bem como assistência externa, quando necessária, está na base do êxito económico (Sachs 2005:32).

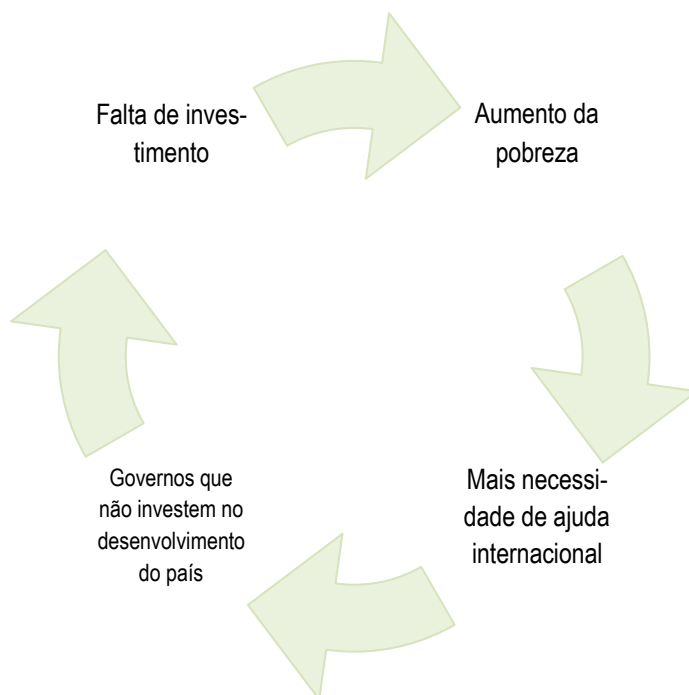
Ainda de acordo com o autor (op.cit.) “a grande tragédia do nosso tempo” é que um sexto da humanidade não está sequer no caminho do desenvolvimento. Muitos ficam presos na armadilha da pobreza, incapaz de escapar por si próprios de uma privação material extrema. Na visão dele (op. cit.), os níveis de educação são tão baixos que mesmo programas que funcionam em outras áreas falhariam em África, que é corrupta e está enredada em autoritarismo. O continente carece de “valores modernos” e de instituições de uma economia de mercado necessárias para ter êxito (Sachs 2005). Por sua vez, Moyo (2009) refere ironicamente que o planeta ouve com muito mais rapidez e com mais atenção as estrelas do cinema e da música preocupados com a África, do que os governantes do continente.

Durante 40 anos o Ocidente percepcionou África não como um actor global e à semelhança de outros países. Tal percepção teve efeitos na juventude emergente que não foi impulsionada a lutar pelo seu país para uma melhoria do mesmo (op.cit.).

Moyo (2009) afirma ser fundamental a criação de um ambiente favorável para que, no futuro, os líderes africanos sejam os responsáveis pelo desenvolvimento dos países que governam. A autora alega que a maioria dos países africanos depende de ajuda que chega a representar 70% do orçamento. A ajuda com esse peso não tem auxiliado o desenvolvimento a médio-longo prazo. Para Sachs (2005) quando há fluxos de ajuda importante no PIB, flutuações inesperadas resultam em grandes impactos na economia. Se num ano os doadores dão 30% do PIB, mas no ano seguinte apenas 15%, haverá encerramento de instalações governamentais, enormes défices orçamentais e inflação.

Moyo (2009) usa o conceito “ciclo vicioso”, ou seja, os governos dependem do sistema de ajuda internacional (financeira ou alimentar). Para a economia crescer é necessário que o sector privado se desenvolva e que haja arrecadação efectiva de impostos. Sem essa arrecadação, a ajuda é a fonte de renda do Estado. O fluxograma que se segue pretende ilustrar, ainda que de forma simplificada, o pensamento de Moyo (op. cit.).

Ilustração 6- O ciclo vicioso da ajuda internacional



Sachs (2005) concorda e argumenta que a razão de determinados países não atingirem o crescimento económico estará de facto centrada na pobreza, resultado da liderança corrupta e de “culturas retrógradas”. O sistema económico de uma sociedade é composto por inúmeras dimensões para se assumir que apenas uma delas funciona precariamente. Como refere Sachs (2005:350):

O tema da corrupção é uma questão importante entre os doadores e o governo do Quênia. Parte da corrupção reflecte a herança do regime anterior, que durou mais de duas décadas e mantém funcionários corruptos que ainda não foram afastados. Parte da corrupção é nova e completamente evitável, mas apenas se os doadores ajudarem o Quênia a melhorar o funcionamento da administração pública, não moralizando ou denunciando, mas por meio da instalação de sistemas informáticos, da publicação das contas do Estado, de formação profissional e de um sistema de carreiras, de salários mais elevados para cargos de responsabilidade, para que os seus ocupantes não tenham de viver de subornos e pagamentos laterais, de apoio contínuo aos esforços do governo na melhoria do sistema judicial, da capacitação das aldeias na supervisão da provisão de serviços públicos e de alguma humildade por parte dos doadores. A maior parte destes países sofre de corrupção no seio dos seus próprios governos e até no fornecimento da ajuda externa (frequentemente ligada a interesses poderosos).

Moyo (2009) afirma que a ajuda deixa os governantes “fora de forma”, pois a ajuda e as suas prerrogativas mostram o caminho “mais fácil” que o governo pode seguir.

Trindade (2006) cita o presidente queniano Mwai Kibaki que argumentou que é difícil gerir um país quando os ministros passam o tempo recebendo delegações de doadores para explicar de que forma gastarão o dinheiro doado.

Moyo (2009), com uma posição mais crítica, refere que os doadores, as agências de desenvolvimento e muitos políticos ignoram os sinais de que a ajuda não funciona e continuam a agir de acordo com esse mesmo modelo. Refere a autora (op.cit.) que mesmo que a ajuda não fosse roubada, esta é improdutiva na medida em que diminui o crescimento e contribui para aumentar os índices de pobreza.

As sociedades precisam de crescimento orgânico, que só ocorrerá como consequência do desenvolvimento económico (op.cit.). Nesse cenário haverá oportunidade para o aparecimento da classe média, de pessoas interessadas na economia do país e, dessa maneira, o governo poderia fazer uma gestão financeira responsável.

Numa perspectiva crítica, Moyo (2009) afirma que os governantes africanos abdicam das suas responsabilidades em prover educação, saúde, segurança e infraestrutura. O pouco que há, é provido por estrangeiros (op.cit.).

Sendo que a maioria da população africana tem até 24 anos, esta camada de jovens adultos necessita de se envolver laboralmente. Contudo, a falta de emprego que é gerada pela “ajuda” (sobretudo ao nível da destruição do sector primário) acaba por ser responsável pelo facto dos países receptores de ajuda não crescerem para atender à demanda de empregos. O que, por sua vez, também contribui para aumentar os canais menos habituais da chamada economia informal (op.cit.).

More than US\$ 1 trillion in development aid assistance over the last decades made African people better off? No. In fact, across the globe the recipients of this aid are worse off; much worse off. Aid has helped make the poor poorer, and the growth slower. Yet aid remains a centerpiece of today's development policy and one of the biggest ideas of our time (Moyo 2009:xix).

Outra das razões para o falhanço da ajuda ao continente africano está na dificuldade de se criar negócios e de alimentá-los. Moyo (2009) analisou documentos do Banco Mundial e concluiu que se pode esperar até dois anos para conseguir a licença para negócios em certos países do continente. Isso demonstra a pouca vontade de alguns governantes em gerarem emprego e criarem um sistema de oportunidades (op.cit.). Como já foi referido, esse cenário é gerado porque o dinheiro não vem dos impostos, mas da ajuda.

Para Mwega (2009), durante as últimas décadas, as críticas relacionadas à ajuda internacional têm aumentado devido às observações de que esta não produz os efeitos esperados. A ajuda internacional quando capacita e prepara pode mostrar bons resultados onde há cenários políticos e económicos favoráveis, pois promove o progresso económico e social.

Com os estudos de caso que vimos brevemente nesta dissertação podemos concluir que a ajuda, quando bem planeada e visando a sustentabilidade a longo prazo, tem efeitos positivos, como é o caso do projecto do P4P do PAM. Outro modo de ajuda que tem efeitos positivos são os micro-créditos, que para Kariuki, junto com os subsídios agrícolas e isenção fiscal encojariam a produção alimentar.

Em sites especializados, como por exemplo o Kiva³³, pessoas de todo o mundo contribuem com qualquer quantia para projectos. Quando este se torna rentável, o pequeno investidor recupera o dinheiro ou reinveste num outro projecto. Como refere Moyo (2009:132) *beyond the direct capital injection it puts into a borrower's pockets, it can also be a powerful development tool. Even small loans can boost business productivity gains and contribute to job creation and raise family living standards (better nutrition, better health and housing, more education).*

Quando se fala sobre população e fome, é importante lembrar a teoria Malthusiana. Thomas Malthus escreveu o 'Ensaio sobre o Princípio da População' (1798) ficando conhecido pela sua visão pessimista sobre o aumento populacional no mundo. Para ele a população cresceria em progressão geométrica enquanto os recursos alimentares cresceriam em progressão aritmética. Malthus (1798) apelidou as guerras, as pestes, a fome e o fim da terra arável como "obstáculos positivos" sendo os mesmos um "mal necessário" para "congelar" o crescimento populacional provocando aumentos nas taxas de mortalidade. Para Malthus (op.cit.), o tamanho e o crescimento da população dependiam dos métodos utilizados na agricultura: quando há poucos alimentos disponíveis, a população, sem acesso a estes, morreria de fome.

Porém, no século XX, Boserup (1965) argumentou o contrário, ou seja, que os métodos usados na agricultura dependem do tamanho populacional. Para esta autora as técnicas melhorariam através da demanda e da pressão exercida pela população.

At a minimum a country's climate, location, flora, fauna and terrain affect the ability of people to provide food for consumption and for export, which ultimately has an impact on a country's economic growth (...) the abundance of land and natural resources does not guarantee economic success, however (Moyo 2009: 29).

Para Collier (2006) os países do continente africano estão divididos em categorias segundo a geografia e o crescimento: os ricos em recursos, os países costeiros pobres em recursos e os países interiores pobres em recursos. Por ser um país costeiro, o Quénia reúne melhores oportunidades. O autor (op.cit.: 20) refere que *there was a window of opportunity, but for various reasons, all of Africa's coastal resource-scarce economies were fouled up with poor policies or conflict*. A possibilidade de melhorar a economia e a qualidade de vida dos quenianos existe, mas deve pensar-se em novas tecnologias que supram as necessidades e numa nova maneira de fazer políticas que contribuam para tal (op.cit.).

Boserup (1965) sustenta a ideia de que quando há poucos alimentos as pessoas encontrarão meios para aumentar a produtividade alimentar: "a necessidade é a mãe da invenção", refere. Para que os vários países suportem o crescimento populacional, é necessário investir em tecnologia. A falta de infraestrutura de transportes e de profissionais capacitados levou governos africanos a procurarem as agências de desenvolvimento. Por sua vez, estas providenciaram a estes países alimentos importados,

³³ Disponível em: www.kiva.org.

vendidos a preço muito baixo (ou até gratuitos), o que reduziu o incentivo para a produção local de alimentos, que consequentemente, gera e alimenta a dependência (op. cit.).

The assumption of inelasticity of food production...made large-scale transfer of food from industrialized to developing countries look like a desirable solution to the agricultural problems of both the developing and developed countries (Shultz 1990:281).

Para Howells (s/d) quando as autoridades provêm os *inputs* necessários, como sementes e fertilizantes, os agricultores vêem-se a si mesmos como “empregados” e não como fazendeiros que produzem a sua própria alimentação. Como resultado, os agricultores mostram-se pouco motivados. A capacitação técnica é importante para a obtenção de boas colheitas. Quando são responsáveis pela produção os agricultores geram melhores resultados ao nível das colheitas (op.cit.). A ideia assemelha-se ao indicado pelo Dr. Ryan, que com a doação de alimentos os agricultores não se “dão ao trabalho” de plantar o seu próprio alimento. De acordo com Howells (s/d: 5) *the importance of formation "human capital formation" in conjunction with the development of physical facilities and suggests that the reason for poor returns on many rural ventures (which have produced negative attitudes amongst planners), are due to the lack of attention to human factors.*

Mais uma vez, nos referimos às respostas fornecidas por Ryan, que afirmou que a suspensão da ajuda alimentar seria possível quando houvesse melhores colheitas. Esta seria consequência da capacitação do agricultor, que aprendeu a usar melhor o solo.

Para Cohen e Lewis (1985:269) *it is the responsibility of the government to ensure that food shortages are anticipated and responded to effectively and efficiently.* O Quênia, de acordo com os autores (op.cit.), é exemplo da capacidade dos governos africanos. E, para Kariuku, é importante que os doadores permitam que o país receptor da ajuda aplique o protocolo de resolução de crises, sem maiores interferências.

As soluções encontradas pelo governo queniano durante a grave seca que atingiu o país em 1984 foram menos complexas e mais baratas do que as recomendadas por agências internacionais. O Departamento de Planeamento do Ministério das Finanças e Planeamento (do qual Terry Ryan era Director) mobilizou-se para recolher as informações necessárias e organizar relatórios para serem distribuídos a todos os trabalhadores no combate à fome. Havia dados sobre o *stock* no *National Cereal and Produce Board*, previsão meteorológica para as lavouras, preços dos alimentos e custos de transporte estipulados, ajuda alimentar, estimativa da produção, a situação nutricional em comunidades pobres, programas com ONGs, etc. Com essas informações, foi possível monitorizar a situação do Quênia (Lewis e Cohen 1985).

Quando a situação ficou crítica, a solução foi encontrada mesmo com as limitações do governo. Para os autores (op.cit.) a escassez de recursos humanos e institucionais pode ser usada com mais eficiência e eficácia em tempos de crise alimentar, como foi o exemplo da *task force*, organizada por Ryan.

Podemos constatar através do modelo queniano que a ideia de Boserup (1965) de a necessidade motivar as invenções é acertada. Lewis e Cohen (1985) afirmam que essa experiência sugere, após estabelecido o objectivo, ideias criativas e flexíveis que se adaptam a cada problema. É mais apropriado e realista do que a ideia permanente e institucionalizada no governo de recepção de ajuda estrangeira contínua.

Assim, tendo em conta o descrito e a análise dos respondentes podemos concluir que as hipóteses colocadas inicialmente parecem ter cabimento na presente dissertação.

V. Considerações finais

Quando nos debruçamos sobre os meios de comunicação, existem países africanos que são destacados devido às suas inúmeras crises, conflitos bélicos violentos, secas prolongadas: desde a Somália ao Sudão, da Serra Leoa à Etiópia, do Ruanda ao Quénia.

A insegurança alimentar é uma consequência das fracas chuvas no nordeste do Quénia, que são cada vez mais insuficientes para o crescimento da lavoura como recentemente (entre Outubro e Dezembro de 2010 e entre Março e Maio de 2011). Segundo o PAM 3,5 milhões de pessoas necessitarão de ajuda alimentar a partir de Agosto de 2011, ou seja, mais 1 milhão do que o previsto. O número de crianças desnutridas neste país aumentou 78% em relação a 2010³⁴.

Esse cenário mostra a crescente necessidade de entendermos o problema da fome e colocarmos em prática as conclusões e recomendações de muitos peritos nesta matéria.

Catástrofes como as secas prolongadas evidenciam a necessidade da existência de ajuda alimentar de emergência. É a partir desta que as pessoas começarão a reestruturar suas vidas.

Contudo, vimos que as doações são contínuas há cerca de 40 anos, o que gerou dependência do Quénia em relação à ajuda internacional. De acordo com Mosca (2002) a ajuda alimentar deve continuar paralelamente a um programa efectivo de reactivação da produção do país. Gradualmente, a ajuda internacional diminuiria e o país passaria a ter sustentabilidade.

Temos conhecimentos sobre o que é necessário para o crescimento, para o alívio da pobreza e do sofrimento. Sabemos também que não há país que, baseando-se especifica e maioritariamente na ajuda tenha reduzido a pobreza ou estimulado o crescimento económico de modo substancial. O que se pode observar são, de facto e de acordo com os nossos respondentes, desvios, dependência e inflação.

A estratégia baseada na ajuda contínua mais parece atrapalhar que auxiliar. Como Schneider (1978) referiu, é sempre difícil mensurar o impacto da ajuda alimentar na produção agrícola. Com a análise das consequências ao longo dos anos, verificamos, de acordo com os nossos respondentes, que os efeitos foram negativos.

O Plano Marshall na Europa desempenhou um papel essencial na reconstrução económica no pós 2ª Guerra Mundial. No entanto, a principal diferença entre a ajuda do Plano Marshall e as ajudas adoptadas em África é que o primeiro foi de curta duração e preciso no seu objectivo, enquanto as últimas são compromissos sem prazo limitado. O problema desse sistema, aparentemente infinito, é que os governos africanos não são incentivados a procurar outras formas de financiamento ao desenvolvimento.

Os tipos de ajuda que Sachs (2005) incentiva que seriam eficazes, são “soluções” paliativas e não capazes de incentivar o desenvolvimento da África, deixando o continente vivo, mas incapaz de promover o crescimento por conta própria. O desenvolvimento dá-se a partir de esforços internos e não quando o sistema internacional impõe condições.

³⁴ Disponível em: <<http://www.wfp.org/countries/Kenya/Overview>>. Acesso em: 21 de Agosto de 2011.

Outro ponto mostrado por Moyo (2009) é o tipo de sociedade que está a ser construída em África, quando muitos bens públicos como educação, saúde e infraestrutura, que deveriam ser financiados pelo Estado, são pagos pelos contribuintes de outros países.

Enquanto as doações continuarem a chegar ao Quénia, irão interferir na produção local de alimentos. Os agricultores não conseguirão competir com o produto estrangeiro (que é gratuito ou muito mais barato), o que gera mais famílias pobres dependentes da ajuda e destrói o sector primário nesses mesmos países. Esta situação agrava-se com a oscilação anual do volume de ajuda, que vem diminuindo nos últimos anos.

Por mais conturbadas que tenham sido as relações do Quénia com os seus vizinhos, hoje há condições de formar um bloco com os países fronteiriços como o Uganda e a Tanzânia. Essa cooperação poderá trazer benefícios para os países que estão na mesma etapa de desenvolvimento.

O sistema de doação de ajuda alimentar é importante para os países desenvolvidos, pois quando há excedente de produções, este é enviado aos países em desenvolvimento em forma de ajuda internacional e visto como manobra política e económica do país doador (Moyo 2009).

Para reduzir a dependência e assegurar soluções permanentes para a fome, deve haver comprometimento mútuo entre governo receptor e instituições internacionais. A democracia, a paz e o desenvolvimento não se sustentam sem segurança alimentar. Moyo (2009) afirma que *in the early stages of development it matters little to a starving African family whether they can vote or not. Later they may care, but first of all they need food today, and the tomorrow to come, and that requires an economy that is growing.*

A insegurança alimentar também é consequência dos problemas na agricultura queniana, tais como a falta de infraestruturas (armazéns e o processamento primário dos produtos agrícolas), a dificuldade de acesso aos *inputs* (sementes de boa qualidade, fertilizantes correctos) e aos mercados.

A capacitação dos agricultores, através de iniciativas como o *Kenya Maize Development Program*, traria novas técnicas de manejo e de agronomia, o que melhoraria a qualidade e a quantidade das colheitas, resultando na segurança alimentar sustentável. Como a fome é transportada entre gerações, gestantes mal alimentadas geram filhos abaixo do peso, o que acarreta problemas físicos e intelectuais. Saindo deste quadro de subnutrição e miséria e com investimentos em saúde, educação e alimentação, o país tem condições de criar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

No sistema internacional, cada caso é um caso, não se podendo tratar uma pessoa saudável da mesma maneira que se trataria um doente. A ajuda paliativa usada pelos países tem o seu valor, mas dura muito tempo e torna os países receptores dependentes da mesma pelo que a ajuda deixa de o ser.

Creemos ter sido importante a apresentação de informações sobre o posicionamento contrário à ajuda para disseminar a nova perspectiva sobre o assunto.

A ajuda alimentar directa de forma contínua parece ser a mais prejudicial ao país receptor. Inicia-tivas como o P4P, o *Kenya Maize Development Program* ou as compras triangulares associadas à exis-tência de capacitação ou ao micro-crédito ajudam economicamente os agricultores e também a popula-ção necessitada sem interferir no equilíbrio e tecido económico do país. Como Moyo (2009) argumenta, nos últimos 40 anos a ajuda mostrou-se desastrosa uma vez que o resultado foi a diminuição do cresci-mento e o aumento da pobreza.

Grande parte do continente precisa de forjar o seu próprio caminho, utilizar tecnologia adequada, desenvolver a indústria e a agricultura para se inserir no sistema de comércio mundial. Tal trará estabili-dade económica o que por sua vez é atractivo para investimentos e o que resulta em melhores condições de vida das populações. O objectivo de um Estado é liderar tais mudanças criando os instrumentos ne-cessários para as pessoas serem autónomas e atingirem a sustentabilidade.

Com o presente estudo, sobretudo com uma carácter explorativo, espero abrir caminho para a-profundar o tema, possivelmente através do doutoramento. Um aspecto seria a comparação das soluções encontradas, com sucesso, no Brasil com o que se tem passado no Quénia. No nordeste brasileiro existe um clima semelhante ao do Quénia, desta forma contribuiria, ainda que modestamente, para o avançar de possíveis soluções.

Enquanto existir fome, existirá razão para se investigar este tema. Num mundo com inúmeros avanços tecnológicos e graus de riqueza, muitos consideram imoral existirem pessoas morrendo à fome todos os dias (Moyo 2009).

BIBLIOGRAFIA

- ADÃO, E. 2008. *Tragédias Africanas*. São Paulo. Carta Escola.
- AFRICA DEVELOPMENT GROUP BANK. November 2010. *Domestic Resource Mobilization for Poverty Reduction in East Africa: Kenya Case Study*.
- BARDIN, L. 1977. *Análise de Contúdo*. Lisboa. Edições 70.
- BARRETT, C e D. Maxwell 2005. *Food Aid for Fifty Years*. Nova York. Routledge.
- BEHRMAN J.R.; H. Alderman e J. Hoddinott 2004. *Malnutrition and hunger*. In B. Longborg *Global crisis, global solutions*, pp. 363-420. Cambridge University Press, Cambridge.
- BORTON, J. e N. Nicholds 1994. *Drought and Famine*. Disaster Management Training Programme, UNDP, Londres.
- BOSERUP, E 1965. *The Conditions of Agricultural Growth: The Economics of Agrarian Change under Population Pressure*. Londres. George Allen & Unwin Ltd.
- BUREN, L 2004. *Economy*. In AFRICA SOUTH OF THE SAHARA. 33rd edition, pp.557-566. Londres. Europa publications.
- BURNSIDE, C e D. Dollar, 2000. Aid, Policies, and Growth, *The American Economic Review*, 90(4):847-868.
- CARVALHO, RM 2005. *Compreender África: teorias e práticas de gestão*. Rio de Janeiro. FGV.
- CERVO, A e P. Bervian 2002. *Metodologia Científica*. São Paulo. Prentice Hall.
- CHOSSUDOVSKY, M 1999. *A Globalização da Pobreza: impacto das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo. Moderna.
- COHEN, J e D. Lewis 1985. Role of government in combatting food shortages: lessons from Kenya 1984-85. In Glantz, C. (Coord.) *Drought and hunger in Africa: denying famine a future*. Cambridge. Cambridge University Press. Pg. 269-296.
- COLLIER, P 2006. *Africa: Geography and Growth*. Center for the Study of African Economies. Oxford University.
- COLLIER, P e D. Dollar 1999. *Aid Allocation and Poverty Reduction*. Development Research Group, World Bank.
- DEVEREUX, S 2000. *Famine in th twentyeth Century*. Institute of Development Studies Bulletin Working paper 107. Brighton.
- EHRENFELD, D. 2010. *Foreign Aid Effectiveness, Political Rights and Bilateral Distribution*. Food for Peace fact sheet (Dezembro). USAID.
- FAO 2009. *Crop Prospects and Food Situation*. (Fevereiro). Roma.

- FERRO, M. 2005. *A situação particular das mulheres africanas*. In Barata, O. e S. Frias (coord.) *África: Género, educação e poder*, pp. 85-130. Lisboa. ISCSP.
- FOOD AID OPERATION. 2007-2008. Food Aid Convention. Londres.
- Food Aid Flow Report* 2009. Programa Alimentar Mundial.
- FOOD TRADE AND NUTRITION COALITION. 2005. *Dumping Food Aid: Trade or Aid?* (Subsidized) Food Aid in kind: what is in it for the WTO (Abril).
- FRATKIN, E 2001. East African Pastoralism in Transition: Maasai, Boran, and Rendille Cases. *African Studies Review*, 44(3):1-25.
- HAGUETTE, TMF 2000. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis. Editora Vozes.
- HERNANDEZ, LL 2005. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo. Selo Negro.
- HOBSBAWM, EJ 1995. *A era dos extremos 1914-1991*. São Paulo. Companhia das Letras.
- HOWELLS, K (s/d). *Settlement Projects as a Solution TO Landlessness and Urban Drift in Kenya*. Selected Papers. Cranfield School of Management Cranfield. Cranfield.
- HOWE P. 2004. *Famine intensity and magnitude scales: a proposal for an instrumental definition of famine*. Vol 28: 358-372. Copenhagen.
- JAPAN INTERNATIONAL BANK FOR COOPERATION. 2008. *Aid Effectiveness to Infrastructure: A Comparative Study of East Asia and Sub-Saharan*. I Research Paper No. 36-3 (Julho).
- KNACK, S 2000. *Aid Dependence and the Quality of Governance: A Cross-Country Empirical Analysis*. The World Bank.
- LEONARD, TM 2006. *Encyclopedia of the developing world*. Nova York. Taylor & Francis Group.
- LOWDER, S e T. Raney 2005. *Food Aid: A primer* ESA Working Paper 05-05. FAO. Roma.
- MACUANE, JJ 2000. *Liberalização política e democratização na África: uma análise qualitativa*. v. 43 n. 4. Rio de Janeiro.
- MAIZE HANDBOOK 2007. ACDI/VOCA Project Profile *Kenya Maize Development Program*. Nairóbi.
- MALTHUS, T 2000. *An Essay on the Principle of Population*. Liberty Fund Inc. Londres.
- MARQUES, B 2008. *Uma análise prospectiva da geopolítica da fome*. ISCSP. Lisboa.
- MARTIN, JP 2006. Releitura do desenvolvimento e dos direitos: lições da África, *Revista Internacional de Direitos Humanos*, 3(4):90-101.
- MOREIRA, A. 1967. *Política internacional*. Lisboa. ISCSP.
- MORGAN WTW 2004. *Physical and Social Geography*. In AFRICA SOUTH OF THE SAHARA. 33rd edition, pp.548-548. Londres. Europa publications.
- MOSCA, J. 2002. *Encruzilhadas na África: ênfase para os PALOP*. Lisboa. Instituto Piaget.

- MOSS, T.; G. Pettersson; N. van de Walle 2005. *The Aid Institutions Paradox: Long-Term Costs of High Aid Dependency*.
- MOYO, D 2009. *Dead aid: why aid is not working and how there is another way for Africa*. Nova York. Farrar, Starus and Giroux.
- MWEGA, F M 2009. *A Case Study of Aid Effectiveness in Kenya: Volatility and Fragmentation of Foreign Aid, with a Focus on Health*. Wolfensohn Center for Development. Working Paper 8.
- NJERU, J 2003. *The impact of foreign aid on public expenditure: The case of Kenya*. Moi University AERC Research Paper 135. Nairobi (November).
- OXFAM BRIEFING PAPER 2005. *Food aid or hidden dumping?* (Março).
- OXFAM 2006. *Crisis Alimentaria en África*. Informe 1.(Julho).
- PERRY, M 2002. *Civilização Ocidental: uma história concisa*. São Paulo. Martins Fontes.
- POTTIER J. 1999. *Anthropology of food: the social dynamics of food security*. Cambridge. Polity Press.
- POCHMANN, M; A. Campos; A. Barbosa; R. Amorim e R. Silva (Coord.) 2004. *Atlas da Exclusão Social: A Exclusão no Mundo*. São Paulo: Cortez.
- PRICE MONITORING AND ANALYSIS COUNTRY BRIEF KENYA. 2010 (Junho-Agosto). FAO. Roma.
- PROJECT PROFILE KENYA MAIZE DEVELOPMENT PROGRAM 2009. ACDI/VOCA.
- RAKE, A 2004. *Recent History*. In AFRICA SOUTH OF THE SAHARA. 33rd edition, pp.548-557. Londres. Europa publications.
- RATHA D, S. Mohapatra e S Plaza 2008. *Beyond Aid: New Sources and Innovative Mechanisms for Financing Development in Sub-Saharan Africa*. The World Bank Development Prospects Group Migration and Remittances Team.
- REA, L e R PARKER 2002. *Metodologia da Pesquisa: do planeamento à execução*. São Paulo. Pioneira.
- REVOLUTION: FROM FOOD AID TO FOOD ASSISTANCE. 2010, Programa Alimentar Mundial.
- ROQUE DE PINHO, J. 2009. *Staying Together: People-Wildlife Relationships in a Pastoral System in Transition, Amboseli Ecosystem, Southern Kenya*. PhD dissertation. Colorado State University, Fort Collins, USA.
- ROSS, D. e RC Harmsen 2001. *Official financing for developing countries*. Washington. International Monetary Fund.
- RYAN, T e F. O'brien (2001) *Kenya*. In Devarjan, S; D. Dollar e T. Holmgren (coord). *Aid & Reform in Africa*, pp. 469-532. The World Bank.
- SACHS, J 2005. *O fim da pobreza: como consegui-lo na nossa geração*. Cruz Quebrada.Casa das Letras.
- SAMPIERI, RH; CF. Collado e PB Lúcio 2006. *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill.

- SANCHEZ, P; MS. Swaminathan; .P Dobie; N. Yuksel 2005. *Halving Hunger: it can be done*. Task Force on Hunger, UN Millenium Project. Londres.
- SANTOS, AR 2007. *Metodologia Científica: a construção do conhecimento*. Rio de Janeiro. Lamparina.
- SEN, A 2000. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SEVERINO, AJ 2000. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo. Cortez.
- SHIKWATI, J. 2005. A Ajuda atrapalha. *Revista Veja*, 10 de Agosto de 2005, ed. 1917, p. 12-15.
- SCHNEIDER, H 1978. *L'aid alimentaire pour Le developpement*. Centre de developpement de l'organisation de cooperation et developpement economiques. Paris.
- SHIMITT, C 1988. *The crisis of parliamentary democracy*. Baskerville: MIT Press.
- SCHULTZ, P 1990. *Economic and Demographic Relationships in Development*. Johns Hopkins Press. Baltimore.
- SOUSA, AR de 2008. *De um novo conceito de desenvolvimento, no Quadro da Economia Internacional*. Lisboa. ISCSP.
- STIGLITZ, JE 2003. *Os Exuberantes anos 90: uma nova interpretação da década mais próspera da história*. São Paulo: Companhia das Letras.
- THE STATE OF FOOD AND AGRICULTURE. 2007. FAO. Roma.
- THE STATE OF FOOD AND AGRICULTURE. 2009. FAO. Roma.
- THE STATE OF FOOD INSECURITY IN THE WORLD- ADDRESSING FOOD INSECURITY IN PROTRACTED CRISES. 2010. FAO. Roma.
- THE 2010 LONG RAINS SEASON ASSESSMENT REPORT. 2011. Kenya Food Security Steering Group (KFSSG).
- THIOLLENT, M 2000. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo. Cortez.
- TRINDADE, AJP 2006. *Desenvolvimento Económico, integração regional e ajuda externa em África*. Lisboa: ISCSP.
- UN-Habitat 2003. *Improving the lives of 1 million slum dwellers*.
- USAID Annual Report 2009. Nairóbi.
- USAID Humanitarian Assistance in Review, 1999 – 2009. Kenya.
- USAID Kenya- *Food Insecurity*. Fact Sheet #8, 2010.
- UVIN, P 1992. Regime, Surplus, and Self-Interest. The International Politics of Food Aid. *International Studies Quarterly*, 293-312.
- VIZENTINI, PF 2007. *As Relações Internacionais da Ásia e da África*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 2004. *O descompasso entre as nações*. Rio de Janeiro: Record.

- WATHNE, C e S. Burall 2009. *Multilateral aid organisations: stakeholders views on effectiveness*. August Report. Overseas Development Institute.
- WHITE, H.; T. Killick e S. Mugerwa 2001. *African poverty at the millennium: causes, complexities, and challenges*. Washington. The World Bank.
- WORLD RESOURCES INSTITUTE 2007. Department of Resource Surveys and Remote Sensing, Ministry of Environment and Natural Resources, Kenya; Central Bureau of Statistics, Ministry of Planning and National Development, Kenya; and International Livestock Research Institute. *Nature's Benefits in Kenya, An Atlas of Ecosystems and Human Well-Being*. Washington, DC and Nairobi: World Resources Institute.

Recursos electrónicos consultados

- ACDI/VOCA. Disponível em: < <http://www.acdivoca.org/site/ID/news-Kenya-Maize-Development-Program-New-Project-Follow-On>>. Acesso em: 10 de Março de 2011.
- AGIER, M. 2006. *Refugiados diante da nova ordem mundial*. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a10v18n2.pdf>. Acesso em: 19 de Julho de 2010.
- BARI, Mamandu L. 2006. Reflexões acerca do desenvolvimento na África: idéias e debates. Disponível em: <<http://www.didinho.org/africaedesenvolvimento.htm>>. Acesso em: 22 Agosto de 2008.
- CARDOSO, FJ 2005. *Tendências do desenvolvimento em África*. XXIII Conferência Internacional de Lisboa. Disponível em: <<http://www.ieei.pt/post.php?post=87>>. Acesso em: 14 Junho de 2008.
- Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cúpula Mundial da Alimentação 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/DOCREP/003/W3613P/W3613P00.HTM>>. Acesso em: 21 de Fevereiro de 2011.
- Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento Apropriação, Harmonização, Alinhamento, Resultados e Responsabilidade Mútua. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/56/41/38604403.pdf>>. Acesso em: 2 de Maio de 2011.
- Disputed Vote Plunges Kenya Into Bloodshed Disponível em: < <http://www.nytimes.com/2007/12/31/world/africa/31kenya.html?scp=1&sq=Disputed%20Vote%20Plunges%20Kenya%20Into%20Bloodshed%20&st=cse>>. Acesso em 21 de Maio de 2010.
- FAO 2010. *Country Profile: Food Security Indicators Kenya*. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/documents/food_security_statistics/country_profiles/eng/Kenya_E.pdf>. Acesso em: 21 de Maio de 2011.
- FILHO, AM. 2000. Ensaio sobre filosofia da ciência. Disponível em: <<http://ecientificocultural.com/ECC2/FilCien/cap02.htm>>. Acesso em: 11 de Outubro de 2010.
- FILHO, PP. *História da África Colonial*. Disponível em: <http://www.africamerica.net/index.php?option=com_content&view=article&id=44:uma-introducao&catid=39:artigos-academicos&Itemid=54>. Acesso em: 15 Maio 2008.

Japan Bank for International Cooperation. *Aid Effectiveness to Infrastructure: A Comparative Study of East Asia and Sub-Saharan*. I Research Paper No. 36-3. Julho de 2008.

KNACK, Stephen 2000. *Aid Dependence and the Quality of Governance: A Cross-Country Empirical Analysis*. The World Bank.

MARQUES, Mauro L 2009. *Os reflexos da Guerra Fria no continente africano*. Disponível em: <<http://www.duplipensar.net/artigos/2006-Q2/os-reflexos-da-guerra-fria-no-continente-africano.html>>. Acesso em: 28 Novembro de 2009.

LAMY, P; D. Kaberuka 2008. *Aid Critical To Ensuring Benefits from Trade for Africa*. Disponível em: <<http://www.afdb.org/pls/portal/url/ITEM/3AA2DC3E6AA5FEDCE040C00A0C3D6ECE>>. Acesso em: 14 Novembro de 2008.

Purchase for Progress: Kenya. Disponível em: <<http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/reports/wfp230727.pdf>>. Acesso em 15 de Fevereiro de 2011.

WATHNE, C et S. Burall. *Multilateral aid organisations: stakeholders views on effectiveness*. August 2009 Report. Overseas Development Institute.

WFP Annual Report 2009. Disponível em: <<http://www.wfp.org/content/annual-report-2009>>. Acesso em 04 de Fevereiro de 2011.

WFP Annual Report 2010. Disponível em: < <http://www.wfp.org/content/wfp-annual-report-2010-english>>. Acesso em 07 de Fevereiro de 2011.

WFP Global Update #4. Disponível em: < <http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/ena/wfp234048.pdf> >. Acesso em: 23 de Março de 2011.

WFP Prices and Food Security- Special issue. April-June 2011. Disponível em: <<http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/ena/wfp238240.pdf>>. Acesso em: 5 de Agosto de 2011.

Proud Ghana still depends on aid. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/1/hi/business/5071320.stm>> Acesso em: 17 de Outubro de 2008.

The Famine Early Warning Systems Network. Kenya: Food Security Emergency. 4 de Maio de 2006. Disponível em: <<http://www.fews.net/docs/Publications/1000984.pdf>>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2011.

Tourism in Africa. World Bank. 2001. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/afr/wps/wp12.pdf>>. Acesso em 23 de Julho de 2010.

Transparency International. Disponível em: <http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2010/results >. Acesso 16 Março 2011.

Global Report Kenya 2009. UNHCR: Disponível em: <[http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/search?page=search&docid=4c08f2679&query=UNHCR Global Report 2009 kenya](http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/search?page=search&docid=4c08f2679&query=UNHCR+Global+Report+2009+kenya)> . Acesso em: 24 de Julho de 2010.

The Millennium Development Goals Report 2010. Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/MDG%20Report%202010%20En%20r15%20-low%20res%2020100615%20-.pdf>> . Acesso em: 26 de Julho de 2010.

Sites:

Amnistia Internacional: <<http://www.amnesty.org/>>. Acesso em: 23 de Junho de 2010.

Banco Mundial: <www.worldbank.org/ibrd>. Acesso em: 23 de Junho de 2010.

Commonwealth: <<http://www.thecommonwealth.org/YearbookInternal/139160/economy/>>. Acesso em: 30 de Maio de 2010.

Central Intelligence Agency: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ke.html>>. Acesso em: 30 de Maio de 2010.

Data Report 2007: Disponível em: <<http://www.un.org/africa/osaa/UN%20Secretariat%20web%20Links/The%20DATA%20Report%202007.htm>>. Acesso em: 10 de Maio de 2010.

Food and Agriculture Organization: <<http://www.fao.org>>. Acesso em: 07 de Julho de 2010.

Fundo Monetário Internacional: <www.imf.org>. Acesso em: 30 de Junho de 2010.

Inter Region Economic Network: <<http://www.irenkenya.com/>>. Acesso em: 14 de Janeiro de 2011.

Kiva: <www.kiva.org>. Acesso em: 3 de Junho de 2010.

Maasai Association: <<http://www.Maasai-association.org/Maasai.html>>. Acesso em: 10 de Julho de 2010.

Maasai Children Initiative: <<http://Maasaichildrensinitiative.org/programs.html>>. Acesso em: 23 de Julho de 2010.

Ministério de Relações Exteriores do Brasil: <http://www2.mre.gov.br/deaf/daf_3/quenia2.htm>. Acesso em: 20 de Maio de 2010

Office of the Special Advisor on Africa: <<http://www.un.org/africa/osaa/>>. Acesso em: 12 de Junho de 2010.

Organização das Nações Unidas: <www.un.org>. Acesso em: 07 de Julho de 2010.

Perspectivas Económicas na África: <<http://www.africaneconomicoutlook.org>>. Acesso em: 28 de Maio de 2010.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: <<http://www.pnud.org>>. Acesso em: 30 de Maio de 2010.

Rural Poverty Portal: <<http://www.ruralpovertyportal.org/web/guest/country/home/tags/kenya>>. Acesso em: 03 de Fevereiro de 2011.

UNICEF: <http://www.unicef.org/infobycountry/kenya_statistics.html>. Acesso em: 20 de Julho de 2010.

United Nations Economic Commission for Africa: <<http://www.uneca.org/>>. Acesso em: 29 de Junho de 2010.

União Europeia: <<http://www.eubusiness.com/topics/development/echo-eu/>> . Acesso em: 26 de Julho de 2010.

United States Agency for International Development: Kenya. Disponível em: <<http://kenya.usaid.gov/programs/economic-growth/490>>. Acesso em: 10 de Março de 2011.

World Food Summit 1996: <<http://www.fao.org/docrep/003/w3613e/w3613e00.HTM>>. Acesso em: 21 de Fevereiro de 2011.

World Food Program: <<http://www.wfp.org.>>. Acesso em: 30 de Novembro de 2010.

World Resources Institute: <<http://www.wri.org/publication/content/9373>>. Acesso em: 11 de Agosto de 2011.

Anexo 1

A seguir está o inquérito por questionário enviado aos respondentes. A primeiras 5 perguntas foram remetidas a todos, e ao PAM e ao USAID foram incluídas outras pertinentes aos respectivos projectos no Quénia.

- *The existence of ambivalent opinions regarding humanitarian aid (e.g. food, medical, financial, and other, resources) is reflected in two opposite positions: on one hand, many governments and international institutions argue it is indispensable, but, on the other hand, the idea is criticized since it generates and increases corruption and damages local economies. What is your opinion about such positions?*
- *Humanitarian aid via food is important to relieve the hunger among the most in need and in emergency crisis. How do you identify the right moment to suspend such humanitarian help?*
- *In your opinion, what should be done to truly assist those countries and people in need? Instruct rural populations to increase produce and increase productivity? Regional integration? Micro-credit programs (e.g Kiva), or none of such alternatives is acceptable to you?*
- *According to “FAO Hunger Map 2010”, between 24%-35% of Kenyans are undernourished. Does this data show the ineffectiveness of food aid? How can we interpret such information?*
- *Food delivery campaigns damage local producers and consequently all those involved in this productivity-commercial chain. To accept such food items may be perceived by the governments as a comfortable situation but such measure may constitute an input to a poverty and dependency vicious cycle. How can the situation be changed to ensure governments are in fact working for the development of “their” countries? And couldn’t that be considered as an “illegal” foreign/colonial interference? What can be done? What is your opinion?*

As perguntas enviadas especificamente para a USAID.

- *Humanitarian aid via food is important to relieve the hunger among the most in need and in emergency crisis. According to the USAID-Kenya website over 50% of the relief food aid distributed by the World Food Program in Kenya in 2010 was donated by the United States government. Could it be another way to help this people? How do you identify the right moment to suspend such humanitarian help?*
- *The maize is the most important product for Kenyan economy and it is the food base. The food for peace is one of the biggest initiatives concerning food aid, but it seems to support more the*

American economy than the poor who receive the food. Quoting the USAID: the secret of Food for Peace's success lies in the unique combination of American compassion together with the unmatched efficiency of our nation's farmers. It is less a triumph of government than of working Americans, for in its essence, Food for Peace is the work of farmers, businessmen, grain elevator operators, truckers, bargemen, freight forwarders, port operations, private voluntary organizations, and government officials. Together they form an unbroken chain of humanity stretching from this country's fertile fields to hungry families half a world away. In the end, hope is what America has promised, and hope is what Food for Peace delivers around the world every day. The Kenya Maize Development Program supported by the USAID and its partnerships is a different way of aid, because it teaches the smallholders how to improve the productivity and develop partnerships. Why programs like Kenya Maize Development Program, which have a better impact in Kenyan families, does not have the same importance as Food for Peace?

Pergunta enviada especificamente para o PAM.

- *The World Food Programme has many categories of food aid, but, in my opinion, the Purchase for Progress is the most remarkable because of its concern with the economical development. That way the economic and food security for the farmers can be ensured; the triangular transactions support the local smallholders and reduce the logistical costs. How this project was developed? Was there an idea of the failure possibility of the older model of delivery food aid?*